

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

SIDINÉIA MARIA DE SOUZA

**TERRITORIALIDADE E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO
NORTE DE MINAS GERAIS**

UBERLÂNDIA, 2015.

SIDINÉIA MARIA DE SOUZA

**TERRITORIALIDADE E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO
NORTE DE MINAS GERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Economia da Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento
Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Antonio César Ortega

UBERLÂNDIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S729t Souza, Sidinéia Maria de, 1977-
2015 Territorialidade e empreendimentos econômicos solidários no Norte
de Minas Gerais / Sidinéia Maria de Souza. - 2015.
177 f. : il.

Orientador: Antonio César Ortega.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Economia - Teses. 2. Economia solidária - Minas Gerais, Norte -
Teses. 3. Empreendedorismo - Minas Gerais, Norte - Teses. 4. Minas
Gerais, Norte - Condições econômicas. - Teses. I. Ortega, Antonio César.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Economia. III. Título.

SIDINÉIA MARIA DE SOUZA

TERRITORIALIDADE E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico.

Uberlândia, 30 de Junho de 2015

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio César Ortega
(Orientador - UFU)

Profa. Dra. Luciene Rodrigues
(Examinadora - Unimontes)

Prof. Dr. Eduardo Magalhães Ribeiro
(Examinador - UFMG)

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento
(Examinador - UFU)

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho
(Examinador - UFU)

A Pedro Miguel Souza Abrantes

AGRADECIMENTOS

Este estudo é o resultado do apoio e contribuição de algumas pessoas, que, de diversas maneiras, participaram para sua elaboração. Professores, colegas e amigos que com sua interação, reciprocidade e cooperação contribuíram para meu crescimento pessoal e intelectual.

Agradeço ao meu orientador, Antonio César Ortega, pelos ensinamentos e o incentivo necessário e definitivo na elaboração deste trabalho.

À instituição ‘Universidade Federal de Uberlândia’, que oferece um ensino público, gratuito e de qualidade, o que possibilitou a minha formação. À ‘Universidade Estadual de Montes de Claros – Unimontes’ por ter viabilizado o meu desejo de cursar um doutorado. À FAPEMIG pelo auxílio tão importante e necessário para viabilizar o meu doutorado.

Ao querido filho Pedro Miguel por sua compreensão pelas horas de convívio que foram substituídas pelas horas de trabalho. A querida Adriana Aparecida por ter me ajudado a cuidar com tanto carinho e dedicação do Pedro, nos anos em que estive em Uberlândia. Aos meus amados pais, Argenal e Ilda, e minhas irmãs por seus esforços amorosos e por me motivar para conquistas maiores. À minha querida amiga Sara, por sempre acreditar em minha capacidade. À minha querida amiga Luciene pelo apoio e incentivo recebido durante a realização do trabalho. Aos meus colegas do Departamento de Economia pelas palavras de carinho e ajuda. Especialmente, aos Empreendimentos Econômicos Solidários – UBCM, Flor do Pequi e Essências do Cerrado pela receptividade e por compartilhar comigo suas histórias, e a Deus, por ter guiado meus passos e me dado forças para prosseguir nos momentos difíceis.

Muito obrigada!

RESUMO

As transformações do capitalismo global, nos últimos vinte anos, vêm acompanhadas de alterações dos valores culturais e éticos. Há movimentos contraditórios de homogeneização de alguns elementos e aprofundamento das diferenças de outros, entre os quais se destacam dinâmicas das periferias sociais (urbanas e rurais). Os movimentos cíclicos do capitalismo, sobretudo no âmbito dos espaços subnacionais, engendram movimentos sociais *sui generis* de grande diversidade. Por esse motivo, talvez, observa-se a proliferação de estudos e ações envolvendo novas metodologias de desenvolvimento que privilegiam o papel do indivíduo no projeto de transformação da realidade local/territorial, por meio de ações apoiadas na *solidariedade, reciprocidade, confiança e cooperação*, características presentes na economia solidária. A economia solidária é um modelo alternativo, com trabalhadores organizados e ativos no processo de transformação socioeconômico da realidade em que vivem. Nesse sentido, o objetivo desta tese é compreender - por meio de pesquisa de campo com empreendimentos econômicos solidários, que exercem coletivamente a produção, comercialização e gestão de atividades, no território do Sertão Norte Mineiro - sua capacidade concreta de traçar o seu futuro e melhorar as condições socioeconômicas na sua localidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial. Economia Solidária. Empreendimentos Econômicos Solidários. Sertão Norte Mineiro.

ABSTRACT

Transformations in global capitalism, during the last two decades, have been accompanied by changes in cultural and ethical values. There are contradictory developments which make some elements more homogeneous while deepening differences between other ones. Among such elements, the dynamics of social peripheries, urban and rural, come to the fore. Cyclical movements of capitalism, mainly in sub-national spaces, generate *sui generis* social mobilizations of great diversity. That is why, perhaps, there is a proliferation of studies and actions showing new methodologies of development, which highlight the role of individuals in the project of transformation of local/territorial reality by means of actions based on solidarity, reciprocity, trust and cooperation, which characterize a solidary economy. This kind of economy is an alternative “model”, with organized workers that are active in the process of socioeconomic transformation of the reality in which they live. The object of this

thesis is to understand – by means of a field research among solidary economic ventures, which perform collectively activities of production, commercialization and management, in the Northern Region of the state of Minas Gerais (in a region called “sertão”) – their actual capacity of planning their future and improving the socioeconomic conditions in their locality.

Keywords: Territorial Development. Solidarity Economy. Solidary Economical Enterprises. Hinterland Northern Miner .

RESUMEN

Las transformaciones del capitalismo global, en los últimos veinte años, se acompañan de cambios en los valores culturales y éticos. Hay movimientos contradictorios de homogeneización de algunos elementos y la profundización de las diferencias de los demás, entre los cuales se puede destacar la dinámica de las periferias sociales (urbanas y rurales). Los movimientos cíclicos del capitalismo, particularmente en el contexto de los espacios subnacionales, engendran movimientos sociales *sui generis* de gran diversidad. Por esta razón, tal vez, haya una proliferación de estudios y acciones que impliquen nuevas metodologías de desarrollo que hacen hincapié en el papel del individuo en su proyecto de transformación de la realidad local/territorial, a través de las acciones apoyadas en la *solidaridad*, la *reciprocidad*, la *confianza* y la *cooperación*, características presentes en la economía solidaria. La economía solidaria es un modelo alternativo, con los trabajadores organizados y activos en el proceso de transformación socioeconómica de la realidad en la que viven. En este sentido, el objetivo de esta tesis es comprender - a través de la investigación de campo con las empresas de economía solidaria, que realizan conjuntamente las actividades de producción, de comercialización y de gestión en el territorio del Sertão Norte Mineiro - su capacidad concreta para trazar su futuro y mejorar las condiciones socioeconómicas en su área.

Palabras Clave: Desarrollo Territorial. Economía Solidaria. Empresas de Economía Solidaria. Sertão Norte Mineiro.

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|-----|
| Mapa 1 Mapa de Minas Gerais e Mesorregiões | 72 |
| Mapa 2 Mapa da Mesorregião Norte de Minas e Suas Microrregiões | 73 |
| Mapa 3 Localização da Bacia do Riachão na Microrregião de Montes Claros | 89 |
| Mapa 4 Localização do Município de Montes Claros | 101 |
| Mapa 5 Localização do Município de Claros dos Poções | 110 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Estrutura Funcional Básica do Empreendimento Econômico Solidário UBCM | 99 |
| Figura 2 – Estrutura Funcional Básica do Empreendimento Econômico Solidário Flor do Pequi..... | 109 |
| Figura 3 - Estrutura Funcional Básica do Empreendimento Econômico Solidário Essências do Cerrado | 117 |
| Figura 4 – Redes de Solidariedade Tradicional..... | 130 |
| Figura 5 – Redes de Solidariedade Modernas..... | 130 |
| Figura 6 – Redes Locais no Empreendimento UBCM..... | 131 |
| Figura 7 – Redes Locais no Empreendimento Flor do Pequi.. .. | 133 |
| Figura 8 – Redes Locais no Empreendimento Essências do Cerrado..... | 134 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Origem do Sócio – UBCM..... | 92 |
| Gráfico 2 – Estrutura Etária – UBCM | 93 |
| Gráfico 3 – Taxa de Natalidade – UBCM | 94 |
| Gráfico 4 – Morador Por Domicílio – UBCM..... | 95 |
| Gráfico 5 – Nível Educacional – UBCM..... | 96 |
| Gráfico 6 – Tempo Participação no Empreendimento – UBCM..... | 99 |
| Gráfico 7 – Origem do Sócio – Flor do Pequi..... | 103 |
| Gráfico 8 – Estrutura Etária – Flor do Pequi..... | 103 |
| Gráfico 9 – Nível Educacional – Flor do Pequi..... | 104 |
| Gráfico 10 – Estado Civil – Flor do Pequi..... | 106 |
| Gráfico 11 – Taxa de Natalidade – Flor do Pequi..... | 106 |
| Gráfico 12 – Moradores Por Domicílio – Flor do Pequi..... | 107 |
| Gráfico 13 – Origem do Sócio – Essências do Cerrado..... | 111 |
| Gráfico 14 – Estrutura Etária – Essências do Cerrado..... | 112 |
| Gráfico 15 – Estado Civil – Essências do Cerrado..... | 113 |
| Gráfico 16 – Taxa de Natalidade – Essências do Cerrado..... | 113 |
| Gráfico 17 – Morador Por Domicilio – Essências do Cerrado..... | 114 |
| Gráfico 18 – Nível Educacional – Essências do Cerrado..... | 115 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Número de Filhos e Nível de Escolaridade dos Filhos – UBCM..... | 97 |
| Tabela 2 – Remuneração e Fontes de Renda dos Cooperados da UBCM..... | 98 |
| Tabela 3 – Remuneração e Fontes de Renda das Associações – Flor do Pequi..... | 105 |
| Tabela 4 – Número de Filhos e Nível de Escolaridade dos Filhos – Flor de Pequi..... | 108 |
| Tabela 5 – Remuneração e Fontes de Renda dos Associados – Essências do Cerrado.. | 116 |
| Tabela 6 – Remuneração e Fontes de Renda dos Associados Antes do Empreendimento Essências do Cerado..... | 116 |
| Tabela 7 – Financiamento dos EES..... | 121 |
| Tabela 8 – Estatuto e Regimento Interno nos EES..... | 122 |
| Tabela 9 – Relações de Convivência nos EES..... | 124 |
| Tabela 10 – Membros que Trabalham Antes/Depois do Empreendimento..... | 125 |
| Tabela 11 – Renda Antes e Depois do Empreendimento..... | 126 |
| Tabela 12 – Outra Atividade Produtiva além do Empreendimento..... | 127 |
| Tabela 13 – Destino da Renda recebida nos Empreendimentos..... | 128 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Tipos de Redes..... | 138 |
|--------------------------------|-----|

LISTA DE SIGLAS

Agência de Cooperação Alemã - GTZ

Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS

Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG

Central Única dos Trabalhadores – CUT

Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS

Empreendimentos Econômicos Solidários - EES

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES

Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária – FMEPS

Incubadora de Cooperativas Populares – ITCP

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Produto Interno Bruto – PIB

Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD

Rede Inter Universitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho - Rede Unitrabalho

Região Mineira do Nordeste – RMNe

Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE

União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo – Unisol

Unidade de Beneficiamento de Coco Macaúba – UBCM

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 18 |
| 1 O CARÁTER PLURAL DA ECONOMIA: PARA ALÉM DA LÓGICA MERCANTIL | |
| | 26 |
| 1.1 Individualismo Utilitarista e Economia Plural | 26 |
| 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS | |
| | 34 |
| 2.1 O Conceito de Economia Solidária.. | 34 |
| 2.2 Economia Solidária no Brasil | 38 |
| 2.3 Empresa Autogerida e Empreendimento Econômico Solidário..... | 41 |
| 2.4 Algumas Diferenças entre as Lógicas da Economia Capitalista e da Economia Solidária | |
| | 43 |
| 2.5 Economia Solidária e Estratégias de Desenvolvimento Econômico Local | |
| | 44 |
| 3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL | 49 |
| 3.1 Espaço, Territórios, Territorialidade e Desenvolvimento Territorial | 50 |
| 3.2 O Papel dos Agentes Sociais no Desenvolvimento Territorial | 54 |
| 3.2.1 O Capital Social e a Perspectiva do Desenvolvimento por meio do Enfoque Territorial..... | 54 |
| 3.2.2 O Papel das Instituições no Desenvolvimento Territorial | 56 |
| 3.3 Desenvolvimento Territorial e Distritos Industriais..... | 59 |
| 3.4 Descentralização e Desenvolvimento Territorial no Brasil | 64 |
| 3.5 A Banalização do Global – Local..... | 66 |
| 4 SERTÃO DO NORTE DE MINAS: TERRITÓRIO DE IDENTIDADE..... | 69 |
| 4.1 Norte de Minas: Região de Planejamento do Estado de Minas Gerais..... | 71 |

| | |
|--|------------|
| 5 ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO SERTÃO DO NORTE DE MINAS SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL..... | 87 |
| 5.1 Os Empreendimentos Econômicos Solidários..... | 88 |
| 5.1.1 Perfil da Unidade de Beneficiamento de Coco Macaúba – UBCM..... | 88 |
| 5.1.1.1 A Macaúba..... | 98 |
| 5.1.1.2 O Empreendimento Econômico Solidário: BCM..... | 100 |
| 5.1.2 Perfil do Empreendimento Econômico Solidário Núcleo Regional Solidário Flor do Pequi..... | 108 |
| 5.1.3 Perfil do Empreendimento Econômico Solidário Essências do Cerrado..... | 109 |
| 5.2 Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial: Análise das Três Experiências Selecionadas..... | 118 |
| 5.2.1 Dimensão Social..... | 118 |
| 5.2.1.1 Os Empreendimentos..... | 118 |
| 5.2.1.2 Infraestrutura..... | 120 |
| 5.2.1.3 Organização..... | 120 |
| 5.2.1.4 Democracia participativa..... | 122 |
| 5.2.2 Eixo Econômico..... | 125 |
| 5.2.2.1 Remuneração..... | 125 |
| 5.2.2.2 Comercialização..... | 128 |
| 5.2.3 As Redes Como Facilitadoras do Desenvolvimento Territorial..... | 129 |
| 6 Conclusão..... | 143 |
| 8 Referências Bibliográficas..... | 149 |
| 9 Apêndice..... | 157 |

INTRODUÇÃO

A permanência das assimetrias entre os países desenvolvidos, e em desenvolvimento, ou mesmo em seus interiores: estados, regiões ou territórios, levou a visões críticas ao modelo de desenvolvimento e crescimento adotado até os anos de 1990. É nesse contexto que o debate sobre o desenvolvimento regional e, particularmente, territorial ganhou espaço nas formulações de políticas públicas para superar as desigualdades registradas entre as nações.

No Brasil, até os anos de 1980, tínhamos uma postura intervencionista e centralizada do Estado na indução e formulação do planejamento. Essa postura centralizada, por meio de políticas e planos nacionais de desenvolvimento, não foi capaz de diminuir as disparidades regionais. A crise fiscal, que se agudizou no final dos anos de 1980 – a chamada década perdida, a estagnação da atividade econômica, os profundos desequilíbrios macroeconômicos e a hiperinflação criaram as condições para uma postura menos intervencionista do Estado e para a aceitação, dos governos seguintes, de políticas neoliberais, orientadas pelo Consenso de Washington.

No cenário político país vivia uma importante mudança com o fim da ditadura, a redemocratização do país e a promulgação da nova Constituição Federal em 1988. Contradicoriatamente às orientações dos organismos multilaterais, como: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, as reivindicação da sociedade civil brasileira, por meio de seus movimentos sociais, reivindicava a ampliação dos direitos sociais (ORTEGA, 2008).

Quanto ao cenário internacional, episódios como: o Segundo Choque do Petróleo, em 1979, a elevação da taxa de juros internacional e o crescente endividamento externo brasileiro, entre outros fatores, fizeram com que os organismos multilaterais recomendasse novas propostas organizacionais para a gestão pública, apoiadas na descentralização administrativa e de recursos do poder público nos diferentes níveis do governo (federal, estadual e municipal) (BUARQUE, 2002; ORTEGA, 2008).

Como resultado, houve avanços no processo de descentralização e maior autonomia do poder público local na gestão do crescimento e desenvolvimento. Não obstante as determinações constitucionais, essa transferência de responsabilidades socioeconômicas para os governos estaduais e municipais não foram acompanhadas de recursos suficientes. Essa descentralização ganhou força nos meios da sociedade civil organizada que ansiava por um novo modelo de desenvolvimento que valoriza as estratégias de ação local, ancorada na

mobilização de diferentes atores, instituições sociais, econômicas e políticas. (ORTEGA, 2008).

Como consequência desse maior protagonismo das ações locais é que lançamos mão do aporte teórico territorial, que tem sido utilizado como instrumento de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local. Nessa perspectiva, é necessário considerar e distinguir os conceitos de local e território, e qual a sua importância para o desenvolvimento territorial endógeno.

O local constitui mais do que um espaço físico e restrito, configura um espaço social, econômico, cultural e ambiental em constante transformação. (FISCHER, 2002; MULS, 2008). Quando se fala em local, está se falando, sobretudo, em lugar, enquanto parte do espaço onde vivemos e reivindicamos uma identidade coletiva. O local é um novo referente da coesão social, onde os cidadãos se preocupam com a realidade socioeconômica do seu lugar (KLEIN, 1991).

Os territórios, vão além da divisão espacial geográfica do Estado-Nação; são construções socioeconômicas e institucionais realizadas por diferentes atores sociais, apoiadas na vertente política, econômica, cultural ou simbólico-cultural sobre o ambiente biofísico (natural). (BORDIEU, 2007; HAESBAERT, 2006; ORTEGA, 2008). Podem ser construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas se alterando no espaço e no tempo, enquanto processo da própria dinâmica social (SOUZA, 1995).

Assim, o desenvolvimento territorial se refere às estratégias socioeconômicas e institucionais, organizadas por atores sociais, centradas em um dado território ou localidade e vinculadas de acordo com o sistema local. Nesse sentido, a organização dos atores sociais locais é um elemento importante no processo de desenvolvimento econômico local e essa mobilização social local, enquanto esforço das solidariedades e cooperações locais, aproxima-se da economia solidária.

A perspectiva da economia solidária na prática do desenvolvimento é um modelo alternativo, com trabalhadores organizados e ativos do processo de transformação socioeconômico da realidade que vivem. Produzindo bens e serviços sempre orientados por valores solidários como *cooperação*, *solidariedade* e *confiança*, utilizando tecnologias apropriadas às especificidades locais e ao uso adequado dos recursos produtivos da sua localidade (GOGELIER, 2001; SINGER, 2002; 2004). Assim, a valorização das redes sociais, da cooperação e da solidariedade presentes nas práticas de economia solidária, estão relacionadas aos processos de desenvolvimento local endógenos. Visto que a concepção de

território imbrica em outra forma de empreender o desenvolvimento, com a participação cidadã, relações horizontais de poder e presença de laços de confiança e cooperação.

Nesse sentido, o objetivo dessa tese é compreender, por meio de pesquisa de campo, com empreendimentos econômicos solidários - EES, que exercem coletivamente a produção, comercialização e gestão de atividades, no território do Sertão Norte Mineiro, sua capacidade concreta em traçar o futuro e melhorar as condições socioeconômicas na sua localidade. Recorrendo ao uso da expressão *território do Sertão Norte Mineiro* não como base geográfica da soberania de um Estado, com seus limites e fronteiras, mas do ponto de vista de reconhecimento de uma identidade coletiva construída ao longo do tempo por diferentes grupos sociais com intensos processos de interações na Região.

Nesse sentido, as questões que orientam esse estudo são:

- *As iniciativas de economia solidária se inserem no processo de geração de trabalho e renda de maneira importante no Sertão do Norte de Minas?*
- *Como essas iniciativas se iniciam? Como muitas delas sobrevivem apesar da informalidade, da baixa capacitação dos sócios e da falta de capital?*
- *Quais as motivações que levam um grupo de pessoas a se associarem e cooperarem para empreender solidariamente?*
- *Empreendimentos econômicos solidários constituem-se em estratégias de sobrevivência em momentos cíclicos de crise do capitalismo?*
- *Seria o determinismo econômico uma lei geral para toda a sociedade humana ou há outras formas de distribuição da riqueza gerada, além do mercado?*
- *Elementos como a reciprocidade, ação coletiva e cooperação são aspectos importantes no enfoque territorial e contribuem na busca de alternativas de desenvolvimento endógeno para suas localidades?*
- *Quais deveriam ser as bases para um novo modelo de desenvolvimento territorial no Norte de Minas Gerais?*

Dessa forma, o que se pretende investigar é a realidade cotidiana de trabalho, produção, organização, cooperação e solidariedade nos empreendimentos econômicos solidários no Sertão Norte Mineiro. Assim como a percepção dos sócios quanto à realidade em que se encontram envolvidos e sua possível contribuição para o desenvolvimento

territorial, ou seja, se a *economia solidária é uma estratégia de desenvolvimento territorial em territórios deprimidos como é o caso do Sertão Norte Mineiro?*

Dessa maneira, para a realização da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos.

Para iniciar a realização da pesquisa de tese fez-se uma ampla revisão bibliográfica sobre a temática do desenvolvimento territorial, da economia solidária e do processo de ocupação, formação e desenvolvimento do Sertão Norte Mineiro.

Sobre o desenvolvimento territorial foram estudados os trabalhos de Brandão (2007), Bourdieu (2007), Granovetter (2002), Haesbaert (2002), Ortega (2008), Pondé (2005), Reis (2007), entre outros. Para o entendimento sobre economia solidária, os textos de Castel (1998), Gaiger (1999), Gomes et al., (2007), Polanyi (2012), Razeto (1984), Singer (2002; 2004; 2003; 2007), e outros. Também foram utilizados o banco de dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, documentos e relatórios do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária - FMEPS e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, estudos e relatórios da Incubadora Tecnológica de Economia Popular – ITCP/Unimontes. Sobre o Sertão Norte Mineiro foram pesquisados os estudos de Carneiro (2003), Costa (2005), Dayrell (2000), Lessa (2007), Mata-Machado (1982), Ribeiro (2013), Rodrigues (2000).

Com o intuito de operacionalizar a pesquisa e responder aos objetivos propostos optou-se pelo ‘estudo de caso’ em três organizações coletivas de produção e comercialização solidária, organizadas sob a forma de autogestão. São elas: *Unidade de Beneficiamento de Coco Macaúba – UBCM, Núcleo Regional Solidário Flor do Pequi e Essências do Cerrado*.

A decisão pelo estudo de caso, como forma de coleta de dados, deve-se ao fato de que tanto o desenvolvimento territorial como a economia solidária se referem a um conjunto de ações socioeconômicas e institucionais que são articuladas por diferentes atores sociais que juntos buscam novas formas de gerir o desenvolvimento. Nessa perspectiva, fazia-se necessário uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada para compreender, explorar e descrever acontecimentos e contextos complexos do comportamento humano, econômico e social na geração de trabalho e renda, de forma cooperativa e solidária no Sertão Norte Mineiro.

Chizzotti (2003, p. 78-79) aponta a pesquisa qualitativa como a mais adequada quando se pretende abranger a conduta humana e o contexto social. Isso acontece, segundo o autor, porque a pesquisa qualitativa abriga correntes de investigação bem diferentes, mas que em síntese, se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental de

um padrão único de pesquisa para todas as ciências. Sendo que a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência entre o sujeito e o objeto que não se pode resumir a dados isolados (CHIZZOTTI, 2003).

Quanto à análise de dados, Brandão (1999) recomenda cuidado ao tratar os fatos sociais como se fossem fenômenos naturais que podem ser previstos, provocados e controlados num laboratório. Para Chizzotti (2003) o conhecimento:

[...] não se traduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2003, p. 79).

Nesse sentido, nosso desejo de compreender a atuação do sócio (membro participante diretamente do empreendimento econômico solidário) nesse projeto de transformação da realidade territorial/local, por meio de suas ações apoiadas na *solidariedade, reciprocidade, confiança e cooperação*, apoiou-se na pesquisa qualitativa, obedecendo ao método indutivo, com coleta de dados por meio de estudo de caso.

A seleção de três empreendimentos econômicos solidários deu-se pela história de mobilização e organização local em suas localidades e a forte articulação existente entre eles no processo de implantação das políticas de economia solidária na região Norte de Minas, de modo a superar as dificuldades socioeconômicas e de promover mudanças em suas localidades como um ator social e político, capaz de lutar por sua sobrevivência, direitos e cultura. Em segundo lugar, os três empreendimentos praticam uma atividade econômica, com agregação de esforços e recursos, organizados solidariamente por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária – princípios da economia solidária (SINGER, 2004).

Na definição de procedimentos e normas para a coleta de dados, o uso da pesquisa qualitativa privilegia algumas técnicas de investigação tais como: a observação participante e a entrevista não diretiva. “A observação participante é obtida por meio do contato do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista” (CHIZZOTTI, 2003, p. 80).

Quanto à entrevista não diretiva é uma forma de colher informações baseada no discurso livre do entrevistado que pressupõe:

[...] que o informante é competente para exprimir-se com clareza sobre questões da sua experiência e comunicar representações e análises suas, prestar informações fidedignas, manifestar em seus atos o significado que têm no contexto em que se realizam, revelando tanto a singularidade quanto a historicidade dos atos, concepções e ideias. (CHIZZOTTI, 2003, p. 92-93).

Buscando auxiliar na qualidade e fidedignidade das informações usou-se ainda um questionário (Apêndice A) abrangendo questões relativas a quatro blocos de informações: características individuais de cada sócio; educação e organização social; trabalho e renda; e o empreendimento. O objetivo do questionário é caracterizar os empreendimentos e auxiliar na análise dos aspectos sociais, organizativos e econômicos do empreendimento, mas isso não significa o uso de um ‘roteiro’ fixo para a investigação. Durante toda a pesquisa novas questões foram acrescentadas respeitando a singularidade de cada empreendimento estudado. O questionário foi aplicado a todos as pessoas, predominantemente, envolvidas na produção e comercialização no empreendimento.

Durante a aplicação do questionário e nas visitas aos locais de produção e comercialização empregou-se a técnica da observação participante, buscando recolher informações sobre as ações dos sócios em seu contexto natural de produção e comercialização, “*o local, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade*”. (CHIZZOTTI, 2003, p. 90).

Para elaborar os instrumentos de pesquisa (o questionário, as questões que nortearam a entrevista e a observação nas visitas aos empreendimentos), seguiu-se a orientação proposta por Ogando (2012) em seu artigo “*Uma proposta de indicadores sociais e econômicos para a avaliação de empreendimentos econômicos solidários*”, por entender que os empreendimentos são organizações de caráter econômico, contudo também social. Vale ressaltar que o intuído aqui não é ranquear os empreendimentos, mas avaliar as características socioeconômicas que os aproximam ou os afastam da economia solidária.

No artigo, Ogando (2012) apresenta um índice de avaliação, buscando analisar a viabilidade dos empreendimentos solidários enquanto organizações de caráter econômico, mas igualmente social. Dividiu o índice em dois eixos básicos: social e econômico. Totalizando oito indicadores: empreendimento, infraestrutura, organização, democracia participativa, remuneração, comercialização, redes e apoio. Sendo 20 variáveis para o eixo social e 20 para o econômico, totalizando 40 variáveis, distribuídas nos oito indicadores. Cada variável vale um ponto, totalizando 40 pontos. (Anexo A).

Para finalizar, foi realizado um estudo etnográfico a partir das narrativas e memórias dos próprios associados/cooperados dos empreendimentos solidários (entrevistas, conversas, fotografias e notas de campo). Segundo Saville-Troike (1987), a pesquisa etnográfica investiga como os significados sociais são criados e situados na rede de relações tecidas em uma comunidade por meio de suas próprias narrativas e memórias. Assim, destacaram-se alguns elementos que estão presentes na maioria das falas dos sócios entrevistados quanto ao seu modo de vida, organização, produção e sua localidade. Isto permitiu vivenciar o dia-a-dia dos empreendimentos, observar as atividades realizadas, as relações afetivas existentes, interações com comunidades circunvizinhas, a relação de liderança, decisões realizadas em grupo, desavenças, dentre outros aspectos.

Para apresentar os resultados encontrados, o trabalho está organizado em cinco capítulos, além dessa introdução. No primeiro capítulo, apresentamos um contraponto entre o individualismo utilitarista (teoria clássica e neoclássica), que parte da ideia de que o indivíduo (racional) busca maximizar a sua utilidade e ao fazer isso acaba por ajudar na persecução do interesse geral e coletivo (SMITH, 1985), e a economia plural, onde a reciprocidade nas relações desloca a ênfase do componente utilitário, reconhecendo que nem toda motivação para a produção está subordinada ao lucro monetário e admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riqueza além do mercado, por exemplo, via Estado ou via solidariedade (POLANYI, 2012).

No segundo capítulo, apresentamos o conceito de economia solidária e algumas das diferentes abordagens, com interpretações diferenciadas sobre sua origem e papel desempenhado. Em seguida, tratamos da emergência da economia solidária no Brasil, explicando como sua noção ressurge devido à crise socioeconômica das décadas de 1980 e 1990, com o crescente número de desempregados no período.

No terceiro capítulo, realizamos uma discussão sobre o conceito de território, reconhecendo a necessidade de expor com clareza o referencial adotado em virtude do caráter polissêmico que o conceito adquiriu. Adotamos como perspectiva de análise o conceito de território enquanto construção social, com pluralidade de atores sociais que estabelecem relações em função de objetivos em comum. No mais, tratamos da descentralização político-administrativa e de sua influência no desenvolvimento territorial no Brasil, associadas às mudanças no papel intervencionista desempenhado pelo Estado brasileiro, nos anos de 1980/90. Por fim, discutimos a banalização do global-local e a concepção de que a escala local tem poder ilimitado para promover o desenvolvimento territorial.

O quarto capítulo apresenta algumas considerações sobre o processo de ocupação do Norte de Minas Gerais, bem como a apropriação do Sertão Norte Mineiro e discute aspectos desta ocupação espacial no processo de desenvolvimento regional e suas consequências na vida do sertanejo, que vivia como agregado ou vaqueiro na antiga fazenda de criação de gado.

No quinto capítulo, temos a análise empírica da realidade socioeconômica dos empreendimentos estudados. Num primeiro momento traçou-se um perfil individual dos empreendimentos econômicos solidários e suas principais características, ressaltando que o objetivo não é identificar um padrão comum nos três EES, mas identificar as características significativas na história de cada grupo. No segundo momento fizemos uma análise das três experiências econômicas solidárias agrupadas de modo a observar seus aspectos econômicos e organizacionais. A última seção trouxe uma análise das redes solidárias, das instituições de apoio aos empreendimentos econômicos solidários e a discussão sobre a conexão entre a economia solidária, considerando as relações de cooperação, estratégias solidárias e práticas de autogestão, na organização, produção e comercialização; e se essas ações de estratégias de trabalho e renda para indivíduos excluídos, do padrão de desenvolvimento da região Norte de Minas, são capazes de construir um projeto de desenvolvimento territorial (endógeno) alternativo. Por último, são feitas as considerações finais e as principais conclusões do trabalho.

1 O CARÁTER PLURAL DA ECONOMIA: PARA ALÉM DA LÓGICA MERCANTIL

“O homem não é um ser econômico, mas um ser social e por isso mesmo nenhuma motivação humana é econômica em si”.

Aristóteles

Polanyi (2012) interessa-se por uma teoria dos traços gerais da sociedade capitalista moderna que a acompanham ao longo de toda a sua história, mas não exclui a possibilidade de outras formas de organização da economia além do mercado, sendo a economia um fenômeno plural.

Este capítulo apresenta um contraponto entre o individualismo utilitarista (teoria clássica e neoclássica), que parte da ideia de que o indivíduo (racional) busca maximizar a sua utilidade, e ao fazer isso acaba por ajudar na persecução do interesse geral e coletivo, e a economia plural, na qual a reciprocidade nas relações desloca a ênfase do componente utilitário, reconhecendo que nem toda motivação para a produção está subordinada ao lucro monetário, e admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riqueza além do mercado, por exemplo, via Estado ou via solidariedade (POLANYI, 2012).

1.1 Individualismo Utilitarista e Economia Plural

Retornando à economia neoclássica, cujas raízes encontram-se na obra de Adam Smith¹, a sociedade é formada por indivíduos independentes competindo entre si. A busca do interesse individual, em um mercado competitivo, asseguraria o bem-estar coletivo sem a necessidade de uma coordenação central, vale dizer em condições de ‘*laissez faire*’. Por exemplo, diz Smith, “*não é pela benevolência do padeiro ou do açougueiro que nós temos o nosso jantar, mas, pelo egoísmo deles, pois os homens agindo segundo seu próprio interesse criam as condições necessárias para que todos maximizem a sua utilidade*”. (SMITH, 1985, p. 379-380).

Smith (1985), explica que a condição necessária para a sociedade alcançar a prosperidade é a competição ou concorrência entre os diferentes agentes que atuam no mercado e do esforço de cada indivíduo na busca de seus próprios interesses. Muito embora a

¹ Para maiores informações vide teoria da “Mão Invisível” - Smith, A. in: A Riqueza das Nações: investigação e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

competição também leve ao conflito, para o autor, esses conflitos são guiados e resolvidos por leis da natureza, ou seja, por um mecanismo natural, automático e regulador que ele definiu como a ação da ‘mão invisível²’ da economia (SOUZA & RODRIGUES, 2006). Logo, não é necessário qualquer tipo de intervenção na economia.

Segundo Smith (1985):

Ao perseguir os seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público. (SMITH, 1985, p. 380). Grifo meu.

No entanto, a experiência atual sugere que não existe força natural capaz de controlar os conflitos gerados em uma sociedade cuja organização social é baseada na competição individual. Segundo Polanyi (2012), o modelo de economia, no qual indivíduos maximizam ganhos econômicos por meio do comportamento competitivo, não se aplica a todas as sociedades. Polanyi argumenta que a dinâmica dos sistemas econômicos nas sociedades pré-capitalistas (arcaicas), por exemplo, não podem ser explicadas por motivações puramente econômicas, visto que essas sociedades tinham uma vida comunitária regida pelos princípios de *reciprocidade, redistribuição e troca de bens* equivalentes.

Contrariamente ao exposto por Adam Smith ao analisar uma sociedade capitalista, Polanyi (2012) sustenta que o ganho e lucro nunca foram as forças impulsoradoras da economia nas sociedades pré-capitalistas. Segundo Polanyi (2012, p.110), “*a reciprocidade desloca a ênfase do componente utilitário, da vantagem egoísta, para a experiência amável e gratificante que flui dos contatos de vizinhança mutuamente honoríficos com aqueles a quem nos ligamos em relação específicas de status objetivo e amizade pessoal*”. Portanto, essas são características típicas do capitalismo e estão historicamente datadas.

A economia não precisa ser apenas competição e concorrência. O que acontece, segundo Polanyi (2012), é que a economia funde a noção de subsistência com a de escassez. Ao tratar da definição do termo econômico, Polanyi esclarece que há dois significados, com raízes distintas e independentes uma da outra, o formal e o substantivo.

O primeiro significado, o formal, provém do caráter lógico da relação meios-fins, como em economizar ou conseguir algo a baixo preço; desse significado provém a definição de econômico pela escassez. O segundo, o significado substantivo, aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres

² A ‘mão invisível’ é uma metáfora utilizada para demonstrar a existência de um conjunto de leis naturais e de forças reguladoras das ações econômicas no livre mercado.

vivos, não podem existir sem meio físico que os sustente; eis a origem da definição de subsistência de econômico (POLANYI, 2012, p.63).

Nesse sentido, a integração da economia não se reduz somente ao caso formal da teoria clássica e neoclássica, o comportamento econômico é racional. A economia de subsistência deve ser compreendida enquanto um processo instituído de integração e dependência do homem com o meio natural, compreendido como meio de vida socialmente disponível, sendo a dependência tanto material como social (POLANYI, 2012).

Polanyi (2012) admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riqueza, com uma conjugação de diferentes regimes, a cada tempo e lugar: “*mercado autorregulado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade*”. Na modernidade, tais princípios se reagrupam em três formas principais de integração da economia humana: a “*reciprocidade e simetria, a redistribuição e centralidade e a troca e mercados*” (POLANYI, 2012, p.87-93):

- ***Reciprocidade e simetria*** acontecem em um agrupamento simétrico onde o comportamento adequado (esperado) é o de equidade e de consideração. Deriva de normas comportamentais, em sistemas não econômicos, como de parentesco, amizade, cooperação, entre outros.
- ***Redistribuição e centralidade*** prevalecem em um grupo na medida em que, na alocação de bens, estes são recolhidos e distribuídos conforme costumes, a lei ou uma decisão central. Assim, a redistribuição ocorre por meio de uma autoridade que ordena essa disposição, estando intrinsecamente ligados ao ordenamento político das sociedades. Polanyi cita, entre outros exemplos, o sistema tributário dos Estados.
- ***Troca e mercados*** é um movimento bidirecional de bens entre pessoas orientadas para o ganho. O sistema é sancionado pela propriedade privada e a distribuição é feita por meio de compra e venda, utilizando-se de mecanismos de preços em um sistema abstrato de oferta-demanda-preços.

De acordo com esse pensamento, o comportamento econômico dos indivíduos é motivado por diferentes sentimentos e objetivos e isso depende do ambiente institucional e das relações sociais em que estão inseridos. Quando as relações sociais são sustentadas por reciprocidade e simetria, por exemplo, podem constituir um contraponto a uma sociedade

formada por indivíduos que agem de maneira independente, e cujo objetivo é estabelecido de maneira isolada e egoísta.

Um traço característico da organização social é o relacionamento entre os diversos agentes que a compõe, existindo uma *interdependência social* entre os mesmos. O resultado de vários tipos de interdependência social, como trocas e transferências de controles, forma as relações sociais. Nesse sentido, concluímos que os indivíduos são capazes de trabalhar também por outras razões (relações) e não necessariamente por ganhos econômicos, como por exemplo: ajuda mútua, cooperação, amizade, parentesco etc. (POLANYI, 2012).

Segundo Polanyi (2012), por trás da organização do capitalismo competitivo paira uma suposta supremacia do mercado sobre a organização e motivações da vida cotidiana, no entanto, como escreveu Aristóteles: “*o homem não é ser econômico, mas um ser social*” e por isso mesmo “*nenhuma motivação humana é econômica em si*”. De acordo com Polanyi (2012), mesmo o ato de produzir não é uma atividade individual, mas coletiva. Assim, na prática, as economias de mercado não são apenas mercantis, sendo o determinismo econômico, como lei geral para toda a sociedade humana, uma ilusão.

Polanyi (2012) assevera que a economia de mercado é uma novidade histórica e que diversas outras formas de organização social da economia são possíveis, sendo uma delas, o sistema de mercado. Um fato relevante na análise do sistema de mercado é que, “*tornando-se a troca a forma de integração prevalente, o mercado se transforma na instituição específica pela qual a economia se organiza socialmente*” (CANGIANI, 2012, p. 13).

Assim, os seres humanos e o meio natural, que na sociedade pré-capitalista não se portavam como mercadoria para a venda, na sociedade de mercado, foram “*organizados em mercados*” onde trabalhadores vendem sua força de trabalho e o meio natural é transformado em mercadorias para a troca monetária. Isso muda a perspectiva da sociedade que passa a ser tratada como um acessório, uma função do mercado (CANGIANI, 2012, p. 13-14). Nesse sentido, “*em vez de a economia estar enraizada nas relações sociais, as relações sociais estão enraizadas no sistema econômico*” (POLANYI, 2012, p. 60).

Polanyi (2012, p.105-109) ao analisar as sociedades ‘árcaicas’, diz que a solidariedade da tribo era adquirida por organização da economia, que buscava neutralizar os efeitos do medo e da fome. As relações sociais em que a economia estava ‘enraizada’ protegiam a distribuição da terra e do trabalho; e a função econômica era desempenhada por outras estruturas dominantes, como *parentesco*, a *hierarquia política* ou a *tradição religiosa*. Dessa forma, a vida comunitária era regida pelos princípios de *reciprocidade, redistribuição e troca de bens equivalentes*. De acordo com Polanyi, uma comunidade primitiva desenvolve

seu trabalho com o intuito de prover todas as famílias que compõem essa sociedade, já que a ideia de bem-estar comum se sobressai à ideia de bem-estar individual.

Ao almejar a maximização do resultado, em uma sociedade capitalista de mercado, o indivíduo é imerso em uma nova racionalidade, na qual a troca é facilitada pelo uso do dinheiro, tornando-se o meio de vida e das relações sociais. Nessa sociedade, os efeitos do medo e da fome não são mais garantidos por laços comunitários, e por isso, todos devem trabalhar, “economizar” e “maximizar” de maneira atomista e individualista (CANGIANI, 2012).

Contudo, em uma economia tradicional de subsistência, por exemplo, onde as unidades produtoras são geralmente familiares e produzem basicamente para consumo próprio, muitas vezes o lucro monetário não é o objetivo procurado (SOUZA, 2009).

Além disso, Polanyi (2012, p.185) esclarece que a moderna economia de mercado resultou não de um processo de crescimento iniciado em primórdios modestos, mas das convergências de fenômenos originalmente separados e independentes, que só podem ser entendidos se analisado um conjunto de traços institucionais definidos. São eles: “*um local fisicamente existente, mercadorias disponíveis, um grupo ofertante, um grupo demandante, costumes ou leis e equivalências*”.

Assim sendo, uma economia capitalista só pode ser conceituada em uma sociedade de mercado, cuja produção de mercadorias e serviços seja destinada a um sistema de mercado. Caso contrário, as trocas são um simples ir e vir de mercadorias. Se houver apenas equivalências fixas, não há um mercado formador de preço. Por isso, as trocas podem ocorrer via movimento de mercado, mas também por costumes, leis, solidariedade, entre outros. Entretanto, se o ato da troca envolver um mecanismo de oferta-procura-preço, falamos em mercados formadores de preços e consequentemente de economia de mercado (POLANYI, 2012, p. 186).

No modelo utilitarista a subsistência humana torna-se dependente do mecanismo de mercado, submetendo a reprodução social à reprodução do capital, cunhando uma nova sociedade:

O Estado e o governo, o casamento e a criação dos filhos, a organização da ciência e da educação, da religião e das artes, a escolha da profissão, as formas de habitação, as configurações dos povoados, a própria estética da vida privada, tudo tinha de se coadunar com o modelo utilitarista, ou, pelo menos, não interferir no funcionamento do mecanismo de mercado (POLANYI, 2012, p. 221).

No sistema de mercado, o poder e o valor econômico são paradigmas da realidade social em que a mobilização humana muda do caráter de subsistência para a motivação do lucro. Nesse novo sistema econômico, o preço das mercadorias determina a sobrevivência e o *status* do indivíduo. O mercado de trabalho, terra e dinheiro tornam-se essenciais para uma economia de mercado, ou seja, para um modo de organização de produção capitalista (POLANYI, 2012).

Não obstante, segundo Singer (2002), o capitalismo é o modo de produção hegemônico na atualidade. Isso não impede o desenvolvimento de outros, como a economia solidária. Tal ocorrência, de acordo com Singer, porque o capitalismo é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa, o que resulta em pobreza, desigualdade, violência, entre outros aspectos que culminam em crises.

Nesse sentido, a vida do indivíduo mais pobre é exatamente aquela que se vê desarticulada pelo progresso da época moderna que, não tendo em vista o bem-estar do trabalhador, proporciona o colapso da condição humana (POLANYI, 2012). Singer (2002) esclarece os motivos dessa desarticulação ao apontar a capacidade do capitalismo de moldar a estrutura legal e institucional, de acordo com os seus valores e interesses, comprometendo o funcionamento ‘ideal’ da sociedade.

Para Polanyi (2012, p. 224), toda sociedade organizada como uma sociedade de mercado é complexa, e nenhuma sociedade complexa pode existir sem um poder organizado central e um mecanismo de coação (força) para garantir o seu funcionamento de acordo com os seus princípios. “*No sistema de mercado o poder e o valor econômico são, com efeito, os paradigmas da realidade social*”. Bourdieu (2007) também analisa o caráter simbólico do poder e de suas formas de exercício e legitimação do mundo social como padrão a ser seguido.

O fato é que ao moldar os traços comportamentais das pessoas em uma sociedade utilitarista, onde as motivações parecem ser materiais, ser ou não bem sucedido depende da capacidade das pessoas de adquirirem e venderem bens e serviços no mercado, desenraizando a economia substantiva das instituições sociais.

O que levou o século XIX a pensar na fome e no ganho como “econômicos” foi simplesmente a organização da produção numa economia de mercado. (...) Para continuar vivo, o homem é obrigado a comprar bens no mercado com a ajuda da receita decorrente da venda de outros bens no mercado. O nome desses rendimentos são salários, renda, juros (POLANYI, 2012, p. 214).

Entretanto, para Polanyi (2012), há outros caminhos de distribuição de riqueza além do mercado, podendo se dar também, via Estado e via solidariedade. Nesse sentido, Cangiani (2012, p. 31), disserta sobre movimentos alternativos no mundo inteiro, “*assim como as contribuições teóricas que buscam uma saída para as consequências para o ambiente humano, social e natural, a atual fase neoliberal*” e cita o ‘*planejamento participativo organizado*’ como uma solução mais eficiente que o capitalismo ou o socialismo, caso a finalidade da sociedade seja alcançar *o bem-estar, a justiça social e a sustentabilidade ambiental*. No planejamento participativo as estruturas da sociedade como a jurídica, a política e a ideológica não devem ser subordinadas ao mercado competitivo.

Essas estruturas são tão importantes no processo de desenvolvimento e funcionamento da economia que Polanyi (2012) cita distintas ‘formas de integração’ mesmo em uma sociedade de mercado. Isso ocorre porque se sabe que as estratégias de poder e vários tipos de intervenções públicas interferem no funcionamento do mercado. Por isso, é possível a criação de padrões de troca e distribuição mais autônomos, recíprocos e simétricos; mas que dependem da matriz institucional que ordena as relações econômicas com os meios natural e social.

A inclusão do não econômico é vital, pois religião ou o governo podem ser tão importantes para a estrutura e o funcionamento da economia quanto às instituições monetárias e o funcionamento da economia quanto às instituições monetárias ou a disponibilidade dos próprios instrumentos e máquinas que aliviam o fardo do trabalho (POLANYI, 2012, p. 302).

O fato é que a estrutura de mercado sustentado em fundamentos neoclássicos, de um mercado perfeitamente autoregulável e competitivo, dificilmente existirá. Há desequilíbrios e crises econômicas recorrentes que culminam em antagonismos e conflitos sociais. Apesar do desenvolvimento econômico capitalista ser o modelo dominante, ao longo dos últimos séculos, não tendeu a eliminar outras modalidades de organização econômica, como a economia solidária.

Para Singer (2002) a dimensão da ação coletiva e da cooperação alicerçada na confiança mútua e na inter-relação social entre indivíduos é fundamental para a estruturação de outra sociedade mais igualitária e justa. Entretanto, seria a *economia solidária capaz de contribuir para desenvolvimento territorial? Elementos como a reciprocidade, ação coletiva e cooperação são aspectos importantes no enfoque territorial? Contribuem na busca de alternativas de desenvolvimento endógeno para suas localidades?*

Considerações Parciais

De acordo com a interpretação *smithiana*, a sociedade é formada por indivíduos independentes e egoístas que competindo entre si geram as condições necessárias para a sociedade alcançar a prosperidade e o progresso. Entretanto, sabe-se que essa não é uma regra que funcione em todas as sociedades.

Polanyi (2012) discorda dos pressupostos liberais do mercado autorregulado e defende que o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações e não apenas pelo egoísmo ou auto interesse presente no mercado econômico. Há a possibilidade de outras formas de organização da economia além do mercado, desempenhada por outras estruturas dominantes, como *parentesco*, *hierarquia política*, *cooperação* ou a *tradição religiosa*. O intercâmbio de mercado, embora dominante em várias sociedades, não eliminou outras modalidades de trocas e a organização produtiva regida por outros princípios como *reciprocidade*, *redistribuição* e *intercâmbio*.

Somente na economia capitalista a subsistência humana torna-se dependente do mecanismo de mercado, submetendo a reprodução social à reprodução do capital, cunhando uma nova sociedade com princípios tão utilitaristas, entretanto, isso não implica no desaparecimento da reciprocidade e redistribuição nas práticas sociais da modernidade capitalista. A economia solidária é um exemplo da iniciativa de pessoas que juntas procuram nos fundamentos e nos princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade uma nova racionalidade econômica mais igualitária e justa.

Assim, busca-se no próximo capítulo analisar como as experiências de economia solidária constituem uma racionalidade econômica diferente da racionalidade do sistema dominante, e em que medida contribuem com o desenvolvimento territorial.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

“O paradoxo próprio das sociedades capitalistas é que a economia é a principal fonte de exclusão dos indivíduos, mas esta exclusão não os exclui apenas da economia. Ela os exclui ou os ameaça em longo prazo de exclusão da sociedade”. Gogelier (2001).

A economia solidária é resultado de mudanças ocasionadas por um conjunto de fatores socioeconômicos que levou os trabalhadores a uma situação de exclusão e pobreza (SINGER, 2004). Vários são os motivos para que esses trabalhadores se aproximem de alguma experiência de economia solidária. Memórias do agir coletivo, dificuldade de ingresso no mercado de trabalho formal, ‘incapacidade operacional’ para utilizar novas tecnologias, baixa escolaridade, entre outros. Coletivamente, essas pessoas, buscam a sua subsistência e dos que a praticam, negando a relação empregado/empregador, e produzindo bens e serviços sempre orientados por valores solidários como *cooperação, solidariedade e confiança*.

Na economia solidária as atividades são organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma de autogestão, sendo assim, expõe-se o que são os *empreendimentos econômicos solidários* (EES), diferenciando em seguida, a empresa capitalista e os EES. Por fim, tratou-se da economia solidária e das estratégias que a direcionam ao encontro dos princípios norteadores do desenvolvimento econômico local e territorial.

Este capítulo apresenta o conceito de economia solidária e, algumas, abordagens diferentes, com interpretações diferenciadas sobre sua origem e papel desempenhado. Em seguida, trata da emergência da economia solidaria no Brasil, explicando como a sua noção ressurge devido à crise socioeconômica das décadas de 1980 e 1990, com o crescente número de desempregados nesse período.

2.1 O Conceito de Economia Solidária

Não há ainda uma definição precisa do conceito de economia solidária. Termos como *economia popular, economia social e economia solidária*, embora pareçam sinônimos, pertencem a universos semânticos distintos, com interpretações diferenciadas sobre sua origem e papel desempenhado.

Embora todas essas diferentes abordagens tenham, em comum, o objetivo de possibilitar a subsistência dos que as praticam e a negação da relação empregado-empregador, é no conceito de economia solidária que se observam valores solidários como: solidariedade, cooperação, confiança, autonomia, igualdade entre outros. Capazes de converter-se no elemento básico de uma nova “*racionalidade econômica onde o determinismo econômico não é uma lei geral para toda a sociedade humana*” (GAIGER et al., 1999, p.22).

A economia solidária é resultado de mudanças ocasionadas por um conjunto de fatores socioeconômicos que levaram os trabalhadores a uma situação de exclusão e pobreza, sendo sua origem tão antiga quanto o próprio capitalismo. Para Singer (2004, p. 71), a organização solidária nasce quase que simultaneamente ao capitalismo industrial, como reação ao empobrecimento dos artesãos diante do uso das máquinas-ferramentas e do motor a vapor, no início do século XIX.

Em se tratando das origens históricas do conceito, de acordo com uma perspectiva europeia, França Filho (2002, p.124) esclarece que o termo foi criado a partir dos trabalhos de Jean Louis Laville *et* Bernard Eme, na França, nos anos de 1990. Um conceito forjado simultaneamente à emergência de iniciativas organizacionais locais, em sua maioria associações de trabalhadores que buscavam soluções aos problemas socioeconômicos próprios de sua localidade. Sendo assim,

[...] a emergência de uma economia solidária (ou sua noção) traduz-se por uma florescência de práticas socioeconômicas na Europa visando propor (a partir de iniciativas locais) serviços de um tipo novo designados sob o termo “serviços de proximidade” ou “serviços solidários” (FRANÇA FILHO, 2002, p. 124-125).

Segundo Lechat, (2002), a partir de 1977 e até os anos de 1985, houve uma série de iniciativas para criar empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores em toda a Europa. Os trabalhadores com o apoio dos sindicatos transformavam empresas falidas em cooperativas de trabalho, pautadas por laços solidários efetivos em função da participação e interesse em prosperar o empreendimento. Foi nesse contexto histórico que surgiu uma ‘nova literatura’, interessada em estudar a dinâmica socioeconômica dessas iniciativas locais (LECHAT, 2002, p.6).

Nesse sentido, Lechat (2002, p.6-7), destaca a influência da escola de Cornell, nos Estados Unidos, sobre a chamada ‘teoria econômica da autogestão’. Durante a década de 1970, nesta escola, Yaroslav Vaneck, um professor checo imigrado nos Estados Unidos, idealizou a ‘teoria da autogestão’ e dedicou seus estudos a formação de cooperativas,

influenciando outros pesquisadores de toda a Europa. Anos depois, quando esse movimento começou a decrescer, vários pesquisadores alargaram o seu campo de estudo, do cooperativismo para o associativismo, constatando que o associativismo vai além da esfera da cooperativa e faz parte também da ‘economia de não mercado’.

Como destacou Cangiani (2012), diversas formas de organização social da economia são possíveis, sendo no ‘sistema de mercado’ apenas uma. O sistema de mercado caracteriza-se pela troca monetária enquanto forma de integração prevalente na sociedade, sendo a produção destinada a obter lucro. Já na ‘economia de não mercado’, os produtores de bens e serviços, não visam necessariamente trocas monetárias, podendo utilizar, também, trocas por mercadorias ou serviços de valor equivalente, pautando suas relações por solidariedade, amizade, parentesco entre outras.

Assim, Laville (1994) define a economia solidária como um conjunto de iniciativas organizacionais, cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ou seja, é um conceito influenciado pelas práticas organizacionais locais de economia social que emergiram em toda a Europa no final da década de 1970 e durante os anos de 1980 como tentativa de sanar dificuldades socioeconômicas próprias de cada localidade.

Já nos países da América Latina, de acordo com Lechat (2002), o termo mais utilizado nos anos de 1980 e 1990 era ‘economia popular’. Essa terminologia teve forte influência na obra do sociólogo Luís Razeto, tomando como referência as iniciativas locais presentes em Santiago do Chile e organizadas, em sua maioria, pela população mais pobre.

Na concepção de Razeto (1982) e com base em seu texto intitulado: “*Empresas de Trabajadores y Mercado Democrático*”, a exclusão social é uma característica típica da própria evolução do sistema capitalista, pautado por uma lógica econômica de acumulação e concentração da riqueza que resulta em exploração dos trabalhadores e desigualdades sociais.

Diante desse quadro, os mais pobres e excluídos do crescimento econômico buscam alternativas produtivas locais denominadas de organizações de ‘economia popular’, o que Razeto (1984) nomeia também de ‘economia da solidariedade’ (mais tarde conhecida como economia solidária) ou de ‘mercado democrático’.

Economia da solidariedade são “*iniciativas econômicas de caráter associativo, marcadas por uma ética igualitária, preservadora da diferença dos sujeitos e de suas capacidades de conviver e interagir com a diferença alheia*” (Razeto, 1984 apud Cruz, 2006, p. 39). Ou ainda, “[...] uma reformulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para

dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade” (RAZETO, 1997, p. 40).

Quanto ao ‘mercado democrático’, segundo Razeto (1984) *apud* Cruz (2006, p.42), a economia solidária vale-se da cooperação, mas também da organização da comunidade e da colaboração entre os sujeitos, extrapolando a esfera da empresa solidária e configurando-se como uma busca por uma nova estrutura de sociedade que seja capaz de “*construir uma nova relação estrutural entre economia, política e cultura, marcadas pela solidariedade, entendida aí como democratização das três esferas da vida social*”.

Por sua vez, A. Sen (2000) apreende o desenvolvimento como um processo que deve estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da qualidade de vida e da *liberdade* que as pessoas desfrutam. Segundo o autor, a visão de liberdade envolve tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as reais oportunidades que os indivíduos possuem, sendo as capacidades aumentadas pela política pública e influenciadas pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. Ou seja, consiste na eliminação de tudo o que limita as escolhas e oportunidades das pessoas.

Já Moura (2002, p. 334), ao examinar iniciativas de gestão local com interfaces com a economia solidária, conceituou ‘democracia integral’ como formada por iniciativas que “*utilizam como referências metodológicas as noções de democracia integral, que remetem à ideia de cidadão como sujeito de seu próprio desenvolvimento*”.

Segundo Razeto (1997), a economia solidária vale-se de uma racionalidade especial, diferente de outras rationalidades econômicas e chama a atenção para o que denominou de fator ‘C’, que diz respeito à cooperação, comunidade, colaboração, coordenação e coletividade, cinco fatores que estabelecem outros tipos de fluxos e relações, não apenas econômicos. Sendo que a característica fundante nessas relações é a solidariedade, que se torna o papel central nas atividades econômicas e coletivas e na organização social, diferentemente do observado no mercado competitivo, assumindo uma nova ética em busca de uma nova sociedade.

A abordagem teórica, proposta pela economia solidária, supõe outro olhar sobre o funcionamento da sociedade e do mercado. De fato, Gomes et al., (2007c) define economia solidária como uma forma diferente de fazer economia. Segundo o autor, a atividade econômica solidária é caracterizada por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária e inspiradas por valores culturais que reconhecem o ser humano na sua integralidade ética e lúdica.

Nesse sentido, a organização da produção está submetida a outros princípios e valores, não apenas aos econômicos, como defende a razão instrumental. Princípios de reciprocidade e amizade pessoal, com mercados organizados por meio de redistribuição e troca de bens equivalentes (POLANYI, 2012).

Singer (2002, p.112) define economia solidária a partir do ideal de organização democrática de produção e consumo, oriundo das práticas originais do “socialismo utópico”. Nesse sentido, esclarece que o “*programa de economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante*”. Consoante com essa ideia, Mance (2014) conceitua a economia solidária como:

Um modo de promover o bem-viver, um sistema econômico pós-capitalista, em construção, que realiza a democracia no plano econômico, tanto assegurando a propriedade solidária dos meios de produção quanto direcionando a atividade econômica para a realização sustentável das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (MANCE, 2014, p. 13).

No entanto, Singer (2004, p. 74) elucida que o movimento de economia solidária cresce em momentos de crises sociais e econômicas, mas só se desenvolve enquanto sistema econômico quando a maioria da sociedade se conscientiza da importância de organizar a produção de modo coletivo.

Portanto, enquanto fenômeno socioeconômico, a emergência das práticas de economia solidária, de modo geral, está intimamente relacionada à exclusão social dos trabalhadores. No caso brasileiro, a crise do desemprego e precarização das relações de trabalho na década de 1990 fomentaram muitas dessas experiências (CASTEL, 1998; GAIGER, 1999; SINGER, 2004).

2.2 Economia Solidária no Brasil

No Brasil, o termo economia solidária ganhou destaque a partir de meados dos anos de 1980. Segundo Valetin (2009), a emergência de iniciativas organizacionais solidárias resulta do crescente número de pessoas que, antes buscando a sobrevivência por conta própria, se organizam coletivamente em busca de geração de trabalho e renda.

Isso ocorre, segundo Singer (2004), devido à crise socioeconômica das décadas de 1980 e 1990, na qual o Brasil, devido ao baixo crescimento econômico, a abertura comercial e a reestruturação produtiva vivenciou o fechamento de indústrias, aumentando o desemprego e

a informalidade no mercado de trabalho, assim como a intensificação da desregulamentação das relações trabalhistas, por meio do enfraquecimento do poder de negociação dos sindicatos.

Tomando como exemplo a evolução da taxa de desemprego no Brasil metropolitano, Corseuil et al (1997) destaca que entre 1986 e 1995 é possível separar quatro etapas distintas. A primeira inicia-se com o *Plano Cruzado* e segue até o fim dos anos 1980, quando o desemprego girou em torno de 4% ao ano. Na segunda etapa, do governo Collor até o ano de 1992, a taxa de desemprego aumentou até alcançar mais de 6% ao ano. No terceiro período, principalmente após o *Plano Real*, a taxa de desemprego voltou a patamares em torno de 4% ao ano. Na quarta etapa, em meados de 1995, o desemprego voltou a taxas em torno de 5% ao ano.

Singer (2004) defende a tese de que a economia solidária ressurge³ no Brasil, nesse período histórico, quando muitas indústrias, inclusive as de grande porte, pedem concordata e demitem seus funcionários. De acordo com Singer (2004), os trabalhadores demitidos⁴ organizam-se para arrendar ou adquirir a ‘massa falida’ e então, com o apoio dos sindicatos de trabalhadores, criar cooperativas autogeridas. “A questão crucial do processo está em levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual” (SINGER, 2004, p. 74).

Diante desse movimento, em 1994, foi realizado na cidade de São Paulo o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, visando informar e expandir as práticas da autogestão. Nesse encontro, criou-se a *Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG*, com a finalidade de assessorar os trabalhadores nas novas empresas solidárias e nas práticas de autogestão (SINGER, 2004).

No ano de 1996, o Sindicato de Metalúrgicos do ABC de São Paulo organizou um congresso também para discutir com os trabalhadores a formação de cooperativas e as práticas de autogestão, como estratégia de garantir a manutenção de postos de trabalho. O congresso deliberou que poderiam ser sócios do sindicato todos os trabalhadores da categoria (inclusive

³ Segundo Singer (2004) a Economia Solidária ressurge, visto que práticas comunitárias e solidárias são muito antigas entre pessoas de uma mesma comunidade ou família. Pode-se dizer que são práticas tão antigas quanto o próprio capitalismo industrial. Para maiores informações ver: SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁴ Segundo Singer (2004, p.75) a experiência da empresa calçadista Makerly, de Franca – SP, foi a base que permitiu desenvolver uma metodologia de transferência de empresas capitalistas a seus empregados.

cooperadores) e não apenas assalariados formais, como era a regra, praticamente geral, no Brasil até então (SINGER, 2004).

Em Fevereiro de 1998, um seminário interno realizado pelo sindicato dos Metalúrgicos do ABC e dos Químicos do ABC concluiu que era necessário, além da assessoria, proporcionar aos novos cooperadores informação, formação e capacitação para a condução da cooperativa, visto que parte significativa dos sócios cooperativados era constituída de ex-operários, de baixa ou média qualificação. Tem-se então a criação em 1999 da *Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS* no âmbito da *Central Única dos Trabalhadores - CUT*, em parceria com o *Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE* e com a constituição da *União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo - Unisol* (SINGER, 2004).

A ANTEAG, ADS e a Unisol são entidades com forte vínculo com o movimento sindical, partidos políticos e com outras entidades da sociedade civil. Sendo que a Unisol conta com uma *Incubadora de Cooperativas Populares - ITCP*, mantida pela prefeitura de Santo André e ligada à entidade de ensino, Fundação Santo André. A incubadora deu início a essa modalidade de colaboração às cooperativas no estado de São Paulo. A partir dessa iniciativa, surgiram outras ITCP's em diferentes Estados e universidades públicas (SINGER, 2004, p.87).

Por meio das ITCP's foi idealizada a *Rede Inter universitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho - Rede Unitrabalho*, com o intuito de estudar e desenvolver ações direcionadas ao mercado de trabalho (SINGER, 2002 a).

No ano de 2000 a ANTEAG começou a ser contratada por governos estaduais que decidiram incentivar ações de economia solidária nos seus estados. A primeira iniciativa foi a do governo do Rio Grande do Sul, de Olívio Dutra (SINGER, 2002 a). Observa-se um novo tipo de organização solidária, constituída por pequenos empreendimentos econômicos (artesãos, agricultores familiares, trabalhadores das artes entre outros).

Vale ressaltar que embora a economia solidária tenha começado a se constituir de forma mais representativa na década de 1990 com o surgimento de várias cooperativas, empresas de autogestão e outros empreendimentos congêneres. O espaço de discussão e articulação nacional começou a ser formado durante as atividades da economia solidária no *I Fórum Social Mundial* (SENAES/MTE, 2005/2007). Essa reunião foi realizada em novembro de 2002 e nela decidiu-se elaborar uma Carta para o então presidente Luís Inácio Lula da Silva, sugerindo a criação de uma *Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES* (SINGER, 2002 a).

Essa solicitação foi atendida e, no ano de 2003, foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego a SENAES. A Secretaria tem o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento (SINGER, 2002 a).

Outro marco importante, em novembro de 2010, o então presidente Lula assinou um documento, durante a reunião plenária do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, realizada em Brasília (DF), regularizando o primeiro Sistema de Comércio Justo e Solidário do mundo reconhecido e fomentado pelo Estado. Também foi assinado o decreto instituindo o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas. De acordo com os documentos dessa criação, o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário é um conjunto de parâmetros a serem seguidos na execução de políticas públicas voltadas à geração de trabalho e renda por meio de ações de promoção da economia solidária e do comércio justo.

No mais, Singer (2004, p.73) lembra que “*a economia solidária se compõe das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão*”. Em se tratando da autogestão, Ogando & Gaiger (2009), argumentam que as atividades econômicas são organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma de autogestão, sendo consubstanciadas por *empreendimentos econômicos solidários* - EES e suas formas de apoio, sendo que a autogestão é uma modalidade de administração que consiste em entregar as decisões ao conjunto dos trabalhadores.

2.3 Empresa Autogerida e Empreendimento Econômico Solidário

De acordo com Singer (2004), a economia solidária é formada por um conjunto de atividades econômicas de produção, comercialização, finanças e crédito, todas organizadas por princípios solidários sob a forma coletiva e autogestionária. Observa-se a economia solidária reúne tanto o princípio da unidade entre a posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) como o princípio da socialização desses meios.

São exemplos de unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição: cooperativas e associações de produtores, empresas autogeridas, bancos comunitários, clubes de troca e diversas organizações populares urbanas e rurais (SINGER, 2003, p.13).

Segundo Singer (2004, p.71-72) o capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham. Os trabalhadores são os proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem nela, uma vez que sua finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a

quantidade e a qualidade do trabalho. Já o excedente anual é chamado de sobras e não de lucro. A forma como será utilizada essa sobra depende da decisão da maioria dos sócios.

De acordo com Gomes et al. (2007 a), quando a empresa solidária é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias. No entanto, quando ela é de grande porte, os sócios elegem delegados, por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios. As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. A autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração.

Quanto aos EES, de acordo com Gaiger (2003), são pequenos empreendimentos solidários organizados por pessoas movidas por suas próprias convicções e que buscam um novo ideal de negócio, baseado na coletividade organizacional, na autogestão comunitária e na solidariedade, adotando os mesmos princípios de organização da empresa solidária autogerida. Segundo o conceito apresentado pelo Atlas de Economia Solidária no Brasil (2005/2007, p. 18), os EES são:

- a) Organizações coletivas-organizacionais suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais etc;
- b) Organizações cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão de atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) Organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) Organizações com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) Organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário. Grifo Meu.

Portanto, pode-se concluir que a economia solidária representa a reunião das atividades produtivas, distribuição, consumo e crédito, necessária para a geração de trabalho e renda. Suas bases estão no coletivo, na cooperação, na solidariedade e na autogestão.

2.4 Algumas Diferenças entre as Lógicas da Economia Capitalista e da Economia Solidária

Fazendo um contraponto entre a empresa de economia capitalista e de economia solidária, observamos que a primeira aplica a ‘heterogestão’, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Por outro lado, a economia solidária propõe à autogestão, onde as informações referentes à produção e comercialização fluem sem hierarquias, com trocas de conhecimento e aprendizado entre todos os sócios do empreendimento (GOMES et al, 2007).

Outra diferença marcante entre a economia capitalista e a solidária é que no sistema capitalista as mercadorias ou serviços são produzidos visando o mercado capitalista e à obtenção do lucro. Na economia solidária a mercadoria e os serviços são produzidos buscando a realização do comércio solidário que visa à quantidade e à qualidade do trabalho. Pode ou não envolver moeda na troca de bens e serviços. A finalidade do comércio solidário é a satisfação de todos os agentes envolvidos na ação (produtores, comerciantes e consumidores). O comércio solidário prima pela troca de experiência entre os produtores e a eliminação de intermediários. Um bom exemplo da prática da economia solidária são as feiras solidárias, locais de encontro e convivência, trocas e aprendizado dos empreendimentos para comercializar seus produtos (GOMES et al, 2002c).

De acordo com Gomes et al (2007b), pode-se dizer, a grosso modo, que a comercialização via feiras foi a primeira forma efetiva de comércio dos EES. É na feira que o empreendedor solidário (produtor rural, artesãos, costureiras, grupos culturais, entre outros) que não têm espaço ou escala suficiente para vender em grandes centros comerciais, encontra espaço para expor, negociar e eliminar o atravessador nas relações de compra e venda.

Outro ponto importante a destacar é que na economia solidária o trabalho é o fator central no processo produtivo solidário, ao contrário do fator capital presentes nas relações capitalistas.

Segundo Razeto (1997):

O trabalho é a atividade e principal meio pelo qual o ser humano desenvolve as suas potencialidades, apossa-se da realidade e a transforma de acordo com suas necessidades e fins, manifesta e agrupa a sua criatividade, abre o caminho para o conhecimento, humaniza o mundo e se autoconstrói em níveis de subjetividade crescentes. (RAZETO, 1997, p.).

É essa centralidade atribuída ao trabalho coletivo que dá à economia solidária um caráter de instrumento de geração de trabalho e renda enquanto busca pela superação dos princípios do capitalismo, pois o ser humano é o sujeito e também a finalidade da atividade econômica. Por isso, Gomes et al. (2007c) e Singer (2007) salientam que além dos aspectos econômicos, a economia solidária é portadora de ética e cultura transformadoras das relações humanas, comunitárias e sociais, configurando uma tentativa de mudança da sociedade. Ao recolocar a centralidade do ser humano e seu bem-estar, a sustentabilidade econômica e social, cultural e ambiental, das ações por ele desencadeadas, alcançam o objetivo de fortalecer o desenvolvimento socioeconômico. Por isso, a economia solidária tem a potencialidade de:

[...] fortalecer o conceito de desenvolvimento, que compreende o crescimento econômico como indissociável de um processo simultâneo de distribuição de renda, garantia e ampliação dos direitos sociais e de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população. (GOMES. et.al, 2007c, p.37-38).

Nesse sentido, segundo Gomes et al. (2007e) as políticas governamentais voltadas à promoção da economia solidária expressam uma tentativa de resposta às necessidades dos trabalhadores, assumindo importância maior em países ainda em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

Portanto, vimos que é diante de um contexto de crise e precarização do trabalho que a economia solidária aproxima-se de uma proposta diferente de desenvolvimento, sendo a solidariedade o centro da elaboração coletiva das atividades produtivas (CASTEL, 1998; CORRAGIO, 1991; GOMES et al., 2007c).

2.5 Economia Solidária e Estratégias de Desenvolvimento Econômico Local

Nos estudos sobre desenvolvimento econômico local é possível seguir em duas direções: uma denominada de social, que tem como eixo norteador o combate à exclusão social por meio de pequenos empreendimentos priorizando os segmentos que estão à margem do grande mercado, e outra vertente, competitiva, com ações que tendem a dirigir-se para os grandes e médios empreendimentos (MOURA, 2002, p. 331).

Segundo Moura (2002, p.332), a primeira vertente é baseada nas ideias de participação cidadã e parceria entre instituições públicas e organizações da sociedade civil, buscando o desenvolvimento por meio de novas estratégias com foco no local. “São

iniciativas tendo em vista a necessidade de reestruturação dos sistemas produtivos locais, o aumento dos postos de trabalho e o incremento da competitividade local”.

Vários são os exemplos dessas abordagens e Moura (2002) cita três específicos, a saber: *O programa das Nações Unidas para o desenvolvimento - PNUD e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE* que programaram no Nordeste projetos de incentivo ao Desenvolvimento Econômico Local e Sustentável - DLIS. O DLIS buscava um processo de melhoria da qualidade de vida da população local, com conservação ambiental e participação organizada da população. *O Programa Comunidade Ativa*, do governo federal, procurava diagnosticar e incentivar as vocações locais em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. E a Agência de Cooperação Alemã - GTZ, que atuou em municípios do Rio Grande sul e no Nordeste, com o programa *PRORENDA*, idealizando ações de inclusão social, fortalecimento da economia local, inovação na gestão pública, ambiental e uso racional dos recursos (MOURA, 2002, p. 332-333).

Com a abertura da economia brasileira nos anos de 1990, pela inserção da política neoliberal, registra-se uma série de iniciativas de enfrentamento a pobreza e busca pelo desenvolvimento com foco no local, tendo como um dos princípios fundamentais a ação organizada da sociedade. As experiências mais conhecidas no Brasil são os arranjos produtivos locais conhecidos como DLIS. Uma proposta de desenvolvimento autônomo e endógeno em que a comunidade local a partir de seu capital social terá que realizar um diagnóstico e estabelecer uma estratégia de desenvolvimento com parcerias entre diferentes instituições públicas e privadas (ORTEGA & ALMEIDA FILHO, 2006).

O desenvolvimento econômico passou a ser um empreendimento endógeno, da localidade, um processo de ‘baixo para cima’, com participação da comunidade em questões políticas, econômicas, sociais e ambientais (FRANCO, 2000). Houve também alterações significativas na atuação do Estado, transferindo algumas das suas funções a diferentes agentes da sociedade (governos, cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil) atuando apenas como moderador e facilitador do desenvolvimento local.

Tomando como exemplo a gestão municipal, desde a Constituição de 1988 em que os municípios adquiriram autonomia política por meio da elaboração de sua própria lei orgânica e ampliaram sua competência em áreas como política urbana e transportes coletivos. Nesse processo a participação da comunidade é vista como fundamental para um modelo de gestão democrática. É verdade que houve avanços na composição do poder político (exemplo: os Conselhos de Gestão), entretanto, o problema são os recursos necessários para viabilizar os

projetos de desenvolvimento locais. O fato é que houve um aumento dos encargos, porém sem os recursos necessários para os mesmos (TEIXEIRA, 2002).

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico local deve ser protagonizado por governos, empresas, comunidades organizadas e redes produtivas. O que significa que os projetos de desenvolvimento econômico local são planejados, na sua maioria, por instituições públicas (federal, estadual e municipal) para, em parceria com outros atores locais (sindicatos, cooperativas, associações), decidir os rumos da localidade, com perspectivas de melhorias sociais e econômicas (LLORENZ, 2001).

Algumas dessas iniciativas dirigem-se ao encontro dos princípios norteadores do ‘desenvolvimento solidário ou alternativo’, caracterizados pela reciprocidade das ações e por técnicas produtivas alternativas e inovadoras que se valem das potencialidades e conhecimentos locais. São projetos exercidos geralmente por Organizações Não Governamentais - ONGs, comunidades, movimentos sociais e setores governamentais, operacionalizando ações sob nova ótica desenvolvimentista. (SOUZA & RODRIGUES, 2006). Características que são também fundamentadas nos postulados de economia solidária.

Santos & Silveira (2001) destacam os seguintes aspectos ligados ao desenvolvimento solidário e alternativo:

- a qualidade de vida da população local;
- ações econômicas e sociais direcionadas à localidade;
- formas de produção não-capitalista;
- tecnologias apropriadas às especificidades locais, e
- uso adequado dos recursos naturais.

Logo, o desenvolvimento econômico local pode ser considerado como um conjunto de ações (estratégias) sociais e econômicas que são articuladas por diversos atores sociais objetivando a melhoria nas condições de vida da população em um determinado espaço, inclusive um território. O local é parte do território e vem sendo elevado desde 1990 como uma importante escala para a busca de convergência entre os objetivos econômicos e aqueles relativos à cidadania, incremento da participação popular e melhoria da qualidade de vida (BRAGA, 2002, p. 23-25). A ideia de local está imbricada com a perspectiva de descentralização de gestão e horizontalizadade das relações sociais e políticas na busca pelo desenvolvimento.

Ainda de acordo com a autora, dentre as diversas estratégias propostas de desenvolvimento local temos o emprendedorismo, cuja a ênfase reside na emergência de negócios que provenham da própria economia local.

E quais seriam os elementos constitutivos do território? A trajetória do Estado brasileiro é fortemente marcada pela postura intervencionista em relação ao território (LIMA, 2010). Até meados da década de 1990 o território e consequentemente o desenvolvimento territorial eram vinculados ao poder do Estado-nação. Essa visão derivava do fato de que o território correspondia à superfície espacial sob controle exclusivo do Estado.

Essa é uma visão bastante restrita e questionada pela geopolítica a partir de 1990. Na atualidade o território é um espaço socialmente constituído, foi reconhecida a sua identidade, e deve ser organizado com base no processo histórico, nas características socioeconômicas (ambiental) comuns e nas políticas de indução do desenvolvimento, mas principalmente, segundo Llorenz (2001), por uma identidade comum sustentada por um sentimento de pertencimento ao local e a existência de múltiplos poderes que se manifestem nas estratégias regionais e locais. Aspectos que serão analisados no próximo capítulo sobre *Desenvolvimento Territorial*.

A organização, dos atores sociais locais, é um elemento essencial no processo de desenvolvimento econômico local. E caso essa mobilização social seja organizada como um esforço das solidariedades locais, aproxima-se da economia solidária, visto que o fortalecimento dos laços de solidariedade é um elemento estruturante nas relações sociais entre as diferentes instituições públicas, organizações da sociedade civil e da construção dos projetos de desenvolvimento (MOURA, 2002).

A perspectiva da economia solidária na prática do desenvolvimento é um modelo alternativo, com trabalhadores ativos do processo de transformação da realidade em que vivem, produzindo bens e serviços sempre orientados por valores solidários como: cooperação, solidariedade e confiança. Utilizando tecnologias apropriadas às especificidades locais e ao uso adequado dos recursos produtivos da sua localidade.

Essas localidades constituem territórios e se considerarmos as solidariedades locais como elemento fundamental para a promoção do desenvolvimento sob a perspectiva da economia solidária, a promoção do desenvolvimento territorial vai muito além do crescimento econômico e pressupõe mobilização social, laços de cooperação recíprocos, sistema produtivo local com respeito à cultura e com o objetivo de assegurar a qualidade de vida dos habitantes.

Consoante com esse pensamento vale então perguntar: Será a economia solidária uma estratégia de desenvolvimento territorial em territórios deprimidos como é o caso do Sertão Norte Mineiro?

Considerações Parciais

A emergência das ações de economia solidária, segundo Singer (2004), é tão antiga quanto o próprio capitalismo e nasce como reação ao empobrecimento dos trabalhadores, sendo desenvolvida por pessoas que em situação de risco e exclusão unem-se em estratégias de sobrevivência ancoradas no coletivo, na cooperação e solidariedade. Acreditam que isoladas nem sempre alcançaram o seu sustento e bem estar, e nesse sentido, buscam uma nova organização da sociedade, negando os princípios da economia liberal, formada por indivíduos independentes e egoístas que visam maximizar ganhos econômicos por meio do comportamento competitivo.

A economia solidária representa a reunião das atividades produtivas, distribuição, consumo e crédito, necessárias para a geração de trabalho e renda, na forma organizacional da autogestão. Ao reunir o princípio da unidade entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição nega a relação hierárquica e de subordinação patrão/empregado. Também a finalidade básica da produção e comercialização não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho, podendo haver outras formas de trocas, além da monetária. Ou seja, as motivações para produzir e trocar mercadorias e serviços não são puramente econômicas, podem ser, por exemplo, uma ação coletiva, orientada por *cooperação e solidariedade*. Esses são elementos diferenciadores que podem assumir a estratégia de desenvolvimento territorial.

3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O período dos anos de 1950 e 1973, denominado de a Era de Ouro⁵ do capitalismo, foi de grande crescimento econômico. O crescimento deveria se transformar em melhores condições de vida para toda a população, no entanto, os resultados socioeconômicos não foram os que se esperavam. Constataram-se assimetrias entre os países (desenvolvidos e subdesenvolvidos) e até mesmo no seu interior (estados, regiões e territórios), o que culminou em visões críticas ao modelo de crescimento adotado até então.

Na América Latina, por exemplo, essa crítica foi desenvolvida por economistas ‘cepalinos’ que fizeram diagnósticos sobre a realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos e buscaram apontar alternativas para seu desenvolvimento, tais como: industrialização e diversificação dos mercados externos, na época muito centralizada nos Estados Unidos (SOUZA, 2009). É nesse contexto, que segundo Ortega (2008), o debate sobre o desenvolvimento regional ganha espaço nas formulações de políticas públicas para superar as desigualdades registradas entre as nações.

Este capítulo visa realizar uma discussão sobre o conceito de território, reconhecendo a necessidade de adotar um determinado conceito em virtude do caráter polissêmico que assumiu. Adotaremos como perspectiva de análise o conceito de território enquanto construção social, ou como definiu Ortega e Matos (2013, p.1) “*o território enquanto construção social apoiada na cooperação e reciprocidade, ainda que de natureza conflituosa*”. Trataremos da descentralização político-administrativa e de sua influência no desenvolvimento territorial no Brasil, associados às mudanças no papel intervencionista desempenhado pelo Estado brasileiro, nos anos de 1990. Por fim, discutiremos a banalização da perspectiva global-local e a concepção exagerada de que a escala local tem poder ilimitado para promover o desenvolvimento territorial, havendo, segundo Brandão (2007), a necessidade de um projeto de desenvolvimento nacional, acrescentamos, em que uma política territorial esteja inserida.

⁵ Período de grande crescimento econômico nos países capitalistas. A somatória do Produto Interno Bruto nesses países cresceu numa taxa média anual de 4,9%, as exportações 8,6% ao ano, em média, resultado bastante superior ao período anterior, que compreende os anos de 1913 e 1950, onde a taxa média anual de crescimento do PIB foi de somente 1,9% e a variação das exportações de 1% ao ano (POCHMNANN, 2014, p. 54).

3.1 Espaço, Territórios, Territorialidade e Desenvolvimento Territorial

O conceito de território foi negligenciado no debate acadêmico, deixando de lado a dimensão espacial da atividade econômica por um longo tempo. O fato é que a literatura econômica preferia a noção de espaço à de território, tratada muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção. Frequentemente utilizamos o conceito de território como sinônimo de espaço geográfico, no entanto, há aproximações e distinções, o que requerer uma abordagem conceitual mais ampla (HAESBAERT, 2006; SANTOS, 1994).

Nesse sentido, Milton Santos discute no texto “*Retorno do Território* (1994)” o uso do território como um objeto de análise social, uma forma impura e híbrida que merece constante revisão teórica e analisa o espaço para além do geográfico, enquanto fator social, que assume caráter de instância social, como a economia, a cultura e a política. (SANTOS, 1994).

Ao categorizar o espaço, Santos (1994) esclarece que este já foi visto como sinônimo de território usado - *abrigo de todos os homens*, nesse entendimento, o território era o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o subordinava e o moldava. Todavia, na atualidade é necessário distinguir o *território de todos* daquele de interesse das empresas, em que a antiga noção de Estado Territorial dá lugar à noção pós-moderna de *transnacionalização* do território.

Benko (2002) também analisa a transnacionalização das economias e da produção. Para o autor a transnacionalização vem acompanhada de uma globalização espetacular dos mercados e do comércio internacional em que o ambiente econômico se torna cada vez mais flexível e *mundializado*. Destaca que a introdução da produção flexível exigiu uma reorganização profunda das funções de produção e de circulação na economia em que o sistema produtivo se fratura, dando origem a um mosaico de territórios diferenciados chamados de *tecnopolos*.

Segundo Benko (2002), a mundialização seria o processo de expansão global da relação social de produção capitalista, o “*espaço mundial do capitalismo multinacional*”, correspondente à nova distribuição histórico-geográfica e político-cultural das estratégias da divisão social do trabalho em nível global. Um espaço caracterizado em: *i*) mobilidade do capital, que se acelera a um ritmo sem precedente; *ii*) concorrência entre espaços nacionais, blocos (inter-) regionais e empresas transnacionais mais aguda; *iii*) crescente transnacionalização das economias e da produção acompanhada de uma globalização

espetacular dos mercados e do comércio internacional; e iv) um ambiente econômico que se torna cada vez mais transnacional.(BENKO, 2002, p. 45 – 46).

Porém, Santos (1994) assevera que isso não significa que todo o território era, no passado, *estatizado*, nem que na atualidade todo o território é estritamente transnacionalizado. Pelo contrário, essa nova realidade comporta novos recortes e novos modos de funcionamento do território sendo caracterizados por *horizontalidades* e *verticalidades*. As horizontalidades constituem o domínio da contiguidade, dos lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial. Já as verticalidades são formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas de processos sociais. Dessa forma, o território pode ser formado de lugares contínuos e de lugares em rede.

Ao tratar o território como lugares em rede Santos (2005, p. 256) se aproxima do conceito de ‘*espaço banal*’ de François Perroux. “*O espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns*”. Todavia, *espaço banal* e *redes*, são os mesmos lugares (espaços), mas com funcionalidades diferentes, trata-se ora até mesmo de divergentes e opostos (SANTOS, 2005).

Benko (2002) examina a organização de territórios em redes, utilizando a teoria da hierarquia dos lugares. O autor argumenta que a abordagem global dos lugares define as regiões por suas posições numa estrutura mais vasta, onde o debate se trava entre a abordagem expressa em divisão inter-regional do trabalho (esquema estruturalista) e outra que fala da capacidade endógena do desenvolvimento, ou seja, o distrito industrial.

No esquema estruturalista as produções urbanas tendem a organizar-se em redes de ‘*lugares centrais*’ com malhas hexagonais e supondo que uma cidade esteja no nó da maior parte das redes, fazendo com que essas redes girem em torno desse ‘*centro de nós*’, as cidades de segundo nível. (BENKO, 2002).

Benko (2002) ressalta que a fraqueza da teoria da hierarquia dos lugares centrais é o pressuposto do *espaço homogêneo*. Esta se esquece da irredutível especificidade da sociedade local, do papel do Estado local, da natureza das relações e compromissos sociais locais, de seu modo de regulação garantido pelo Estado local, entre outras. Ou seja, é uma reflexão sobre a personalidade do território local, atribuindo o sucesso e o crescimento de regiões industriais à sua dinâmica interna.

O fato é que se o espaço é homogêneo, como desejava a teoria dos lugares centrais, não haveria mais fronteiras e o desenvolvimento regional seria igual para todas as regiões. Porém, ao analisar a questão do desenvolvimento regional, Benko (2004) considera o espaço de modo disjunto, sendo que as atividades tecnológicas, com alto nível de

qualificação, alta tecnicidade e funções direcionais são reservadas às regiões centrais, ao passo que as tarefas repetitivas, pouco qualificadas e que requer considerável mão de obra se veem relegadas à periferia. Por isso, pode-se dizer que há hierarquia funcional entre as cidades, o que lhes confere funções supranacionais nas quais pode basear uma nova hierarquia urbana.

Ao abordar a hierarquia dos espaços Benko (2004) discute os princípios dos novos territórios produtivos: *os distritos industriais*, como o caso da *terceira Itália* e sua importância no estudo do desenvolvimento das regiões. Entretanto, trataremos dos distritos industriais no tópico 3.3 desse capítulo.

Ainda com relação às redes produtivas e a hierarquia dos espaços, Haesbaert (2006) explica que a transnacionalização dos territórios, com base nos processos político-institucionais de construção de territórios, têm interesses de ordem político-econômica e para isso determinam as *redes técnicas* que lhe interessam nos espaços com maior dotação de capital, capacidades de gestão e qualificações técnicas. Outro fato importante é que as novas tecnologias de informação, comunicação e transporte, colaboram com a anulação das *barreiras espaciais* que diminuem o espaço, assim como o tempo das transações econômicas, mas isso não significa necessariamente o fim das fronteiras ou crise da territorialidade.

Segundo Haesbaert (2006, p.20) mesmo que o mundo das divisões territoriais, dos estados nações, na forma como conhecemos hoje, esteja condenado frente à ‘sociedade em rede’, não há ainda como definir o “*indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-lo num determinado contexto geográfico, territorial*”. (HAESBAERT, 2006, p. 20).

Haesbaert (2006, p. 21) explica que o termo ‘territorializar’ advém da “*ligação com processos político-institucionais de construção de territórios, viabilizando, pelo território, interesses de ordem político-cultural (igreja), político-militar (exército) e político-econômica (redes técnicas)*”. Sendo assim, em um mesmo território, podem ocorrer muitas territorialidades, resultado do esforço coletivo de um grupo social em estabelecer e ocupar esse território. Logo, não há homogeneização do espaço e sim novas territorialidades.

Santos (2005, p.255) afirma que mesmo com as modificações no espaço, este ainda é formado por um “*conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações*”. É no espaço humano, espaço habitado e utilizado pelos indivíduos que ocorrem as interações sociais e consequentemente as transformações do espaço, sendo que as ações são resultantes de necessidades naturais ou criadas por aqueles que utilizam o território.

Diante dessa complexidade teórica, Haesbaert (2006) procura discutir as várias concepções de território num esforço de síntese onde propõe agrupá-las entre quatro vertentes básicas (HAESBAERT, 2006, p.40):

- a) *Vertente Política:* referida às relações espaço-poder em geral ou jurídico-política relativas a todas as relações de espaço-poder institucionalizadas. Para Haesbaert é a vertente mais difundida, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, onde se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado.
- b) *Vertente Cultural ou simbólico-cultural:* nessa concepção prioriza-se a dimensão simbólica e mais subjetiva do território, sobretudo, como o produto das relações sociais de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- c) *Vertente Econômica:* é a vertente menos difundida e enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas. O território é tratado como fonte de recursos ou incorporado ao embate entre classes sociais e a relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho.
- d) *Vertente Natural:* trata das relações da sociedade com a natureza (clima, solo, relevo, vegetação etc.).

Para a análise dessa tese interessa a perspectiva do território enquanto construção social, apoiada na vertente política, econômica, cultural ou simbólico-cultural. Ou seja, o território como uma construção social, política e histórica, enquanto espaço de ação coletiva em prol do desenvolvimento econômico local.

Bourdieu (2007), entretanto, trata a construção dos territórios com ênfase nos aspectos culturais e simbólicos, principalmente aqueles ligados ao poder, prestígio e à reputação, aspectos que de alguma maneira estão ligados ao ‘*engajamento social*’. O poder simbólico entendido como “*o poder de construir, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo*”, graças ao efeito específico de mobilização, que só se exerce, se for reconhecido pelo ‘*amalgamento grupal*’, visando o desenvolvimento enquanto ação coletiva dos agentes locais. O próximo tópico trata do papel exercido por esses agentes sociais na construção, emergência ou reprodução dos territórios.

3.2 O Papel dos Agentes Sociais no Desenvolvimento Territorial

3.2.1 O Capital Social e a Perspectiva do Desenvolvimento por meio do Enfoque Territorial

Com relação à perspectiva do desenvolvimento por meio do enfoque territorial, Abramovay (2000) argumenta que o desenvolvimento é um processo centrado num território concreto, com pluralidade de atores sociais que estabelecem relações em função de objetivos em comum. Esses objetivos são mantidos, de acordo com Granovetter (2002), pela confiança emergente de sistemas sociais cooperativos e do trabalho de cidadãos responsáveis e empenhados. Ou seja, o autor trata a confiança como um bem público, gerado e reproduzido pela própria comunidade local na busca pelo desenvolvimento territorial, com um caráter endógeno.

Discussão semelhante à de Putnam (2000) sobre o desenvolvimento de uma região. Em seu livro "*Making democracy work*", o autor, com base em um exaustivo estudo sobre a *terceira Itália*, conclui que o sucesso daquela região de pequenas empresas se deve a presença de relações de cooperação, confiança e reciprocidade. Estas características sociais e cívicas, por sua vez, constituem o contexto do bom desempenho institucional necessário ao desenvolvimento endógeno. Assim, para Putnam (2000), o desenvolvimento é resultado de altos índices de cooperação, confiança e reciprocidade, elementos constitutivos do *capital social*.

Também Moyano Estrada no artigo “*El Concepto de Capital y su Utilidad para el Análisis de las Dinámicas Del Desarrollo*” traz a discussão de como algumas sociedades próximas geograficamente e com recursos parecidos tem desempenhos diferenciados quando o assunto é o desenvolvimento. Em seu artigo o autor traça uma linha evolutiva do conceito de capital social e apresenta um modelo síntese para o processo de desenvolvimento utilizando o capital social. A conclusão é que na atualidade há indícios de que altos índices de capital social são determinantes para o bom desempenho desses espaços. (MOYANO, 1999).

Assim o capital social é considerado como um dos elementos fundantes do desenvolvimento territorial, haja vista a sua importância na mobilização e empoderamento coletivo das comunidades locais.

O conceito de capital social adquire destaque acadêmico a partir de 1990, no entanto, não é um termo novo. Em 1916, Lydia Hanifan⁶ utilizou pela primeira vez o conceito, *como* sendo um conjunto de relações sociais entre os indivíduos e a família. Para Moyano (1999), sua origem vem desde os trabalhos de *Marshall* e *Hicks* quando distinguiam estoques permanentes e temporários de capital físico. Em *Hume* e *Burke* falam da cooperação para viabilizar as transações mercantis. A Teoria dos Sentimentos Morais de *Adam Smith*, trata da necessidade de haver instituições e sensibilidade de caráter moral para funcionar eficientemente, dada a capacidade limitada de auto-regulação. No século XIX destacam-se os historiadores econômicos alemães que enfatizaram o papel das instituições e normas sociais que agora se incluem na noção de capital social.

Apesar de não ser um conceito novo, não há ainda uma definição precisa do termo e a maioria dos autores recorre à definições relacionadas ora aos aspectos da estrutura social, ora ao uso desse recurso por indivíduos (SOUZA & RODRIGUES, 2006).

A interpretação de Putnam (2000) sobre o capital social é de um conjunto de relações sociais e valores socialmente compartilhados entre os indivíduos. Argumenta que para haver cooperação é preciso não só confiar em outras pessoas, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros. O autor ressalta ainda que para haver confiança é preciso ter informação precisa quanto à executividade da mesma. Isso porque o capital social só adquire caráter inovador e importância social no desenvolvimento local endógeno quando:

[...] existir cooperação voluntária entre as pessoas e estas devem buscar o benefício mútuo. Ao operar simultaneamente como na ajuda ao outro (emprestimo de um utensílio, permuta de um serviço, associação para obter crédito ou troca de informações) os indivíduos favorecem o melhoramento econômico e social de onde vivem. (SOUZA & RODRIGUES, 2006, p. 44).

Por outro lado, Abramovay (2000, p.86) argumenta que o capital social é “*a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva*”. O mesmo raciocínio pode ser constatado em Coleman (1990, p.302), quando o autor afirma que o capital social é o contra ponto a um dos mitos fundadores da civilização moderna – “*de uma sociedade formada por indivíduos que agem independentes, e cujo objetivo é estabelecido de maneira isolada e egoísta*”.

⁶ Hanifan, Lyda (1916), The rural school community center. I Annals of the Americam academy of Political and Social Science, nº67, pp. 130-138.

Os vínculos de confiança mútua derivam de como as pessoas, de um mesmo espaço (localidade, região ou território) cooperativamente se comportam. Ao ser compartilhado, o capital social não é gasto, ao contrário, o uso o faz crescer, aumentar a confiança entre as pessoas, na medida em que assegura o benefício mútuo dos membros da sociedade. Neste sentido, a noção de capital social indica que é um estoque, um recurso público compartilhado por pessoas inseridas nos mesmos sistemas sociais, como por exemplo: a família, grupos religiosos, grupos de apoio escolar, associações, cooperativas, entre outros. (SOUZA & RODRIGUES, 2006).

O fato do capital social constituir um bem público faz dele um importante instrumento interno à comunidade local. No entanto, a legitimação do capital social depende do ambiente legal e político que o grupo está inserido e de fatores como o regime político, as formas de governo, e o respeito às liberdades civis e políticas. (MILANI, 2003).

Putnam (2000) adverte que a confiança pode ser considerada um ativo negativo, desde que as relações pessoais ocorram verticalmente. Este seria, para o autor, o caso da máfia, que apesar de apoiar suas ações em relações de confiança, não existe ali reciprocidade entre as pessoas. Por tanto, para haver confiança mútua e esta se tornar um ativo no processo de desenvolvimento é necessário que as relações pessoais ocorram horizontalmente. Ou seja, só assume o caráter de bem público ao ser compartilhado pela população. (SOUZA & RODRIGUES, 2006, p. 44-46).

Por fim, Putnam (2000) destaca que a reciprocidade é mantida por regras de convívio cívico, mantidas por uma espécie de garantia social que quando rompidas, consequentemente perde suas relações sociais no interior da organização social e sofre sanções por parte dos outros membros da cadeia de relações.

Coleman (1990) ressalta que também existem relações sociais externas ao grupo. Vários grupos necessitam e tendem a ter informações e recursos materiais de outros grupos, o que determina cadeias de relações sociais que vão além do local onde vivem.

3.2.2 O Papel das Instituições no Desenvolvimento Territorial

A conduta dos atores sociais é moldada pelo conjunto de relações sociais que se estabelece com outros atores relevantes, no entanto, Granovetter (2002) adverte que todas as ações, fenômenos e instituições econômicas só são expressivas se lidas à luz da sua inclusão num quadro de relações sociais significativas dentro do território. Afinal, os atores sociais

tomam decisões, se comportam estrategicamente e avaliam o contexto social no qual estão inseridos.

Portanto, para compreender como um território se estrutura e posiciona, num contexto mais amplo, analisando o seu desempenho competitivo, Reis (2007) explica que não se pode restringir a análise apenas a um cálculo econômico e racional dos recursos ou da tecnologia de que se dispõem, mas também da sua dimensão territorial, dos valores e lógicas sociais, das políticas, culturas cívicas e organizacionais e do papel das instituições. (REIS, 2007).

Segundo Reis (2007), as instituições são entendidas como consolidações coletivas de formas de compreender, agir e organizar as interações em sociedade - *governação*. Assim, a governação das sociedades e das economias não é uma simples mobilização de único princípio de cálculo e de poder (por exemplo, mercado e Estado). É um conjunto de mecanismos que usam diferentes formas de coordenação das ações individuais e mobilizam várias estruturas sociais.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que as sociedades contemporâneas não são hoje facilmente representáveis por uma lógica de organização hierárquica em que o poder de integração vertical capte e coordene o essencial da ação coletiva. Por isso, ordenar a diversidade é a primeira tarefa da governação numa perspectiva interacionista e plural. Não se trata apenas de uma relação entre dois mundos, nem de uma relação de um só sentido. Ao contrário, supõe várias estruturas, vários atores, vários processos, capacidades, vocábulos e, sobretudo, vários mecanismos (REIS, 2007).

Em síntese, pode-se dizer que o desenvolvimento territorial se refere a um conjunto de ações sociais e econômicas que é articulado por diferentes atores, centrados em um dado território e vinculados de acordo com o sistema local, e que os territórios são construções socioeconômicas e institucionais realizadas por diferentes atores sociais que utilizam o poder simbólico (produto histórico de processos sociais, econômicos e políticos) sobre o ambiente biofísico, convertendo-o em seu território.

Vários são os agentes sociais capazes de atuar na construção, emergência ou reprodução dos territórios, sendo os mais relevantes, na concepção apresentada por Mariani & Arruda (2010): as múltiplas atividades econômicas; os empreendimentos multinacionais/transnacionais; os intensivos em tecnologia e emprego de capital; as comunidades típicas; as Organizações Não-Governamentais - ONGs e o próprio poder público. Ou seja, instituições econômicas, sociais e políticas articuladas ao território, constituindo-se num conjunto de redes de relações.

São várias as possibilidades de análise dessas redes de relações, entretanto, adotaremos, neste trabalho, uma abordagem institucionalista do desenvolvimento econômico local. Quanto ao corpo de conhecimento institucionalista, Pondé (2005, p. 126-127) diz ser constituído de oito itens: i) a ênfase na evolução social e econômica; ii) o controle social e o exercício da ação coletiva; iii) a ênfase na tecnologia como força maior na transformação do sistema econômico; iv) as instituições, especialmente as estruturas de poder; v) a “teoria do valor” não se preocupando com os preços relativos das mercadorias; vi) a cultura como papel dual no processo da “causação cumulativa” ou coevolução; vii) a estrutura de poder e as relações sociais; e viii) os institucionalistas holísticos, permitindo o recurso a outras disciplinas, o que torna seu objeto de estudo econômico, necessariamente, multidisciplinar.

Nesse sentido é importante analisar o papel das instituições no desenvolvimento territorial. O papel do Estado, por exemplo, é o de constituir uma ordem jurídica e econômica capaz de viabilizar o desenvolvimento, por meio de redes horizontais ou redes de parcerias, isto é, o Estado é mais um elemento na economia local (PONDÉ, 2005).

De acordo com Pondé (2005), as instituições locais são importantes para o processo de desenvolvimento, pois não apenas definem e delimitam o conjunto de ações disponíveis para os indivíduos como são moldadas por eles o que torna suas interações possíveis, por meio de maior cooperação entre indivíduos e entre empresas de um mesmo território.

Scott (1995) faz uma distinção entre três diferentes dimensões ou ‘pilares’ das instituições - o regulativo, o normativo e o cognitivo. No *regulativo* temos processos sociais pelos quais são estabelecidas regras de comportamento, na forma de recompensas e punições, utilizando tanto de mecanismos formais de como informais. O *normativo* está associado a valores e normas, uma espécie de receita de “como as coisas devem ser feitas”. O *cognitivo* tem seus elementos básicos nos sistemas de símbolos, representações, crenças e categorias que constroem as diferentes maneiras pelas quais os agentes percebem e interpretam o mundo natural e social.

São três maneiras de compatibilizar um conjunto de comportamentos que formam redes socioeconômicas e políticas, enquanto estratégia para o desenvolvimento econômico local. Dessa forma, “*a abordagem institucionalista incorpora elementos sociais e históricos que estão arranjados no território, presos aos costumes e à tradição de uma região*” (MULS, 2008, p.6).

Por fim, de acordo com Muls (2008, p. 4 -8), os territórios são uma construção socioeconômica e institucional; um ator que se define por meio da ação coletiva e da

construção de instituições locais na busca pelo desenvolvimento econômico local. Os territórios são marcados por relações entre agentes que se inscrevem em boa parte fora das relações mercantis, onde as instituições estão amplamente implicadas no funcionamento e na dinâmica das economias locais.

3.3 Desenvolvimento Territorial e Distritos Industriais

O texto de Becattini “*Os Distritos Industriais na Itália*” (1999) trata da formação de distritos industriais na Itália central e setentrional, com algumas ramificações em direção ao sul do país. Segundo Becattini (1999), os *distritos industriais* na Itália estão assentadas na produção em pequenas unidades fabris, aparentemente desfavorecida em termos de estruturas de comercialização, de escala produtiva, de acesso ao crédito e de intervenções nos mercados estrangeiros que conseguiu parte crescente do mercado, tanto interno como externo, obtendo lucros e criando empregos.

Becattini (1999) demonstra que as vantagens, ou pelo menos algumas delas, da produção em grande escala podem ser obtidas por uma grande quantidade de empresas de pequeno porte, desde que concentradas num território dado, especializadas nas suas fases de produção e recorrendo a um único mercado de trabalho local. Os habitantes desse tipo de distrito industrial devem apresentar características socioculturais em simbiose com um processo de desenvolvimento próprio das pequenas empresas.

O estado de espírito que prevalece nos distritos industriais é do tipo *neo-smilesien* - baseado no desabrochamento pessoal, apesar de ser movido por um sentimento intenso de pertencimento à comunidade local. Para serem eficazes no distrito, os processos produtivos devem apresentar algumas características, como: o fracionamento em fases e a possibilidade de encaminhar no espaço e no tempo os frutos dessa produção fracionada. É importante a interpenetração e a sinergia entre a atividade produtiva e a vida cotidiana, que parecem constituir o traço dominante mais representativo do funcionamento de todo o distrito industrial.

Outra característica é o laço que une o sistema local dos pequenos produtores aos mercados externos de escoamento de seus produtos. E da possibilidade de escoar regularmente para o exterior os excedentes (em relação ao consumo local) de produtos específicos que tem a constituição e a consolidação de uma rede estável de conexões com os mercados finais. Por fim, vale ressaltar que o distrito não é um fenômeno exclusivamente local; é também uma das facetas da reestruturação do mercado (nacional e internacional) que

os especialistas já sancionaram através de uma mudança de terminologia (BECATTINI, 1999).

Outros princípios originais dos distritos industriais, segundo Becattini (1999), são coexistência singular de concorrência e de solidariedade entre empresas do distrito, que produz os custos de transação do mercado local; efervescência inovadora oriunda da base, favorecida pelo “clima industrial” reinante no distrito; grande mobilidade, tanto horizontal quanto vertical, dos postos de trabalho; cooperação entre membros do distrito para alcançar os objetivos econômicos ou, às vezes, melhorar o ambiente geográfico e social do distrito propriamente dito.

Logo, podemos descrever o distrito industrial como um grande complexo produtivo, onde a coordenação das diferentes fases e o controle da regularidade de seu funcionamento não depende de regras preestabelecidas e de mecanismos hierárquicos, mas, ao contrário, são submetidos, ao mesmo tempo, ao jogo automático do mercado e a um sistema de sansões sociais aplicadas pela comunidade.

Nesse modelo de interpretação, Becattini (1999) não pretende afirmar que a empresa possa ser em si, tão, ou talvez mais eficaz que a grandes empresas, mas que, quando as condições mencionadas anteriormente são reunidas, uma miríade de pequenas empresas implantada numa mesma região pode atingir, na sua produção de bens para uma demanda fracionada e variável, níveis de eficácia superiores (e em consequência comparáveis) aos de uma grande empresa que produz mais ou menos os mesmos bens.

No mais Becattini (1999) ressalta que os distritos industriais na Itália são um assunto ambíguo e controvertido. Alguns incluem na categoria dos distritos industriais, áreas industriais de pequena empresa regidas por uma, ou várias grandes empresas. Nessas áreas a estrutura produtiva é polarizada pela presença de grandes empresas, de modo que a estrutura social é caracterizada por nítidos conflitos de classes.

No entanto, segundo a interpretação neomarshalliana as pequenas empresas dos distritos engendram um sistema de interdependência que encontra seus raios de convergência nas grandes unidades de produção, mas a partir dos intermediários entre o processo produtivo e o destino do produto. Outros especialistas incluem na categoria dos distritos, as zonas urbanas onde são concentradas pequenas empresas de todo gênero, são os bairros industriais. Becattini (1999) não integra aos distritos industriais as zonas de especialização produtiva que, apesar de serem ligadas a um distrito industrial não conseguiram, ainda, uma autonomia visível no mercado.

Uma das críticas ao distrito industrial da Itália é que uma expansão fundada somente sobre as microempresas é necessariamente uma ilusão estatística, um fenômeno efêmero, ou ainda uma regressão. Alguns rejeitam a ideia de que a proliferação das empresas pudesse refletir mais que uma simples descentralização e pudesse criar empregos autênticos.

Quanto à renovação das condições internas e externas do distrito industrial, Becattini (1999) disserta que este tende a um afrouxamento da convergência. Ou pelo desmantelamento por falta de recursos ou submissão ao domínio de uma grande empresa, por isso, o distrito industrial é uma fase da evolução ao longo de uma das diversas vias possíveis da industrialização.

Para Bagnasco (1999) houve o renascimento da pequena indústria na Itália, no entanto, esse crescimento não se difundiu para áreas subdesenvolvidas. Hoje se sabe das condições econômicas e sociais que permitiram às pequenas e médias empresas crescerem durante os anos de 1960 e 1970. Assim, o autor questiona se a expansão das pequenas empresas e o desenvolvimento das regiões aplicado a esse tipo de industrialização foi espontâneo. Bagnasco (1999) nos leva a indagar se o distrito industrial é uma forma natural de organização econômica e avança perguntando se as pequenas e médias empresas constituem exceções em relação às grandes correntes, segundo as quais se organiza a produção industrial nas sociedades contemporâneas? São universos sociais e organizacionais diferentes até que ponto? E qual o seu futuro?

Bagnasco (1999), explica que no geral os fatores para a expansão das pequenas e médias empresas são fatores culturais (principalmente como é vista a relação de trabalho na grande indústria), radicalização das relações capital/trabalho (busca da flexibilização nas pequenas unidades), crescimento da demanda mundial de bens de consumo (demanda diferenciada que permite a produção em série limitada) e o progresso técnico (permite eficiência mesmo para produções em pequena escala).

Em nível nacional, a questão central se refere à política econômica do governo e, eventualmente, às políticas que tendem a estimular as pequenas empresas. Com relação à Itália algumas conclusões são possíveis: i) não houve política econômica ou programas especiais para essas regiões; os subsídios previstos ou outorgados às empresas de pequeno porte não representam uma parte tangível das transferências do Estado; iii) a política cambial pode ter estimulado as pequenas empresas, mas de nenhuma maneira propiciou essa forma de desenvolvimento; iv) os governos regionais incentivaram a pequena indústria, mas não foram capazes de aplicar uma verdadeira política econômica regional; e v) algumas regiões mais que outras, tornaram-se regiões que predominaram as pequenas empresas (BAGNACO, 1999).

O fato é que cidades beneficiadas com o crescimento da pequena empresa ativaram um processo em interação com as regiões rurais e com famílias rurais autônomas. Essas forneceram ao mercado de trabalho operários polivalentes, formados num meio rural autossuficiente e culturalmente direcionado para a autonomia e a mobilidade.

Assim, a formação do capital, as capacidades de gestão, as qualificações técnicas, a confiança recíproca e um bom clima social são recursos decisivos. Mas Bagnasco (1999) faz a seguinte ressalva: nada indica que o desenvolvimento observado pelas pequenas empresas possa nascer em qualquer outro lugar. Enquanto um sistema de pequenas empresas está se desenvolvendo, a qualidade dos recursos necessários para a empresa muda com o tempo e o contexto social, que também muda com o tempo.

Portanto, Becattini (1999) parece nos levar a uma concepção de distrito industrial muito associada à concepção de desenvolvimento endógeno, com suas regras específicas que governam sua estrutura e dinâmica. No entanto, o autor argumenta que o distrito industrial não é um fenômeno exclusivamente local; é também uma das facetas da reestruturação do mercado nacional e internacional. Os processos de descentralização em favor da autonomia regional é que criam modalidades locais-globais.

Por outro lado, a descentralização associada à autonomia regional foi proporcionada por políticas governamentais? Bagnasco (1999) diz que no caso específico da Itália, essas influências existiram, mas não foram decisivas para o sucesso das pequenas e médias empresas. Isso estaria muito mais associado ao desejo comum de modernização cultural. Ponto também destacado em Becattini (1999), quando o autor disserta sobre o sistema econômico local.

Bagnasco (1999) e Becattini (1999) convergem ao destacar a importância dos sujeitos, da formação do capital, das capacidades de gestão, das qualificações técnicas, da confiança recíproca e de um bom clima social como recursos decisivos na formação do distrito industrial. Mas seria essa a ideia defendida por Putnam (2000) em sua obra sobre capital social?

Relembrando a obra de Marques e Peixoto (2006), sobre incrustação, a expansão dos distritos industriais parece um fenômeno econômico maciçamente incrustado nas relações sociais formadas historicamente nessas regiões. Daí então, uma das críticas ao distrito industrial da Itália é que uma expansão fundada somente sobre as microempresas é necessariamente uma ilusão estatística, afinal a proliferação das empresas não reflete mais que uma que uma simples descentralização industrial.

O fato é que o caso da Itália é específico e dificilmente replicável em outra região. Os fatores econômicos, sociais e culturais de cada local são determinantes para o sucesso e o fracasso de uma localidade.

Comprovar que o conceito de capital social é um fator que contribuí para o desenvolvimento endógeno é tarefa difícil. O fato do capital social ser um conceito pautado em diversos aspectos ligados à organização social (redes sociais, confiança mútua, compromisso cívico, entre outros) dificulta sua replicação. Mesmo que se possa medir o nível de capital social a partir da presença de organizações da sociedade civil; pessoas associadas; participação ativa na tomada de decisões; grau de confiança entre os membros da sociedade; cooperação; redes horizontais; e participação política não é possível desenhar um modelo, a ser seguido, para potencializar a formação do capital social entre territórios tão distintos socialmente, economicamente, ambientalmente e culturalmente. O que nos leva a uma crítica ao localismo, como abordaremos no tópico 3.5. Nesse mesmo período, no caso brasileiro, outro debate se fazia presente em vários espaços acadêmicos, políticos e no âmbito da sociedade civil. Era relacionado à descentralização e desconcentração administrativa das políticas públicas.

No caso brasileiro, a promoção do desenvolvimento econômico local se fortalece a partir da década de 1980, quando passa a receber apoio por parte do governo nacional que estimulou a implantação de projetos de desenvolvimento por múltiplos atores sociais como, por exemplo: organizações não governamentais e movimentos populares. Estes buscavam espaços de participação social. Mas houve também certa desobrigação e transferência de algumas responsabilidades para a sociedade civil.

Fischer (2002, p. 20) analisa esse momento como:

O boom das organizações não governamentais na década de 80, apontam formas e estilos de intervenção ou, melhor dito, de gestão de programas e projetos de caráter associativo que se propõem a melhorar as condições de vida e democratizar a sociedade local.

Esse também é o período de redemocratização no Brasil, com o fim do regime militar em 1985 e a elaboração da Constituição de 1988, com maior participação dos movimentos sociais e a descentralização das políticas públicas da esfera federal para a estadual e municipal, conforme analisado no tópico a seguir.

3.4 Descentralização e Desenvolvimento Territorial no Brasil

Vale ressaltar que a década de 1980, no Brasil, ficou conhecida como a ‘década perdida’. O período de 1974-84 marca o auge do esgotamento do modelo de crescimento econômico vigente no país desde 1950, ISI (modelo de Substituição de Importações). Assim, na década de 1980, o processo de endividamento externo do início dos anos 1970 passa a representar grande estrangulamento das contas externas do país, com elevação mundial dos juros e dificuldades de pagamentos da dívida.

No geral, esse é um período caracterizado por aceleração da inflação, deterioração das contas públicas externas e baixo crescimento do PIB (1,6% ao ano) além do aumento do desemprego⁷. De acordo com Singer (2002), a economia solidária se destaca no Brasil, nesta etapa histórica, em parte como resposta à crise econômica da década de 1980, quando muitas indústrias fecham e demitem os seus trabalhadores.

De fato, diante do novo cenário político, de redemocratização do País, e da crise socioeconômica nos anos de 1980/90, associados às mudanças no papel intervencionista desempenhado pelo Estado brasileiro, é possível constatar que a busca de superação da pobreza foi em certa medida, descentralizada e transferida para diferentes órgãos governamentais e não governamentais. Tais órgãos requeriam repensar o desenvolvimento, questionar as metodologias utilizadas e idealizar projetos com atenção ao local, com as bases sustentáveis e com ações interligadas entre diferentes atores locais.

Segundo Ortega (2008), a descentralização político-administrativa parte como recomendação desde cima (políticas governamentais), mas também como de reivindicação desde baixo (reivindicação para ter maior participação). De acordo com Ortega (2008, p. 40), a própria Constituinte de 1988 (Constituinte Cidadã) tem uma forte orientação descentralizadora, tanto político-administrativa como de recursos orçamentários, pois amplia-se a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão enquanto reduz a participação do Estado na economia.

Nestes termos, a descentralização representou para a direita política a possibilidade de reduzir a participação pública do Estado, conferindo maior autonomia local aos projetos de desenvolvimento. Para a esquerda política, figurava a possibilidade de desburocratização do Estado e maior participação nas decisões, por meio de novas instâncias

⁷ Para maiores informações ver HERMANN, J. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: o II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984) p. 93-115. In: Economia brasileira contemporânea. GIAMBIAGI, F. et al. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 3^a reimpressão.

de formulação e gestão de políticas públicas, como os conselhos locais, orçamentos participativos, entre outros (ORTEGA, 2008). Ainda segundo Ortega (2008, p. 41-42):

Como resultado das demandas desde baixo e do estímulo das agências multilaterais, as políticas governamentais vêm incentivando, em maior ou menor intensidade o avanço do processo de descentralização, com ampliação das responsabilidades de instâncias subnacionais na formulação e gestão de políticas públicas.

Nesse sentido, os projetos de desenvolvimento territorial no Brasil passam a ser planejados, na sua maioria, por instituições públicas (federal, estadual e municipal), para, em parceria com outros atores locais (sindicatos, cooperativas, associações) decidirem os rumos da localidade, com perspectivas de melhorias sociais e econômicas. (ORTEGA, 2008; ORTEGA e JERIORMY, 2011; ORTEGA e JESUS, 2012).

Em síntese, verifica-se que, no Brasil, nos anos de 1990, de hegemonia neoliberal, políticas territoriais implicavam, basicamente, na constituição de arranjos socioprodutivos locais (municipais), com forte desobrigação do Estado para com o esses espaços e, portanto, ancorados exclusivamente na perspectiva endógena. Nos anos 2000, as experiências territoriais também se iniciaram a partir dessa perspectiva, ainda que os recortes territoriais induzidos fossem intermunicipais ORTEGA (2008, p.49). No entanto, essa nova forma de organização dos arranjos socioprodutivos⁸, por meio de um pacto intermunicipal de desenvolvimento, *permite explorar as vantagens comparativas e competitivas de cada município que os compõem, criando sinergias locais com vistas à elaboração de um projeto de desenvolvimento.*

Outro aspecto importante no desenvolvimento econômico local é a capacitação de suas comunidades locais. Lustosa (2002) chama a atenção para que sejam elas as promotoras das mudanças socioeconômicas locais, com a mobilização e participação ativa dos membros da comunidade, democratizando as relações internas e contribuindo para o direcionamento adequado das ações de desenvolvimento.

Dessa forma, o desenvolvimento territorial configura um movimento interno da localidade, sendo o indivíduo o agente idealizador e promotor das suas mudanças econômicas e sociais, juntamente com instituições públicas e privadas. Nesse sentido, é importante ressaltar que qualquer ação para o desenvolvimento territorial é também práticas de desenvolvimento econômico local, ou seja, configura um movimento interno da localidade em busca de melhores condições socioeconômicas.

⁸ É o caso dos Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADS), no âmbito do Programa Fome Zero e os Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (ORTEGA, 2008, p. 49).

No entanto, Brandão (2007, p. 35) adverte para a armadilha do pensamento único que “*invade o debate do desenvolvimento territorial, regional, urbano e local na atualidade, no qual teria ocorrido o fim das escalas intermediárias entre o global e o local*”. Segundo Brandão (2007), houve por um lado, a revalorização do território, mas por outro, a banalização do global-local.

3.5 A Banalização do Global - Local

Brandão (2007) critica a proposta de desenvolvimento construído totalmente no âmbito local e fala da necessidade de um projeto de desenvolvimento nacional. O autor argumenta ainda que nos últimos anos, a concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento territorial, no Brasil e no mundo.

De acordo com Brandão (2007), há um exagero na capacidade endógena de determinado território em engendrar o desenvolvimento socioeconômico. Veltz (1996, p.113) *apud* Brandão (2007) aponta esse fato como “*o fim da centralização, da concentração, da massificação e da estandardização e (a vitória) de uma utopia antifordista, caracterizada pela flexibilidade, pela diversidade e, em termos espaciais, pelo localismo*”.

Brandão (2007) argumenta que a hegemonia localista tem tratado a sociedade como se ela fosse constituída por agentes, e não por classes sociais, que orientam suas ações pelo compartilhamento dos valores da auto identidade e do pertencimento a comuns, mais do que por interesses de classe. A questão a ser ressaltada é que ao adotar esse tipo de política pública, em que se desconsidera a questão de classes, o que se permite, na verdade, é a preservação da exclusão, é a manutenção do poder entre os poderosos (econômicos e políticos), abandonando, portanto, qualquer perspectiva de existência de luta de classes sociais, e atribuindo toda a ênfase nas relações estabelecidas com base no conceito de mobilização local e capital social. Para Brandão (2007, p. 46):

As mudanças tecnológicas e organizacionais teriam possibilitado tal poder de governança entre empreendedores e agentes inovativos, que logram dar coerência a iniciativas que “estão no ar”, isto é, alguns agentes visionários conseguem aglutinar competências dispersas e promover a federação da produção de produtos independentes. Tudo passa a ser uma questão de empreendedorismos e vontades. Aos trabalhadores, restaria tornar-se patrões, “donos de seu próprio negócio”, ou buscar qualificação para melhorar sua empregabilidade Brandão (2007, p. 46). Grifo meu.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento advém de forças espontâneas e da capacidade do local de empreender ações cooperativas e reflexões coletivas, baseadas nas

relações de reciprocidade entre os membros da comunidade. Nesse contexto, o Estado pouco teria o que fazer, restringindo sua ação ao de prover externalidades positivas e articular parcerias com setor privado (BRANDÃO, 2007).

Muls (2008) argumenta, ainda, que há uma tendência à confrontação entre a pressão supranacional e a reação autônoma produzida pelos territórios, questionando o sentido da regulação estatal. No entanto, para o autor, isso não significa que os Estados Nacionais deixem de desempenhar um papel importante no plano econômico, e apesar da crise da regulação, o que se modifica é a relação entre o poder público central e os poderes locais, que não deixam de existir, mas passam por uma mutação.

Brandão (2007, p. 50) destaca que a falha mais grave, em última instância, da literatura sobre desenvolvimento local e regional é a negligência da questão fundamental da hegemonia e do poder político. Segundo o autor, é necessário “*pesquisar os processos assimétricos em que um agente privilegiado (os centros de decisão) detém o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem*”.

Nesse sentido, Muls (2008), disserta sobre o poder exercido pela grande empresa na divisão internacional do trabalho e sua escolha locacional. Segundo Muls (2008, p. 9 -10), a divisão internacional do trabalho tem mudado de forma ao longo dos anos, mas continua a exercer a sua influência no sentido de ditar aos territórios o que devem produzir, em que mercados e a que preço devem vender. Isso ocorre devido à centralização e concentração econômica e de poder, no qual os atores que controlam os processos de desenvolvimento são grandes empresas transnacionais e os grupos de interesses fortemente incrustados nos governos de países centrais.

Por fim, a elaboração de uma estratégia territorial deve contar com a participação de todas as representações institucionais envolvidas, poder público local, empresas e sociedade civil no projeto de desenvolvimento econômico local, mas não se deve negligenciar a necessidade de um modelo de desenvolvimento nacional.

Considerações Parciais

Ao empreender um projeto de desenvolvimento territorial, chama-se a atenção para as especificidades de cada local. Do ponto de vista geopolítico, cada espaço territorial (região, território, cidade, estado ou país) pode ter diferentes aspectos como: cultura, clima, recursos naturais e humanos, dificultando modelos padronizados de desenvolvimento. Nesse sentido, o caminho mais adequado ao desenvolvimento parece ser o que prioriza ações

econômicas e de inclusão social, observando as peculiaridades de cada local, buscando minimizar ou eliminar os fatores que impedem o desenvolvimento e potencializando suas vantagens produtivas.

Nessa perspectiva do desenvolvimento territorial, é possível deparar-se com duas lógicas distintas: uma amparada na importância das ações que privilegiam as vantagens produtivas do local, focando ações produtivas no conhecimento e busca de maior qualidade naquilo que a localidade tem como perfil produtivo observando suas características socioeconômicas e ambientais. E outra, consoante com o pensamento crítico de Brandão (2007), que chama a atenção para as deficiências para o sucesso dessas experiências e pontua o exagero na crença da capacidade endógena de determinado território em engendrar o desenvolvimento socioeconômico.

Em síntese, pode-se dizer que o desenvolvimento local/territorial é um conjunto de trajetórias e tentativas de atuar no quadro social e econômico das regiões, baseado em suas potencialidades, buscando melhorar as condições de vida das populações e obter um melhor desenvolvimento territorial. Nesse sentido, o objetivo nessa tese é compreender, por meio de pesquisa com empreendimentos econômicos solidários, que exercem coletivamente a produção, a comercialização e a gestão de atividades, no território do Sertão Norte Mineiro, bem como sua capacidade concreta em traçar o seu futuro e melhorar as condições socioeconômicas na sua localidade.

4 SERTÃO DO NORTE DE MINAS: TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

*“Somos simples cantadores, nascidos lá no Sertão
fazemos moda de viola, sanfona e violão
nossos versos são rimados, mantendo a tradição
temos como inspiração o saudoso Tião Carreiro
filho da nossa região, nosso maior violeiro
somos do Norte de Minas, temos orgulho de dizer
a quem nos apresentamos, prazer em te conhecer”.*

Música Orgulho Norte Mineiro – Romeu Paulino.

Vista pelo prisma geopolítico, o território aqui estudado está localizada no Norte de Minas Gerais, ou ainda, sertão semiárido do estado de Minas Gerais. No imaginário social brasileiro o sertão semiárido é o lugar dos camponeses pobres, distante do litoral, caracterizado por um vazio econômico e de civilização, com natureza diversificada (caatinga, mata seca, cerrados e mata atlântica), porém de difícil utilização e clima árido.

Essa visão a respeito do sertão foi construída a partir de valores, ideias e concepções ‘de fora’ - dos primeiros viajantes que adentraram a Região. Seu entendimento trás embutido a sua formação cultural, socioeconômica e até religiosa sobre o que é civilizado e desenvolvido, resultando na percepção de ‘atraso’ tanto do sertão como do sertanejo.

Apesar desse entendimento, há outros pontos de vista sobre o sertão e o sertanejo. A visão ‘de dentro’, daqueles que vivem no Norte de Minas Gerais, é bem diferente. Reconhecem a pobreza de grande parte da população da Região, mas enxergam o sertão como um lugar de natureza diversificada, árida é bem verdade, mas muito rica em fauna e flora e a sua importância para a manutenção da vida. Descreve o sertanejo como um resistente a seca que aprendeu a laborar no semiárido e que têm identidade própria. Afirmando ao contrário da opinião corrente o orgulho de ser sertanejo, de viver no sertão e elaboraram assim o seu território identidade do Sertão Norte Mineiro.

Nesse contexto, para definir o que é o Território do Sertão Norte Mineiro detenho-me sobretudo, a remontar as primeiras ondas de ocupação do Norte de Minas Gerais, a ação de políticas públicas no sentido de modernizar a Região, principalmente nos anos de 1970 e como essas experiências formaram a identidade do Sertão Mineiro.

A ‘ocupação’ do Sertão Norte Mineiro se deu inicialmente a partir da expansão do colonialismo, no século XVII, tendo na pecuária extensiva sua principal atividade econômica (CARNEIRO, 2003; COSTA, 2005; SANTOS, 2010). Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do país só teve início em 1530, buscando reconhecimento territorial e exploração do pau-brasil. No caso do Sertão Norte

Mineiro, a colonização ocorreu com o impulso paulista a partir 1613, muito antes de colonizarem o vale do rio São Francisco⁹, sendo o tenente-general Mathias Cardoso¹⁰ o primeiro bandeirante paulista a entrar no estado da Bahia e afazendar-se no médio São Francisco, por volta de 1650 (COSTA, 2005).

Em 1690, Mathias Cardoso recebe do Governo Geral uma sesmaria¹¹ com 80 léguas entre as nascentes dos rios Pardo e Doce por aceitar comandar a guerra contra os indígenas da Região. Os bandeirantes paulistas fixaram-se no sertão sanfranciscano, onde montaram grandes fazendas de criação de gado nas margens do rio São Francisco, entre a foz do rio das Velhas e a foz do Rio Verde Grande, bem como nos afluentes sanfranciscanos como o rio Urucuia, o rio Carinhanha e o rio Paracatu. Toda essa área passou então a ser conhecida como os ‘Currais da Bahia’ (COSTA, 2005).

Até 1940 predominou a ideia de vazio demográfico e econômico no Sertão do Norte de Minas Gerais, sendo que sua ocupação ‘efetiva’ só teve início no final dos anos de 1930 com a construção da ferrovia¹², facilitando o acesso a Região, e o uso de inseticidas, permitindo aos pecuaristas da época ocupar o vale do Rio Verde Grande, antes impedidos pela altíssima incidência da malária (COSTA, 2005).

Após a década de 1970 a ação de políticas públicas fez com que a ocupação do Sertão do Norte de Minas se expandisse mais aceleradamente. Houve a implantação de grandes projetos agropecuários, instalação de perímetros de agricultura irrigada e reflorestamento de eucalipto e pinho em diversas áreas da Região, incentivadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE¹³ e pela Companhia de Desenvolvimento do vale do São Francisco - CODEVASF, (hoje Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) (DAYRREL, 2000; RODRIGUES, 2000; LESSA, 2007). No entanto, esses investimentos não beneficiaram a população sertaneja que secularmente ali vivia e acabaram por contribuir com o êxodo rural.

⁹ O Vale do São Francisco é a região que é drenada pelo rio São Francisco e seus afluentes. Está localizada em sua grande parte nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

¹⁰ Foi da expedição de Matias Cardoso que se originaram os principais povoados da região: Januária, Manga, Guaicui e Montes Claros, sendo todos municípios da região Norte de Minas Gerais, estado de Minas Gerais.

¹¹ De acordo com COSTA (2005), Mathias Cardoso foi nomeado, em 1689, Governador Absoluto da Guerra contra os Índios. Em 1690 recebeu do Governo Geral uma sesmaria com 80 léguas entre as nascentes dos rios Pardo e Doce por aceitar comandar a guerra contra os indígenas confederados.

¹² A expansão da ferrovia no Norte de Minas, iniciada em 1908 com a inauguração do terminal de Várzea da Palma, ficou paralisada em Montes Claros, a partir da inauguração do terminal na cidade em 1926 e posterior integração a Janaúba somente em 1946, para interligação à Bahia em 1950 (PEREIRA, 2007, p.28).

¹³ Criada por meio da Lei Federal 3.692 de 15 de dezembro de 1959, numa ação do então presidente Juscelino Kubitschek.

Este capítulo apresenta, portanto, algumas considerações sobre o processo de ocupação do Norte de Minas Gerais, bem como a apropriação do Sertão Norte Mineiro e objetiva discutir aspectos desta ocupação espacial no processo de desenvolvimento regional e suas consequências na vida do sertanejo, que vivia como agregado ou vaqueiro na antiga fazenda de criação de gado.

Para tanto, realizamos uma breve exposição da regionalização adotada para efeito de planejamento estadual, apontando o que são regiões e seus critérios para definir espaços territoriais. Em seguida, apresentaremos uma análise histórica e geográfica, com ênfase na regionalização do Sertão do Norte Minas, buscando compreender a realidade regional norte mineira a partir de processos sociais vividos e da integração do sertanejo com o meio ambiente. Para tanto, expõe-se a origem do Sertão Norte Mineiro com base na formação e importância econômica dos antigos Currais da Bahia. Por fim, discutir-se-á a modernização da agricultura no Sertão do Norte de Minas nos anos de 1970 por meio de políticas de desenvolvimento regional e alguns dos seus impactos econômicos e sociais.

4.1 Norte de Minas: Região de Planejamento do Estado de Minas Gerais

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Norte de Minas compõe a macrorregião VIII de planejamento do estado de Minas Gerais, conforme regionalização adotada para efeito de planejamento estadual (CARNEIRO, 2003).

A região Norte de Minas é composta por 86 municípios da Região Mineira do Nordeste - RMNe e mais os municípios de Santa Fé de Minas, São Romão e Riachinho¹⁴. Limita-se ao norte com o estado da Bahia, ao sul com a região Central de Minas, a leste com a região Jequitinhonha/Mucuri e a oeste com a região Noroeste de Minas (CARNEIRO, 2003, p.91). Conforme observado nos mapas a seguir:

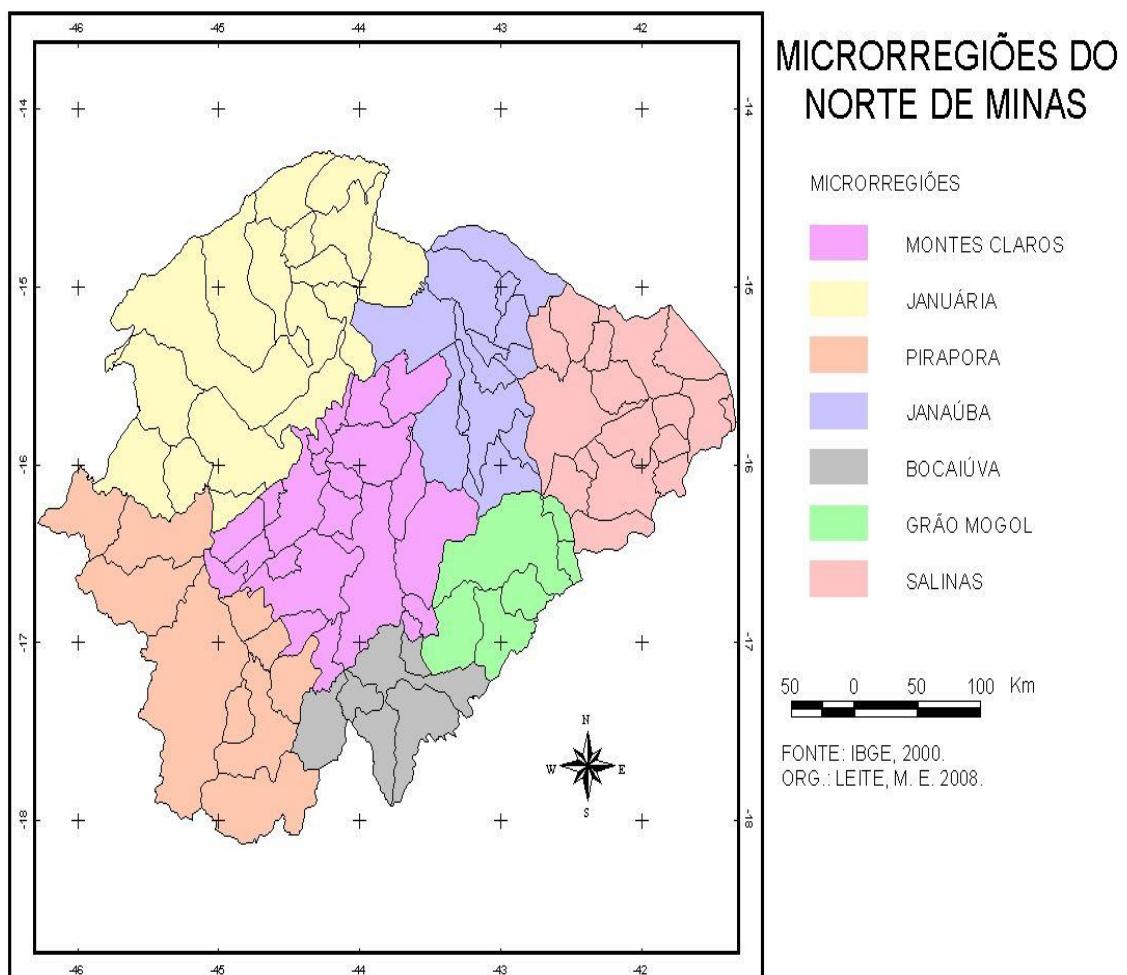
¹⁴ Estes últimos foram aí incluídos por pertencerem a uma microrregião do IBGE onde predominam municípios da RMNe. Para maiores informações ver: Região Norte de Minas: Caracterização Geográfica e a Organização Espacial – Breves Considerações. CARNEIRO, M. de F. B.. In: Revista Cerrados/Coordenação de Marina Fátima Brandão Carneiro. V.1, (2003). Montes Claros: Ed. Unimontes, 2003 – v. 26. ISSN 1678-8346. P.91-106

Mapa 1 – Mapa de Minas Gerais e Mesorregiões



Fonte: IBGE, 2000.

Mapa 2 – Mapa da Mesorregião Norte de Minas e Suas Microrregiões



Fonte: IBGE, 2000.

Considerando a divisão político administrativa realizada pelo IBGE temos as divisões do território brasileiro em regiões geográficas, conforme notado nos mapas 1 e 2, onde o Norte de Minas constitui uma mesorregião do estado de Minas Gerais, que segundo o IBGE, foi subdividido em sete microrregiões, sendo os municípios de maior destaque: Montes Claros, Salinas, Grão Mogol, Bocaiúva, Janaúba e Januária.

Como o objetivo desse capítulo é compreender a formação do território do Sertão Norte Mineiro, discutindo aspectos que vai da ocupação espacial ao desenvolvimento regional e seus possíveis impactos sobre o modo de vida do sertanejo, não devemos restringir a discussão sobre a região e a divisão espacial do território nacional, pelo contrário, é

importante compreender a região pela integração de aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais.

Quando consideramos a homogeneidade dos elementos sociais, econômicos e ambientais, regiões são: “*espaços territoriais definidos por certas características que dão unidade de ideias, de sentimentos, de estilos de vida, a um grupo populacional*” (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 6-7). Formadas por pessoas que se aproximam tanto pela unidade das relações espaciais, como por estrutura econômica e características sociais, dando-lhe, em conjunto, um tipo de cultura comum (MATA-MACHADO, 1991).

Já Bourdieu (2007) argumenta que a região reúne elementos em comum, mas é também um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou outro modo de classificação e invocam frequentemente autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão, a divisão arbitrária que querem impor.

Nesse contexto, Lessa (2007) questiona o real significado do termo ‘região Norte de Minas’ e que critérios foram considerados ao recortar nele a área que compõe a Mesonorte¹⁵. Para a autora, no campo relacional “*regionalizam-se, em suas posições, diversos sujeitos com lógicas, estratégias e ritmos díspares que se confrontam na defesa de seus interesses específicos*”. Ou seja, sujeitos que emergem da realidade regional a partir de processos sociais vividos (LESSA, 2007, p. 25). Sendo os processos sociais elementos importantes para a compreensão da regionalização do território norte mineiro.

Em se tratando das lutas em torno da identidade étnica ou regional, Bourdieu (2007, p.113-114) esclarece que o que está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social por meio dos princípios de divisão em: *região, fronteiras e território*. Para o autor, a região (*régio*) e as suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região. Já o território (que também se diz *fines*), em impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território.

Bourdieu (2007), ressalta ainda que a fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na realidade, segundo os elementos que ela reúne. Assim, para ‘dividir’ o mundo devem incluir no sistema dos critérios pertinentes, não só as propriedades ditas objetivas, mas também as subjetivas (BOURDIEU, 2007).

¹⁵ A mesorregião Norte de Minas é uma das doze mesorregiões do Estado de Minas Gerais, formada por 89 municípios agrupados em sete microrregiões: Bocaíuva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas.

Nesse sentido, tanto Costa (2005), quanto Lessa (2007), chamam a atenção para a realidade regional norte mineira a partir de processos sociais vividos, do conhecimento da história das raízes de sua sociedade, da integração do homem com o meio ambiente, entre outros aspectos diversos e relacionados com os cenários locais, regionais e nacionais. Esses aspectos diferenciam a região Norte de Minas das demais regiões de Minas Gerais e parece aproximar-a da realidade regional do Nordeste brasileiro.

Mata-Machado (1982, p.19), esclarece que Minas Gerais não é só uma região, mas um mosaico de sub-regiões com histórias peculiares, diferenciadas pelo tempo e pelas características socioeconômicas (e ambiental) de cada local. Com relação a essas características, Carneiro (2003) e Lessa (2007), denominam o Norte de Minas como uma região de transição. Transição entre:

O Brasil úmido e o semiárido, o Brasil florestal e o de vegetações abertas (cerrados, campos cerrados, caatinga, matas secas, campos de altitude), o Brasil montanhoso e o de superfícies aplainadas, o Brasil densamente povoado e o de população esparsa e o Brasil urbano-industrial e o agrário. (CARNEIRO, 2003, p.93).

Quanto ao clima, é também uma região de transição, de clima tropical semiúmido para semiárido, com predomínio de um regime pluviométrico marcado por uma estação úmida e uma estação seca que dura cerca de seis meses, com sua estiagem típica entre os meses de abril a outubro e secas recorrentes, características que fizeram a Região pertencer ao Polígono das Secas¹⁶.

Quanto à organização social, a sociedade norte mineira era predominantemente rural, abrigando um número reduzido de população que vivia da pecuária extensiva, da prática da agricultura de subsistência e da coleta de frutos, plantas e raízes do cerrado e da caatinga (FRANÇA & SOARES, 2006). Logo, as características socioeconômicas e ambientais dessa região de transição contribuem para definir e diferenciar o ‘Norte das Minas Gerais’, dando sentido e unidade ao que conhecemos também como *Sertão Norte Mineiro*.

O termo ‘Sertão’ é o encolhimento do aumentativo ‘desertão’, muito usado na África e na América do Sul. O termo é utilizado desde os tempos coloniais para designar as regiões semiáridas do interior do Brasil em oposição às florestas tropicais do litoral brasileiro, sendo que o “*sertão brasileiro engloba todo o norte de Minas Gerais e parte dos estados de Goiás e do Nordeste*” (MATA-MACHADO, 1991, p.24). No início da colonização brasileira

¹⁶ O Polígono das Secas é formado por 1348 municípios situados nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. É uma área de repetidas crises de prolongamento das estiagens e por isso requer intervenção de políticas públicas de combate a seca e a fome. www.codevasf.gov.br. Acesso em 02/01/2015.

todo o estado de Minas Gerais era conhecido como Sertão, sendo denominado de *Sertão dos Cataguases*. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, no século XVII, e com a dinâmica econômica e o poder político advindos da atividade mineradora, pouco depois de um século de colonização (séc. XVIII), essa área mineradora deixa de ser considerada como Sertão, restando ao norte das Minas Gerais, local de baixa exploração econômica, aridez do clima e da vegetação, pouca densidade demográfica e fazendas esparsas de gado criado à solta, a denominação de *Sertão Norte Mineiro*.

Sendo assim, o Sertão Norte Mineiro caracteriza-se como um espaço territorial com aspectos físicos, culturais, sociais e econômicos particulares e relevantes, que unem a população em uma ideia de pertencimento a um território *sui generis*, mas que também os diferencia das outras regiões do estado de Minas Gerais, afinal, segundo Guimarães Rosa:

[...] sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, na incruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas. (GUIMARÃES ROSA, 1957).

Para a melhor compreensão desse território é importante investigar o processo de ocupação humana e suas consequências na regionalização do Sertão Norte Mineiro.

4.2 Sertão do Norte de Minas Gerais

Eduardo Magalhães Ribeiro em seu livro “*Estradas da Vida, Terra e Trabalho nas Fronteiras Agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*” narra à história dos dois vales (Jequitinhonha e Mucuri), descrevendo os seus diferentes personagens: agregados, vaqueiros e boiadeiros. Apesar das diferenças local/espaço, algumas dessas narrativas são comuns para a fazenda de gado do semiárido e para a formação do Sertão Norte Mineiro ao que se refere às características típicas dessas pessoas.

Tomando como ponto de partida para essa análise, as atividades econômicas na formação das regiões no Brasil, Romero (2001), ao idealizar o que chamou de zonas sociais¹⁷, encontrou a do gado formada pelo Alto norte; sertões secos do Norte; campos e tabuleiros de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; planalto de Santa Catarina e parte de Mato Grosso;

¹⁷ Zonas Sociais são zonas que sua formação se deu principalmente por influência do elemento de exploração econômica. Para maiores informações ver Romero *apud* Diégués Júnior (1960, p. 10).

campos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Demonstrando a importância econômica do gado no processo de ocupação em diferentes regiões do País.

Com relação às atividades econômicas, mas tratando especificamente de Minas Gerais, Mata-Machado (1991, p.11) afirma que a histografia do Estado não se resume ao seu centro geopolítico minerador e “*além das minas existiriam os gerais*”. Nesse sentido, Costa (2005), discute as raízes do Sertão do Norte de Minas Gerais com base na formação e importância econômica dos antigos Currais da Bahia localizados nos gerais do Estado¹⁸.

Costa (2007, p.28-29), afirma que [...] “*o gado disseminou-se pelo território estadual a partir dos Currais do São Francisco, ou seja, o Norte de Minas, e o seu ponto primacial foi a atual cidade de Matias Cardoso*” [...]. Nesse sentido, o ‘povoamento’ do Sertão se deu pela formação de fazendas as margens do rio São Francisco, entre a foz do rio das Velhas e a foz do Rio Verde Grande, bem como nos afluentes sanfranciscanos; o rio Urucuia, o rio Carinhanha e o rio Paracatu. “*Toda essa área passou então a ser conhecida como os Currais da Bahia, (...) que passaram assim a ser conhecidos como Norte de Minas*” (COSTA, 2005, p. 44-47).

Em se tratando das características sociais, os Currais, de acordo com Costa (2005, p. 43), representavam uma sociedade constituída essencialmente de proprietários de terra (fazendeiros), agregados e vaqueiros. Os fazendeiros eram donos de grandes extensões de terra, na maior parte doada pela coroa portuguesa (sesmarias) pelos serviços prestados na captura de índios¹⁹. A ocupação do território norte mineiro através da criação de gado favoreceu a formação de grandes fazendas, com sua cria à solta. Havia também a exploração de lavouras de subsistência como milho, arroz, feijão, mandioca e pequenos engenhos de produção de cachaça e rapadura (COSTA, 2005; DAYRELL, 2000).

O agregado era um homem de confiança do fazendeiro, mas não seu empregado, não havia contrato de trabalho e sim uma relação de dependência apoiada em costumes e nos

¹⁸ Segundo Costa (2005, p. 41-44), a formação dos currais foi um impulso da bandeira paulista para a conquista dos sertões, desde 1690. A expansão dos currais pelo sertão do São Francisco se fez à custa de guerras contra os nativos (índios) com o objetivo de escravizá-los e a tomada de suas terras. Sendo o tenente-general Mathias Cardoso o primeiro bandeirante paulista a afazendar-se no médio São Francisco, rio de grande importância no Brasil. Destacam-se também no processo de regionalização as figuras de Januário Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira. (COSTA, 2005; MATA-MACHADO, 1991).

¹⁹ Em seu livro Terra Minera de Nelson de Senna (1926, p.51) trata das populações indígenas e informa a existência de diversas sociedades que viviam nas bacias dos rios São Francisco, Pardo de Minas e Jequitinhonha (SENNA, 1926, p. 51 *apud* LESSA 2007, p. 28). Vale lembrar, que no começo do século XIX a busca por índios se dava para ‘amansá-los’ e ‘educá-los’ para o trabalho produtivo, processo que culminou, em sua maioria, no extermínio (RIBEIRO, 2013). De acordo com Costa (2005), no começo do século XX, praticamente já não existiam aldeias nos Sertões do Norte de Minas.

acordos firmados entre as partes (no valor da palavra). Recebiam uma pequena quantidade de terra onde moravam com sua família, ‘de favor’, e podiam cultivar uma pequena roça para sua subsistência. Geralmente plantavam em locais de brejos e vazantes. Coletavam frutos, plantas e lenha em áreas comuns e praticavam a caça e pesca para complementar a sua alimentação. (COSTA, 2005; RIBEIRO, 2013).

Segundo Costa (2005, p.311) brejos e vazantes são locais que seguem o “*ciclo natural do rio: seca, enchente, cheia e vazante o que sempre possibilitou a essas populações o acesso a terras periodicamente fertilizadas pela matéria orgânica*” o que proporcionou o cultivo de uma variedade considerável de alimentos, apesar do semiárido.

A agricultura, à semelhança da pecuária, era nômade. Segundo Mata-Machado (1991, p. 71):

[...] na época das cheias, o sertanejo se instalava no cerrado e, derrubando a mata, ali fazia a sua roça; na estiagem, ele se mudava para as regiões ribeirinhas, onde a vazante das águas deixava terrenos semialagados e ilhas (áreas extremamente férteis) e cultivava a sua plantação até que as chuvas reiniciassem, obrigando-o a retornar aos gerais.

De acordo com Ribeiro (2013, p.225) o trabalho do agregado não envolvia necessariamente o “*assalariamento, a mercantilização de bens e o lucro pessoal do fazendeiro*”. Era uma relação pautada por subordinação e mando, mas também por autonomia e reciprocidade numa troca de favores, direitos e obrigações. Segundo o autor, “*o agregado viveu na continuidade da casa, do mando e da família do fazendeiro, mas era também sujeito de existência própria, que dispunha de gradientes variados, de liberdade para decidir seu destino*”.

Com relação ao vaqueiro, nas palavras de Ribeiro (2013, p.258), é o “*mais afamado de todos os ofícios que existiram nas fazendas [...]*”. Isso se deve aos muitos riscos que envolvia o seu trabalho, o que exigia destreza no trato com o gado e maior percepção dos riscos devido a “*lida arriscada e a coragemposta à prova todo dia, por meio das pegas de bois curraleiros escondidos em macegas e capoeiras*”. Afinal,

[...] gado criado solto embrabecia, então o vaqueiro devia ter habilidades que careciam de anos de adestramento: levar gado bravo, domar animais de sela, amansar vacas de leite, dar campo em mangas sem fecho, repor na boiada o gado arribado que passara, às vezes, meses ou anos sem ir ao curral. (RIBEIRO, 2013, p. 261).

Devido à complexidade e a importância do trabalho do vaqueiro era “*costume nas fazendas de gado o vaqueiro ser criado na casa, crescendo na solidariedade da família da sede*”, havendo uma proximidade maior deste com o fazendeiro por meio de apadrinhamento e relações de fidelidade. (RIBEIRO, 2013, p. 263).

De acordo com Ribeiro (2013), o estoque de recursos naturais era à base do patrimônio do fazendeiro e a condição para sujeitar agregados e vaqueiros a obrigações políticas, econômicas e pessoais. O fazendeiro raramente pagava o serviço prestado em dinheiro; estabeleciam o valor do dia de serviço em mantimentos, dependendo do produto, da época, do serviço, do trabalhador e da sua habilitação.

Como a pecuária se destacava como principal atividade econômica, o vaqueiro recebia tratamento diferenciado por sua habilidade, recebendo seu pagamento em ‘crias’, geralmente um quarto delas, podendo inclusive vir a ter o seu próprio curral. O vaqueiro e sua família também plantavam roças nas vazantes e brejos. (COSTA, 2005; MATA-MACHADO, 1991).

Segundo Costa (2005, p. 49), essa sociedade sertaneja era escassamente povoada e dominada pelo regime pastoril, mas não estava isolada do resto do Brasil e não significa que não houvesse relações comerciais do sertão com outras regiões. Segundo o autor, os Currais da Bahia estabeleceram relações comerciais com a zona açucareira do Recôncavo e com a cidade de Salvador “*fornecendo gado em pé, carne de sol, gêneros alimentícios, aguardente de cana e peixe salgado*” (ANTONIL, 1977 *apud* COSTA, 2005, p. 47). Essa articulação também aconteceu com o centro minerador, com as “*boiadas e alguns gêneros alimentícios, destacando-se: a farinha de mandioca, a rapadura, a cachaça e o peixe*” (COSTA, 2005, p. 37).

Também havia relações comerciais no interior da fazenda. Para Ribeiro (2013), a fazenda adquiria dos agregados alguns bens (animais, mantimentos, lenha, entre outros) e vendia outros (mantimentos, farinha, rapadura, querosene, entre outros), ressaltando que raramente pagavam em dinheiro; ou eram trocas equivalentes ou tudo era anotado e pendente por anos seguidos. Igualmente acontecia com a venda do gado, os conhecidos “*negócios enrolados, em prazos dilatados*” (títulos de crédito de longos prazos). Conforme Ribeiro (2013), o comércio de gado não era uma atividade muito regular e as transações aconteciam por meio de negociações de pouca liquidez:

[...] Para vender uma boiada nos anos de 1920 era preciso negociá-la, entregar os bois, esperar serem levados pelo boiadeiro, que juntava com outros rebanhos para formar a grande boiada e então faria a viagem até o ponto de revenda colocaria a

boiada na invernada para engordar, revenderia; então era ainda preciso vencer o prazo de 90 ou 180 dias para o comprador fazer o pagamento, o boiadeiro faria a jornada de volta, e, enfim, saldaria os compromissos assumidos com o fazendeiro: entre negociar o gado e receber dinheiro se passava algo entre um ano e meio e dois anos. (RIBEIRO, 2013, p. 278).

Ribeiro (2013), lembra ainda que em meados dos anos de 1940 o comércio do gado começa a se destacar no cenário econômico, tornando uma atividade mais lucrativa e organizada, no entanto, não ameaça a organização da fazenda e seu regime agropastoril. Costa (2005, p. 46), destaca que a ocupação mais acelerada do Sertão do Norte de Minas tem início apenas nos anos de 1940, com a construção da ferrovia e o uso de inseticidas para o combate da malária. A ferrovia nas cidades de Montes Claros e Pirapora viabilizaram a comercialização dos produtos e um maior intercâmbio entre os municípios da Região, pode-se dizer que, foi nesse contexto que Montes Claros começou a alcançar a posição de centro econômico e político regional; e o uso de inseticidas no combate a malária, o que permitiu aos pecuaristas daquela época ocupar o vale do Rio Verde Grande, área com terras mais férteis.

Desse modo, a fazenda de gado no semiárido formou uma sociedade pastoril que desenvolveu estratégias particulares de sobrevivência e autossuficiência, por meio da criação do gado, da produção agrícola de subsistência e do extrativismo. Uma sociedade sustentada pelo trabalho livre do vaqueiro e do agregado, sem terra e sem salário, o qual trabalhava para o fazendeiro na forma de agregação, utilizando a terra cedida para a sua própria subsistência alimentar (economia de subsistência) desde que aceitasse as diversas formas de subordinação aos proprietários. Esses fatores contribuíram para o desenvolvimento de um sistema produtivo baseado no princípio da subordinação e mando, mas também por autonomia e reciprocidade numa troca de favores, direitos e obrigações.

Esse sistema produtivo persistiu até os anos de 1960 e início de 1970 e sua decadência coincide com a diminuição dos recursos naturais na Região. A concessão de terras pelo fazendeiro foi cessando, com a proibição de novos plantios, o número de animais que o agregado podia criar foi sendo limitado, a extração de lenha e a derrubada das matas para novas roças, proibidas, alterando a forma de domínio e subordinação entre fazendeiros, agregados e vaqueiros. Ribeiro (2013, p. 293-294), narra os novos vínculos obrigatórios e definidos com os mercados:

Depois dos anos de 1970, a fazenda passou a ser um domínio privado e negociável sobre a terra. Os negócios de terras surgiram com a passagem de um para o outro regime agrário, que construiu uma nova forma de domínio fundiário – a fazenda –

que parece ser a mesma intuição desde a aurora dos tempos. Mas não é: houve mudança nos costumes, houve redução na quantidade e nos fluxos de recursos naturais, houve mudança nas mentalidades e por, por fim criados vínculos novos, obrigatórios e definidos com os mercados. (Grifo meu).

Essa realidade foi conferida com as transformações ocorridas neste espaço, principalmente nos anos de 1970, período importante para o desenvolvimento regional do país, devido à atuação de órgãos de promoção para o desenvolvimento como a SUDENE com a implantação de grandes projetos agropecuários, instalação de perímetros de agricultura irrigada e ao reflorestamento de eucalipto e pinho em diversas áreas do Sertão.

4.3 Políticas de Desenvolvimento Regional: a ‘Modernização’ do Sertão

O capitalismo só se consolidou no Norte de Minas Gerais a partir dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 com a ação direta do Estado, por intermédio da SUDENE e da CODEVASF. A atuação da SUDENE se deu principalmente através de incentivos à construção do parque industrial da Região e a ação da CODEVASF por meio de incentivos aos projetos agropecuários, irrigação e reflorestamento. Sendo que o processo de crescimento capitalista adotado expandiu-se em direção ao Nordeste²⁰ do País. (OLIVEIRA, 2000; RODRIGUES, 2000).

Nesse sentido, segundo Rodrigues (2000, p. 119) houve um esforço do Governo Federal com o objetivo de agir concentradamente na região Nordeste do Brasil e no Norte de Minas (Polígono das Secas) com vistas a suprimir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento econômico regional.

Em se tratando do Norte de Minas Gerais, com a incorporação da Região na área da SUDENE, o Estado passou a intervir na economia local com investimentos diretos, incentivos fiscais e com a construção de infraestrutura (transportes, energia, telecomunicações). Segundo Telles (2006, p. 21), os investimentos tinham como objetivo atrair “*empresários de outras regiões (centro-sul de Minas Gerais e demais regiões do País) por meio de isenção de impostos e subsídios, destinados a projetos particulares que fomentassem a dinamização industrial da Região*”.

No que concerne aos investimentos em transporte, o intuito era melhorar a integração das empresas com outras cidades da Região e Estados devido à quase inexistência

²⁰ Em 1963 o Norte de Minas foi incluído na área da SUDENE por meio da Lei n. 4.239 que considera como Nordeste o Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais.

de rodovias pavimentadas. Já a baixa capacidade de geração de energia poderia prejudicar a implantação de novas indústrias e limitar a capacidade de produção das que já estavam em funcionamento, sendo uma condicionante importante para impulsionar as forças produtivas e o crescimento econômico da Região. (OLIVEIRA, 2000; PEREIRA, 2007).

Com relação aos investimentos industriais na região Norte de Minas Gerais, a distribuição concentrou-se, basicamente, em cinco municípios específicos: Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma, Bocaiúva e Capitão Enéas, sendo estes municípios os responsáveis por boa parte do Produto Interno Bruto - PIB total e do produto *per capita* da Região (TELLES, 2006). De acordo com Braga (1985, p.74) houve concentração dos investimentos industriais na cidade de Montes Claros, com 54,8% de um total de 96,8% dos projetos realizados pela SUDENE; 25,8% foram investidos em Pirapora, 13% em Várzea da Palma e 3,2% em Bocaiúva, sendo que os demais, 3,2%, foram distribuídos para outros municípios da Região.

O maior número de indústrias terem sido instaladas nas cidades de Montes Claros e Pirapora se deve as pré-condições de infraestruturas disponíveis (ainda que não no patamar ideal) nas próprias cidades, demonstrando que mesmo com uma perspectiva de desconcentração do desenvolvimento econômico nacional houve concentração dos investimentos, projetos e indústrias, em alguns municípios dentro da área de atuação da SUDENE.

Quanto às disparidades provenientes da expansão do capitalismo na Região, Dayrell (2000, p.189), adverte que muitas indústrias que aqui se instalaram atraídas pelos incentivos fiscais, financeiros, bem como dos créditos subsidiados com juros negativos não utilizavam a mão de obra sertaneja por sua ‘incapacidade’ operacional para lidar com a tecnologia implantada no processo fabril. Deixando muitas famílias que migraram do campo para a cidade, e que foram excluídas do processo de desenvolvimento, sem trabalho formal, tendo que buscar diferentes alternativas de sobrevivência.

Dayrell (2000, p. 189), lembra ainda que por se tratar de incentivos quase sempre fiscais, os municípios pouco lucraram com a arrecadação. Braga (1985, p. 45) observa, também, que somente 25% dos capitais investidos nos projetos de industrialização eram originários do Norte de Minas Gerais e apenas 6,6% da produção industrial era destinada ao mercado local, não atendendo de maneira satisfatória às necessidades estruturais do desenvolvimento econômico da Região. E por se tratar de um órgão público de concessão de recursos, houve ainda conflitos de interesses e denúncia de corrupção, inviabilizando a

continuidade do projeto. O que colaborou para o fracasso da iniciativa do Estado em promover o desenvolvimento regional no Sertão Norte Mineiro.

Analisando a produção agropecuária, houve declínio da pequena propriedade, maior concentração da terra, aumento expressivo da imigração e aumento da dependência do colono em relação aos mercados, tanto consumidor quanto financeiro. A transformação da base técnica da agricultura de subsistência para a comercial passou a requerer aporte maior de recursos financeiros, o que aumentou o domínio do capital financeiro com relação a suas atividades. (PEREIRA, 2007; RODRIGUES, 2000).

Quanto ao modo de vida e produção sertaneja:

Muitos lavradores passaram de um sistema em que predominava a harmonia entre a produção de diversos produtos alimentares, o trato de animais e uma pequena indústria doméstica, de beneficiamento dos produtos primários, para agricultores puros, especializados em poucos produtos. A dependência deles em relação ao mercado foi ampliada, seja para a colocação de seus produtos, seja para a aquisição de insumos e bens de primeira necessidade, como aqueles destinados à própria alimentação. (RODRIGUES, 2000, p.171).

Entretanto, houve a modernização de alguns segmentos, particularmente, os grandes projetos de irrigação incentivados pela CODEVASF. “A atuação desse órgão resultou na prática de uma agricultura comercial especializada e com uso de tecnologias modernas, especialmente químicas” (RODRIGUES, 2000, p. 170). Neste sentido, destaca-se a fruticultura nos municípios de Janaúba, Jaíba e Pirapora e os projetos agropecuários concentrados em Janaúba, Buritizeiro e Varzelândia²¹.

Desta forma, conclui-se que apesar dos esforços governamentais no sentido de promover o desenvolvimento econômico das regiões pobres e agrárias do país, estas políticas isoladas não foram capazes de proporcionar desenvolvimento equitativo e sustentável.

Para Dayrell (2000, p.189), esse fato ocorreu, sobretudo, por não ter havido a inclusão de todos os segmentos da população sertaneja do Norte de Minas Gerais no projeto de desenvolvimento regional (camponeses, pescadores, coletadores), privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agroindustriais da sociedade, principalmente os projetos de pecuária de corte e de reflorestamento. Vale lembrar que a primeira indústria implantada no Norte de Minas com os incentivos da SUDENE foi o FRIGONORTE, inaugurado no ano de 1965.

²¹ Para obter maiores informações ver o Anuário Mineiro de Municípios. Ed: Albermaz Comunicações Ltda, 2002.

Consoante com esse pensamento, Paranhos et al (2008, p.100-101) adverte que os projetos de pecuária de corte e de reflorestamento são atividades que geram poucos postos de trabalho e que contribuem para a concentração de terras, visto que pequenas propriedades foram incorporadas às novas grandes áreas agropastoris ou de reflorestamento. Para a autora, “*a concentração fundiária na região produziu a desestruturação da pequena produção e até mesmo seu desaparecimento, gerando a expulsão do homem do campo e um grande movimento de fluxo migratório para outras áreas ou cidades*”. Movimento que cooperou para o êxodo rural, tanto inter como entre-estadual e para o inchaço das cidades e agravamento das questões sociais. No Norte de Minas:

[...] aproximadamente um quarto dos trabalhadores que se deslocaram para o centro urbano regional entre os anos 1970 e 1990, no município de Montes Claros, foram absorvidos pelo mercado formal de trabalho, “garantindo direitos trabalhistas”. Outros 3/4 não obtiveram empregos nas indústrias que vieram para Montes Claros por meio dos incentivos. (SANTOS & SILVA, 2001, p. 20).

Outra consequência importante resultante dessas transformações foi em relação ao ambiente. A vegetação nativa foi desmatada para a implantação dos projetos, modificando drasticamente a paisagem da Região com degradação ambiental. Implanta-se a irrigação como solução para a agricultura regional que, segundo Carneiro (2013, p. 102), era capaz de conviver com as irregularidades climáticas.

[...] Como consequência em poucos anos, mais de 50 mil hectares passaram a ser irrigados sem preocupações com o controle e manejo do uso dos solos e das bacias hidrográficas. Em consequência, vários rios menores e córregos têm suas águas cortadas ou secam completamente no período das secas. (CARNEIRO, 2013, p. 102).

Diante do exposto, surge um novo debate: não tendo sido as intervenções do governo suficientes para promoverem o desenvolvimento regional, *quais deveriam ser as bases para um novo modelo de desenvolvimento territorial?*

A busca pelo desenvolvimento no território do Sertão Norte Mineiro requer uma reflexão sobre as causas do atraso socioeconômico. Uma possibilidade pode ser a de romper com os paradigmas econômicos de uma sociedade capitalista moderna, na qual as motivações humanas estão subordinadas ao ganho material, conduzidas por um comportamento competitivo e individualista, e considerar outras possibilidades de organização social e distribuição da riqueza por meio da *reciprocidade e redistribuição*, possíveis, mesmo em uma sociedade capitalista (POLANYI, 2012).

Para isso, se faz necessário à mobilização dos atores locais e a cooperação entre diferentes instituições econômicas, sociais e políticas na ação do desenvolvimento territorial, afinal, “*um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico*” (ABRAMOVAY, 2000, p. 385).

Diante do exposto, adotamos a vertente da *sociologia econômica* como ferramenta de análise na busca por um modelo de desenvolvimento territorial. A sociologia econômica é definida como “*o conjunto de teorias que buscam explicar os fenômenos econômicos a partir de elementos sociológicos e como disciplina capaz de pensar sociologicamente os fatos econômicos*” (LÉVESQUE, 2009, p.305).

Interpretar a economia a partir de elementos sociológicos significa realizar uma inversão na solução neoclássica de analisar os comportamentos econômicos e permitir a emergência das dimensões ocultas na economia de mercado, outras possibilidades modernas de organização da sociedade, outros princípios não mercantis de organização econômica e outras organizações econômicas, distintas da empresa privada capitalista (ALVES & BURSZLYN, 2009; POLANYI, 2012). Essa maneira de pensar o desenvolvimento permite uma valorização do local e a possibilidade de considerar outros princípios no processo de desenvolvimento territorial como cooperação, solidariedade e reciprocidade nas atividades produtivas locais (SINGER, 2004; RODRIGUES et al, 2013).

Considerações Parciais

A maneira como aconteceu a ocupação do Sertão Norte Mineiro, por meio da expansão do colonialismo e da formação das fazendas de criação de gado, os antigos Currais da Bahia, determinou as características socioeconômicas da sociedade sertaneja.

O sertanejo, antes de tudo, era um resistente ao semiárido e a seca. Aprendeu a conviver com a aridez do sertão e dali extrair a sua subsistência e de sua família. As relações estabelecidas entre agregados, vaqueiros e agricultores familiares com os donos das fazendas, e entre eles, determinou o traço sociocultural de dependência, autonomia e reciprocidade, deixando vivo no imaginário popular a importância da ‘camaradagem’, solidariedade, proximidade e do agir coletivo.

Após o projeto de desenvolvimento regional para o Norte de Minas, no final da década de 1960 e início dos anos de 1970, com a ação de políticas públicas para a chamada

modernização do Sertão, a maioria da população sertaneja não foi beneficiada e acabou migrando para outras áreas e cidades, rompendo com o ciclo secular de convivência do sertanejo com o semiárido.

Diante da crise do desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais, nos anos de 1990, muitas dessas famílias sertanejas (re)emergem em diferentes contextos e com diferentes estratégias de sobrevivências amparadas em redes de solidariedade e cooperação. Buscam novas formas de geração de trabalho e renda onde somente o resultado monetário parece não ser o mais importante. Tal fato leva à reflexão: *seria o determinismo econômico uma lei geral para toda a sociedade humana, ou há outras formas de distribuição da riqueza gerada, além do mercado?*

A matriz analítica dessa perspectiva está presente na obra de Karl Polanyi e Michele Cangiani. Polanyi (2012), reconhece que o intercâmbio de mercado, embora fundamental em várias sociedades, não elimina outras modalidades de trocas materiais, existindo uma *economia plural*, que não se resume somente ao mercado, o que torna possível a coexistência de diferentes formas de distribuição da riqueza produzida, tanto pelo mercado (intercâmbio), como pelo Estado (redistributivista) e ainda, via solidariedade (reciprocidade).

5 ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO SERTÃO DO NORTE DE MINAS SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Este capítulo analisa os empreendimentos econômicos solidários no Sertão do Norte de Minas e sua capacidade de contribuir para a promoção do desenvolvimento territorial. Discute-se a conexão entre a economia solidária, considerando relações de cooperação, estratégias solidárias e práticas de autogestão, na organização, produção e comercialização; e se essas ações de estratégias de trabalho e renda para indivíduos excluídos do padrão de desenvolvimento da região Norte de Minas Gerais são capazes de construir um projeto de desenvolvimento territorial (endógeno) alternativo.

Para a análise empírica da realidade socioeconômica dos empreendimentos foi elaborado um questionário com questões referentes a três núcleos: *dimensão social, econômica e institucional*. Num segundo momento, efetuaram entrevistas não diretivas a algumas lideranças da economia solidária, bem como a observação sistematizada e participante da produção, organização e comercialização nos EES, a partir dos aspectos relacionados à *cooperação, solidariedade, autogestão e ação econômica*.

O capítulo está estruturado em três seções, sendo que a primeira traça um perfil de cada empreendimento econômico solidário e suas principais características sociais e econômicas. Ressalte-se, entretanto, que nosso objetivo não é o de identificar um padrão comum nos três EES, mas de buscar identificar as características significativas na história de cada grupo. No segundo momento procurou-se fazer uma análise das três experiências econômicas solidárias agrupadas de modo a observar seus aspectos econômicos e organizacionais, analisando as singularidades de cada empreendimento e se esses contribuem para uma territorialidade que favorece a emergência de um projeto territorial endógeno e alternativo. Por fim, a última seção trás uma análise das redes solidárias e das instituições de apoio aos empreendimentos econômicos solidários, considerando as relações sociais de apoio e parcerias em seu espaço de produção e comercialização e sua importância para o advento do desenvolvimento territorial no Sertão Norte Mineiro.

5.1 Os Empreendimentos Econômicos Solidários

Empreendimentos econômicos solidários compreendem organizações coletivas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc. Seus participantes são trabalhadores sócios, que exercem coletivamente a gestão de atividades de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário (Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005-2007). Considerando essas características, a proposta é fazer uma descrição socioeconômica de cada um dos três empreendimentos econômicos solidários pesquisados nessa tese, abordando os princípios de economia substantiva - *reciprocidade, redistribuição, domesticidade e troca de bens equivalentes* - descritos por Polanyi (2012).

O propósito foi identificar a presença (ou não) de outros valores, além dos econômicos, nos empreendimentos solidários, que os impulsionem ao desenvolvimento de uma territorialidade e que favoreça o desenvolvimento territorial endógeno e alternativo.

Com a pretensão de realizar uma etnografia dos três empreendimentos começamos a pesquisa de campo com uma descrição dos três empreendimentos econômicos solidários. A descrição aqui é sobre o olhar dos sócios envolvidos no cotidiano dos empreendimentos solidários, com base em um trabalho etnográfico, a partir de metodologia qualitativa, buscando ouvir os sócios e suas construções argumentativas sobre a economia solidária e o projeto de desenvolvimento territorial.

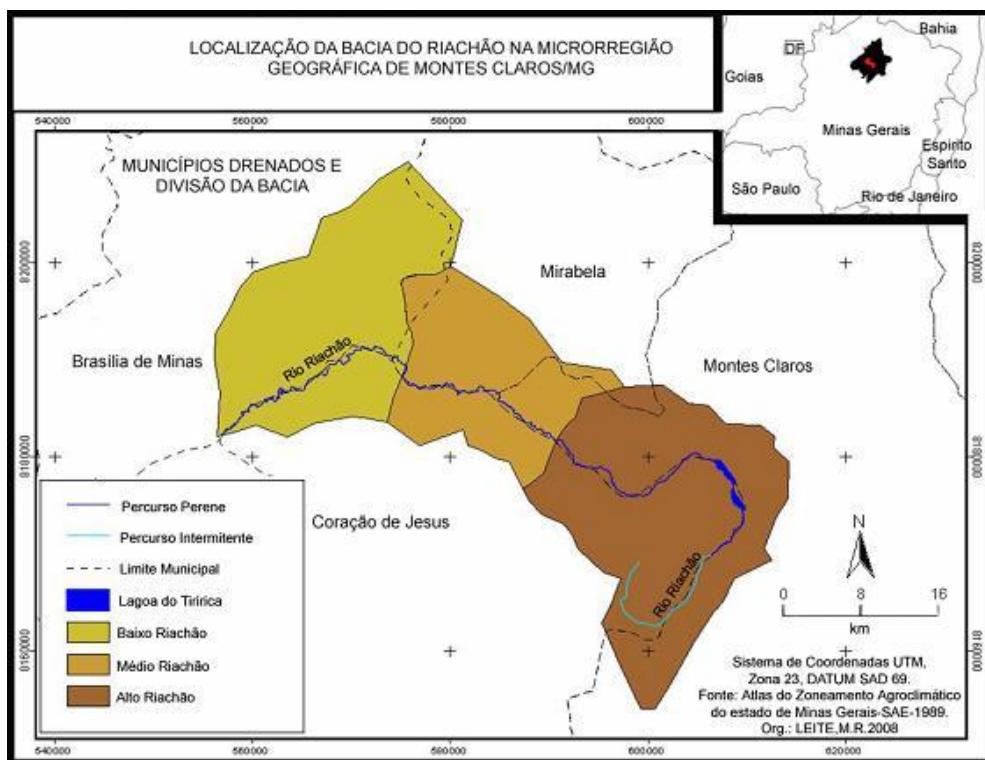
5.1.1 Perfil da Unidade de Beneficiamento de Coco Macaúba – UBCM

A UBCM é gestada pela Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho D'Antas e Adjacências, está localizada na fazenda Santa Cruz, município de Montes Claros – MG. A associação existe desde 1995 e foi criada em um momento de mobilização social de várias comunidades rurais de quatro municípios do Norte de Minas Gerais: Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus, que solicitavam a restauração e conservação do Rio Riachão.

O Riachão é uma sub-bacia pertencente à bacia do Rio Pacuí um afluente do Rio São Francisco. Nasce na Lagoa Tiririca, no município de Montes Claros, e se estende pelos

municípios de Mirabela, Coração de Jesus e Brasília de Minas, percorrendo um trecho de 94 km com vários afluentes. Conforme o mapa 3²².

Mapa 3 – Localização da Bacia do Riachão na Microrregião de Montes Claros - MG



Fonte: Atlas do Zoneamento Agroclimático do estado de Minas Gerais, 2012.

O Riachão foi motivo de disputa, pelo acesso e uso da água do e solo, entre produtores irrigantes, que utilizam a água para o cultivo de grandes lavouras, e comunidades rurais locais, que praticavam a agropecuária, pequenas roças de arroz, milho, feijão, mandioca e coletavam frutos silvestres como coco macaúba, pequi, coquinho azedo, mangaba, cagaita, panâ, entre outros, para complementar sua subsistência.

A paisagem da região do Riachão se alterou a partir da década de 1970 com os incentivos para a ‘modernização’ do Sertão Norte Mineiro. Nesse período incentivou-se a monocultura de eucaliptos e a prática da pecuária, impactando negativamente no uso da água.

Segundo os agricultores cooperados à UBCM, a escassez de água se deve a área degradada para implantação de grandes lavouras irrigadas e ao uso de pivô central na nascente

²² ATLAS, Digital das Águas de Minas: uma ferramenta para o planejamento e gestão dos recursos hídricos. EUCLYDES, P. H. (Coord.) 2. ed. Belo Horizonte: rural minas; Viçosa, MG: UFV. ; Disponível em: http://www.atlasdasaguas.ufv.br/alto_e_medio_sao_francisco/impacto_ambiental_relevante_na_sub_bacia_do_rio_riachao_norte_de_minas_gerais.html; Acesso em; 28/09/2012.

do Rio. Estas práticas culminaram em um conflito ambiental principalmente nos anos de 1995, ano que o rio secou pela primeira vez, e 2000, ano de uma nova seca.

A escassez de água e a degradação do Riachão impactam diretamente a vida de 2.291 famílias de agricultores que vivem na localidade, na qual 420 só no alto Riachão (AFONSO & PEREIRA, 2005). Muitas dessas famílias tiveram a produção da própria subsistência alimentar diminuída, obrigando-os a migrarem para os centros urbanos em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Aqueles que resistiram e permaneceram no Riachão, agricultores familiares, precisaram buscar diferentes alternativas para complementar sua subsistência. Conforme relato de sócios entrevistados:

Com uso do pivô, com as plantações de eucaliptos só ficou a degradação, a seca, a miséria e a pobreza dessa gente. (E2)

Já não era possível viver só da plantação, do que se colhia da terra. Íamos para a cidade em busca de trabalho. (E4)

Como reação ao quadro de pobreza e prosseguindo com a mobilização em prol da conservação do Riachão, a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho D'Antas e Adjacências se transformou na Cooperativa da Unidade de Beneficiamento de Coco Macaúba – COOPUBCM no ano de 2000. Os cooperados preocupados com as condições socioeconômicas dos agricultores familiares da localidade mobilizaram-se para a geração de trabalho e renda, utilizando os recursos naturais disponíveis na localidade, mas principalmente a macaúba.

Para viabilizar o trabalho da COOPUBCM os cooperados buscaram o apoio financeiro e técnico da CODEVASF para a construção física da sede da Cooperativa e de um galpão para armazenamento e beneficiamento dos frutos de macaúba, aquisição de ferramentas, maquinários e viveiros de mudas. Assim, constatou-se que:

Foi da crise que resolvemos usar as riquezas do Riachão para melhorar a renda das famílias [...] aqui é um lugar muito rico em frutas, plantas...mas tudo tava acabando. Mas a principal riqueza é o coco macaúba e tá ajudando toda a gente do lugar a viver melhor. (E1).

5.1.1.1 A Macaúba

De acordo com as Diretrizes e Recomendações Técnicas para Adoção de Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo do Fruto da Macaúba/Bocaiúva publicado em 2014²³, a macaúba é uma palmeira também conhecida como bocaiúva, coco-de- espinho, mamacauba, etc., cujo fruto pode ser utilizado como matéria-prima para a produção de óleo, farinha, carvão, entre outros coprodutos. A fruticultura pode ocorrer durante todo o ano e os frutos amadurecem, principalmente, entre os meses de setembro e janeiro. Ainda de acordo com essas diretrizes e recomendações, basicamente, toda produção de frutos da macaúba vem do extrativismo que consiste na coleta dos cocos caídos das palmeiras, sendo que os frutos podem ser armazenados por até 10 dias sem qualquer tratamento para sua conservação.

O documento, trás, ainda informações sobre a distribuição geográfica dessa palmeira que se estende do México à Argentina, embora sua ocorrência seja mais abundante nas Antilhas, Costa Rica, Paraguai e Brasil. É uma planta presente em quase todo o território brasileiro, com elevadas concentrações nos biomas do Cerrado e Pantanal que se estende pelos estados de Minas Gerais, Ceará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, havendo formações secundárias como capoeiras e capoeirões.

Apesar da palmeira de macaúba ser bastante resistente às secas, queimadas e pragas, é importante considerar que sua área de ocorrência sofreu redução considerável devido ao desmatamento e ao uso do solo para a agricultura. Situação similar à observada na localidade do Riachão, mas esse quadro de desmatamento vem se alterando devido à atuação da comunidade local preocupada com a conversão e manejo adequado do coco de macaúba.

Em 2011 a COOPUBCM se transformou na Cooperativa do Riacho D'Antas - Cooper Riachão. Isso aconteceu porque os cooperados da COOPUBCM foram procurados para estabelecer uma parceria com a Petrobrás para produção de óleo da polpa e da amêndoia da macaúba para biodiesel. Entretanto, o projeto não avançou, visto que o óleo de macaúba deveria ter até 55% de acidez para viabilizar a produção, o que não foi possível obter com a tecnologia de extração usada pelos cooperados. Em 2014 estabeleceu-se outro mercado de óleo, firmando um contrato de vinte anos com uma empresa produtora de biodiesel em São Paulo, que aceita acidez de até 80%. No ano de 2015, a Cooper Riachão voltou a negociar com a Petrobrás, mas até o fim da dessa pesquisa não haviam chegado a um acordo.

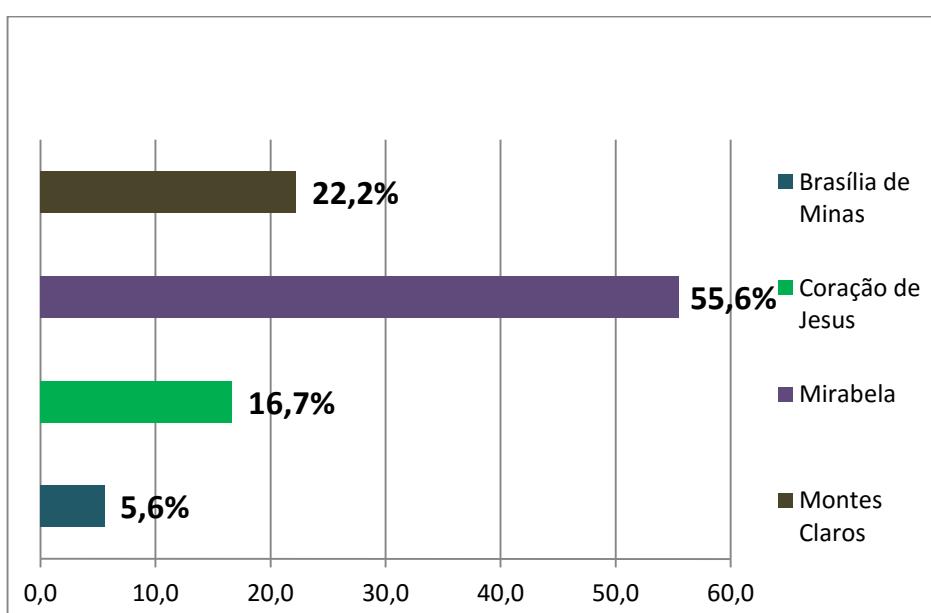
²³ Diretrizes e Recomendações Técnicas para Adoção de Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo do Fruto da Macaúba/Bocaiúva (*Acrocomia spp.*). Brasília/DF. Novembro de 2014. 51 págs.

5.1.1.2 O Empreendimento Econômico Solidário: UBCM

A cooperativa Cooper Riachão – empreendimento econômico solidário - Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba - UBCM conta atualmente com 20 membros diretamente envolvidos no processo de produção e comercialização, mas apenas 18 foram localizados para responder a essa pesquisa. Segundo dados da pesquisa, aproximadamente 240 famílias são beneficiadas indiretamente na coleta do fruto de macaúba. Essas famílias coletam os frutos, buscando o menor impacto ambiental possível para não danificar as palmeiras de macaúba. Selecionam os frutos, separando bons e estragados, e entregam os frutos a Cooperativa em caixas de 20 a 30 quilos, ao preço de R\$ 5,00 a caixa.

Os 20 cooperados da UBCM recebem os frutos e os transformam em outros produtos comercializados pelo empreendimento, são eles: torta de macaúba, para ração animal; sabão em barra e em pó; óleo da polpa, matéria prima para o sabão e biocombustível; endocarpo, substituto da brita e enchimento para vasos de orquídeas; sementes e mudas de macaúba.

Entre os 18 sócios entrevistados na UBCM há uma maior participação de homens, sendo 72,2% (13 sócios), enquanto 27,8% são mulheres (5 sócias). Com relação à origem dos sócios, a maioria (55,6%) é natural do município de Mirabela, 22,2% do município de Montes Claros, 16,7% do município de Coração de Jesus e 5,6% do município de Brasília de Minas, conforme apresentado no GRAF. 1:

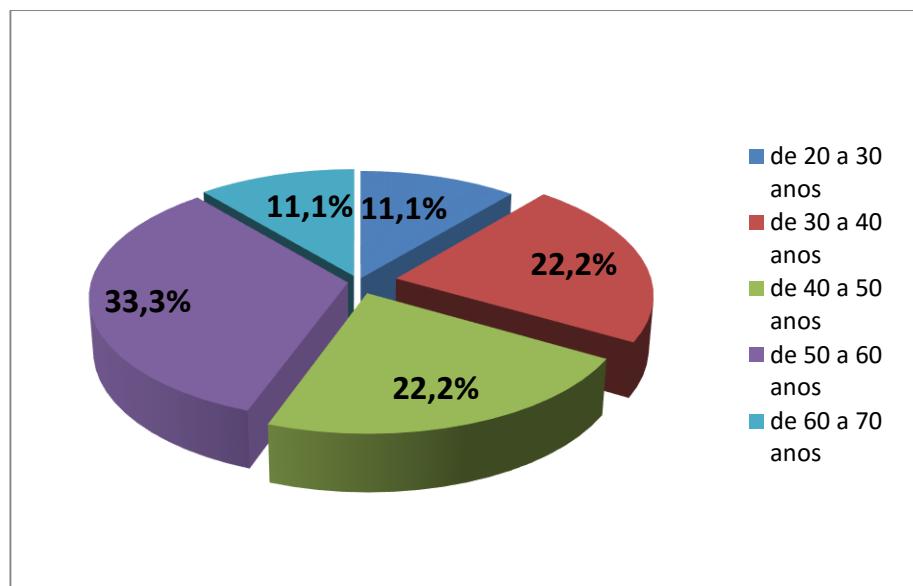


GRAF. 1 – Origem dos Sócios - UBCM.

Fonte: Pesquisa de campo UBCM, 2014/15.

O fato de todos os sócios pesquisados terem respondido ser de municípios do Norte de Minas Gerais e residirem na comunidade rural de Riacho Dantas é um acontecimento relevante, visto o processo migratório e a crescente urbanização ocorridos na Região nos anos de 1970, resultado dos investimentos do Estado na tentativa de modernização da agricultura na Região. A permanência dessas famílias no meio rural demonstra sua busca pelo desenvolvimento territorial, utilizando de suas potencialidades naturais e do saber local para a geração de trabalho e renda como alternativa para a superação da pobreza. Ressaltando que a cooperativa UBCM se constituiu a partir da organização coletiva de agricultores familiares para a conservação do Rio Riachão e toda a sua biodiversidade, entre ela a palmeira de Macaúba.

Com relação à idade dos sócios, 33,3% tinham idade entre 50 e 60 anos, 22,2% idade entre 40 e 50 anos, 22,2% idade entre 30 a 40 anos, 11,1% idade entre 20 e 30 e 11,1% idade entre 60 e 70 anos, conforme observado no GRAF. 2.

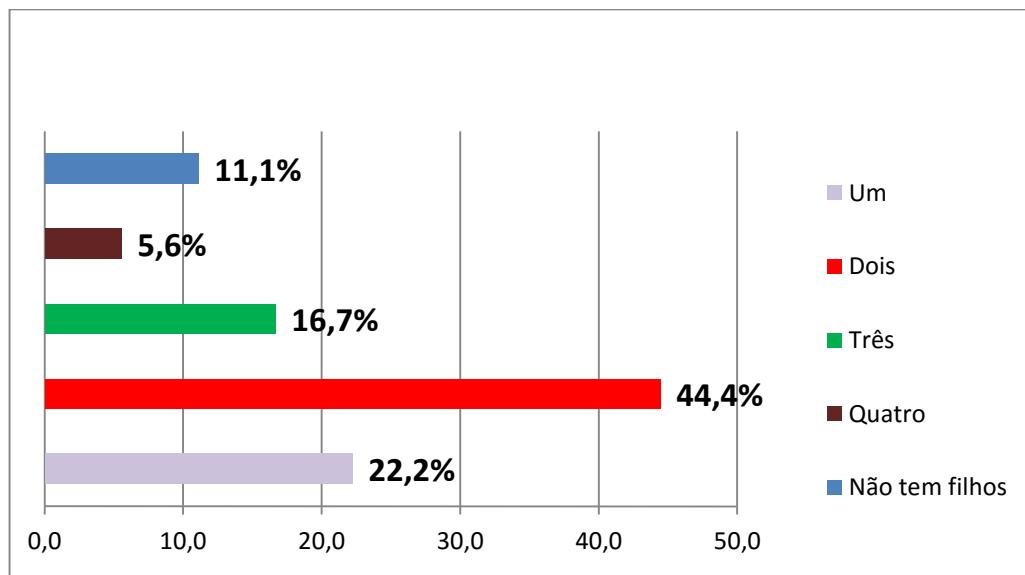


GRAF. 2 Estrutura Etária - UBCM
Fonte: Pesquisa de campo UBCM, 2014/15.

Pode-se dizer que quase 45% dos sócios tem idade entre 30 e 50 anos, sinalizando que quanto maior a idade, talvez mais difícil seja obter uma colocação no mercado de trabalho formal e no meio urbano, o que também explicaria a busca pelo empreendimento autogestionário como alternativa de ocupação e complemento da renda. De maneira que o empreendimento econômico solidário é uma possibilidade de geração de

trabalho e renda de caráter importante para essa população diante das dificuldades socioeconômicas e ambientais que viam enfrentando.

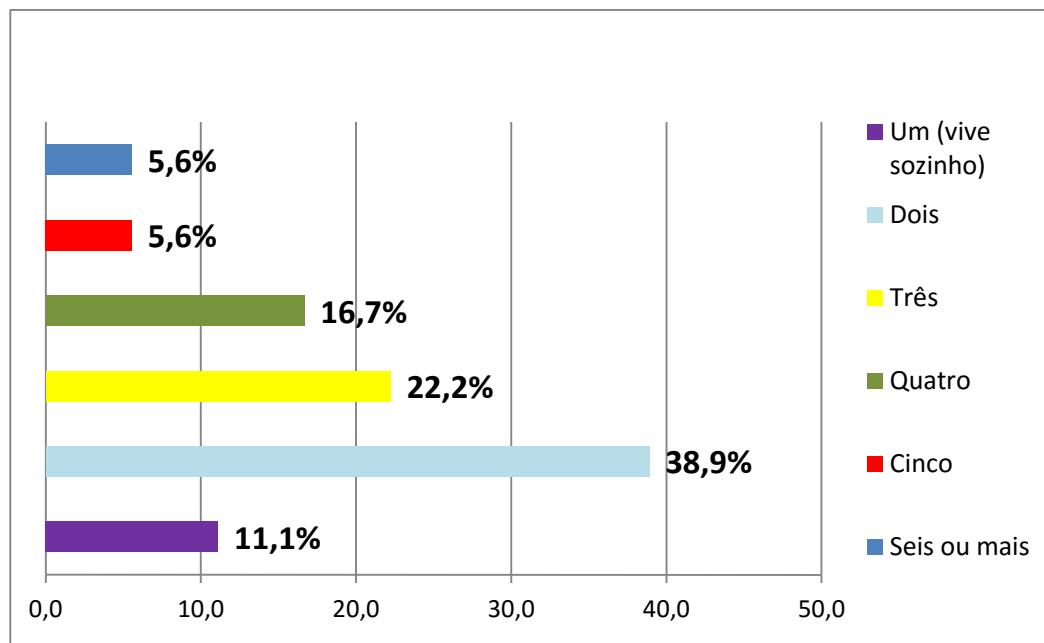
Tratando do estado civil, 88,9% são casados, 5,6% divorciados e 5,6% viúvos. Já analisando a taxa de natalidade, o GRAF. 3 mostra que, 44,4% dos entrevistados têm dois filhos, 22,2%, um filho, 16,7% três filhos, 11,1% não têm nenhum filho e apenas 5,6% têm quatro filhos. Ou seja, a maioria dos sócios, 66,6%, não tem mais de dois filhos, uma taxa de natalidade considerada baixa, principalmente se tratando da zona rural.



GRAF. 3 Taxa de Natalidade – UBCM

Fonte: Pesquisa de campo UBCM, 2014/15.

A maioria dos sócios, quase 40% deles, vivem em domicílios com 2 pessoas; em 22,2% desses domicílios vivem 3 pessoas, 16,7% vivem 4 pessoas, 11,1% apenas 1 pessoa, 5,6%, vive sozinho, e, 5,6%, 6 ou mais pessoas (GRAF. 4). Em conjunto com a disponibilidade de serviços básicos de infraestrutura, todos responderam ter abastecimento de água e energia elétrica nas suas residências e considera a comunidade rural um bom lugar para se viver.

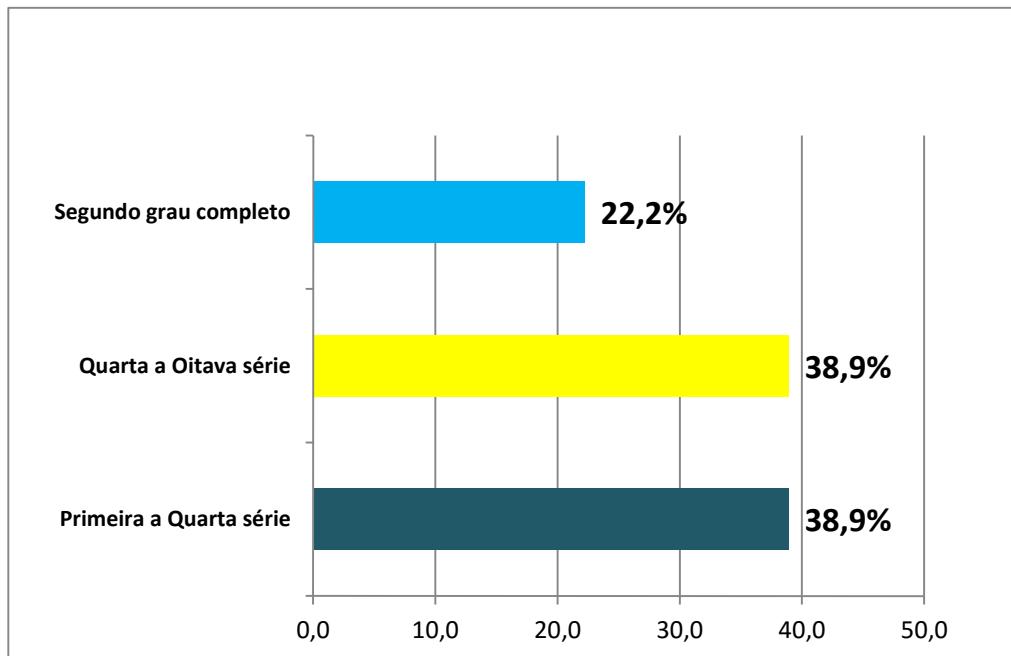


GRAF. 4 Morador Por Domicílio – UBCM

Fonte: Pesquisa de campo UBCM, 2014/15.

Quando questionados sobre as dificuldades típicas e peculiares próprias da zona rural ligadas ao *déficit* de infraestrutura disseram, que têm acesso à escola próxima de casa e posto de saúde no município de Mirabela. Com relação ao acesso da comunidade, as estradas que ligam o município de Mirabela a fazenda Santa Cruz (sede da UBCM) são estradas de terra, em condições ruins, com muitos buracos e sem sinalização adequada. Quanto aos demais serviços precisam recorrer aos serviços ofertados na cidade de Montes Claros. Nesse sentido, é necessário pensar o desenvolvimento territorial rural de forma estruturalmente diferenciada para atender as necessidades da população rural, observando suas necessidades e particularidades como, por exemplo: o difícil acesso as moradias (estradas ruins), escola rural que considere as especificidades do trabalho no campo, com calendário e horário adequados ao período de plantio e colheita, que demanda mais trabalho da família, políticas de valorização do saber local e rural entre outros.

Sobre o nível educacional, constatou-se que 38,9% dos entrevistados disseram que estudaram apenas da 1^a a 4^a série do ensino fundamental, 38,9% estudaram da 4^a a 8^a série do ensino médio e 22,2% têm o segundo grau completo. Consoante com o observado no GRAF. 5:



GRAF. 5 Nível Educacional – UBCM

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/15.

De acordo com o GRAF. 5, percebe-se que quase 40% tem uma média de apenas quatro anos de estudos e outros 40% uma média de oito anos de estudos. Esses dados indicam o baixo nível de escolaridade dos sócios. O nível educacional de adultos e crianças é componente crucial do processo de desenvolvimento territorial.

Dos sócios que têm filho em idade escolar (38,9%), relataram que todos os filhos estão frequentando a escola. Sendo que 16,7% frequentam a escola na própria localidade, 5,6% no município de Mirabela (cidade mais próxima dos domicílios), 11,1% em outro município da Região (Montes Claros) e 5,6% em outro município do Estado (o filho é universitário), conforme a TAB. 1.

Tabela 1: Número de Filhos e Nível de Escolaridade dos Filhos - UBCM

| Sócios que têm filhos | | |
|--|------------|----------------|
| | Frequência | Percentual (%) |
| Sim | 16 | 88,9 |
| Não | 2 | 11,1 |
| Quantos filhos | | |
| Um | 4 | 22,2 |
| Dois | 8 | 44,4 |
| Três | 3 | 16,7 |
| Quatro | 1 | 5,6 |
| Não têm filhos | 2 | 11,1 |
| Sócio que têm filho em idade escolar | | |
| Sim | 7 | 38,9 |
| Não têm filho | 3 | 16,7 |
| Não tem filho em idade escolar | 8 | 44,4 |
| Quantos filhos o sócio têm idade escolar | | |
| Um | 4 | 22,2 |
| Dois | 1 | 5,6 |
| Três | 1 | 5,6 |
| Quatro | 1 | 5,6 |
| Não têm filho ou não têm idade escolar | 11 | 61,1 |
| O filho em idade escolar está frequentando a escola | | |
| Sim | 7 | 38,9 |
| Não | 0 | 0 |
| Não têm filho em idade escolar ou não têm filho | 11 | 61,1 |
| Onde estudam | | |
| Na própria localidade | 3 | 16,7 |
| No município | 1 | 5,6 |
| Em outro município da Região | 2 | 11,1 |
| Em outro município do Estado | 1 | 5,6 |
| Não têm filho em idade escolar | 11 | 61,1 |

Fonte: Pesquisa de campo – UBCM 2014/15

Com relação aos motivos que levaram os sócios a empreenderem solidariamente, 100% disseram que o que o motivou a participar do movimento de conversação do Riachão foi a necessidade de complementação da renda familiar, mas sem esquecer-se da conservação do meio ambiente, principalmente da Macaúba.

De acordo com a TAB. 2, a renda familiar dos cooperados, depois do EES, é de um salário mínimo (66,7%), seguido de 16,7% que recebem menos de um salário e 16,7% que recebem mais de um até dois salários.

Quando questionados sobre outras fontes de renda, 61,1% disseram que desenvolve outra atividade que gera renda, além do empreendimento e 38,9% disseram que não desenvolvem outra atividade que gera renda. Vale ressaltar que dos 18 entrevistados, 13 (72,2%) são proprietários rurais, agricultores familiares, que plantam pequenas roças de milho, feijão, mandioca, entre outras; cultivam hortaliças diversas e coletam frutos silvestres (TAB. 2).

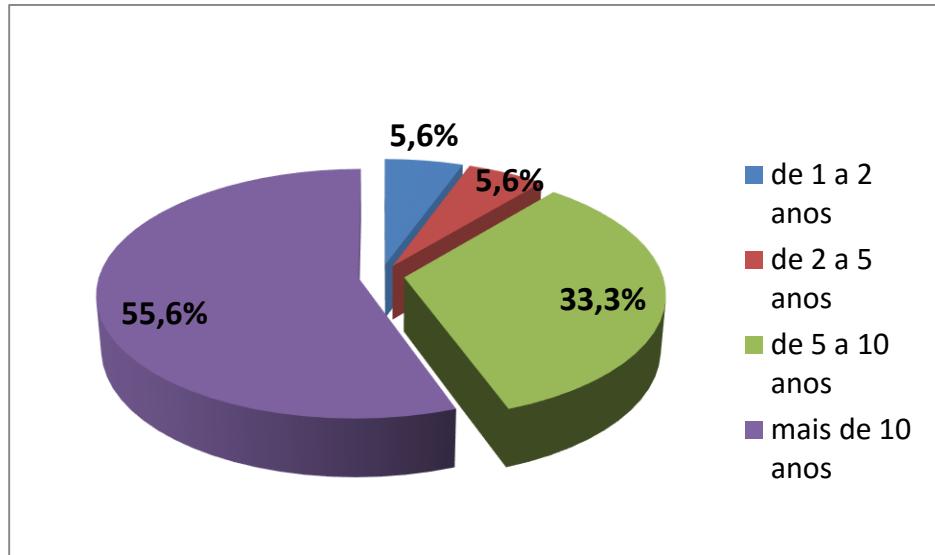
Dos 61,1% (11 sócios) que responderam desenvolver outra atividade econômica que gera renda, todos os 11 sócios citaram o extrativismo de plantas e frutos da localidade como complemento na renda da família, sendo (além do coco macaúba) o pequi, coquinho azedo, a mangaba, cagaita, panâ, entre outros. O que vai ao encontro com o pensamento de Polanyi (2012) sobre o modo de vida comunitária e a economia de subsistência compreendida enquanto um processo instituído de integração e dependência do homem com o meio natural local.

Tabela 2: Remuneração e Fontes de Renda dos Cooperados da UBCM

| <i>Renda depois de cooperado ao EES</i> | | |
|--|-------------------|-----------------------|
| <i>Remuneração</i> | <i>Frequência</i> | <i>Percentual (%)</i> |
| Menos de 1 salário | 3 | 16,7 |
| Um salário | 12 | 66,7 |
| Mais de 1 até 2 salários | 3 | 16,7 |
| <i>Desenvolve outra atividade que gera renda além do EES</i> | | |
| Sim | 11 | 61,1 |
| Não | 7 | 38,9 |
| <i>Atividade econômica além do EES</i> | | |
| Trabalhador rural (empregado) | 1 | 5,6 |
| Trabalhador rural (proprietário) | 13 | 72,2 |
| Empregado do comércio ou indústria | 2 | 11,2 |
| Empregado do município ou Estado | 2 | 11,2 |

Fonte: Pesquisa de campo – UBCM 2014/15

Tratando do tempo que já são sócios do empreendimento, 55,6% dos entrevistados são sócios há mais de 10 anos, 33,3%, de 5 a 10 anos, 5,6% de 2 a 5 anos e 5,6% de 1 a 2 anos. Ou seja, a maioria (88,9%) é sócia desde o início do empreendimento, o que é um bom indicador de maturidade e coesão organizacional (GRAF. 6).



GRAF. 6 Tempo Participação no Empreendimento – UBCM

Fonte: Pesquisa de campo UBCM, 2014/15.

Sobre a gestão participativa no empreendimento solidário, todos os sócios, (100%), responderam que participam das decisões referentes ao empreendimento, não havendo concentração das decisões e do controle. As decisões são tomadas em reuniões mensais e em assembleia de sócios, convocada quando necessária, determinando relações horizontais de poder, fator determinante para a construção de um projeto de desenvolvimento territorial endógeno e alternativo. Conforme constato na estrutura funcional básica do empreendimento econômico solidário - UBCM, apresentada na figura. 1.

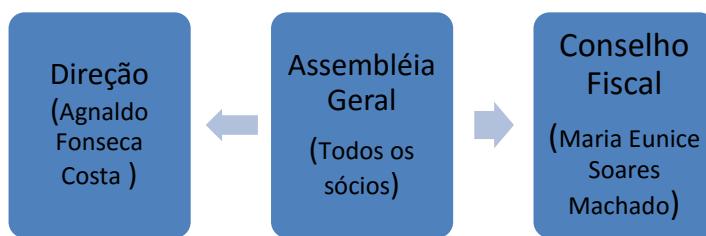


Fig. 1- Estrutura Funcional - UBCM

Fonte: Pesquisa de campo - UBCM, 2014/15.

Ainda com relação à gestão do empreendimento UBCM constatou-se a presença de algumas lideranças internas, com engajamento expresso de maneira e intensidade diferentes. São os sócios que estão envolvidos de maneira mais direta na produção e na

organização da rotina do empreendimento. Foi possível observar que esses sócios detém maior conhecimento técnico sobre a produção e o cotidiano operacional do empreendimento influenciando as escolhas e decisões desses sócios.

Diante dessa contextualização, concluímos que a UBCM é formada por agricultores familiares envolvidos em um projeto de desenvolvimento territorial endogenamente construído. Mobilizados pela necessidade de enfrentar o quadro de pobreza rural e escarcas de água em que viviam, a partir da mobilização em prol da conservação do rio Riachão, esses agricultores familiares mobilizaram-se para a geração de trabalho e renda, utilizando os recursos naturais disponíveis na sua localidade e idealizaram um empreendimento econômico solidário como tentativa de alcançar melhores condições socioeconômica e ambiental.

Esse empreendimento apresenta um bom nível organizacional e produtivo, com domínio das técnicas de produção de torta de macaúba, sabão em barra e em pó, óleo da polpa de macaúba, endocarpo, sementes e mudas de macaúba; engajamento nas questões referentes ao empreendimento e cotidiano da localidade, o que não exclui a presença de conflitos internos.

5.1.2 Empreendimento Econômico Solidário - Núcleo Regional Solidário Flor do Pequi

O Núcleo Regional Solidário Flor do Pequi é um empreendimento urbano localizado no município de Montes Claros – MG, maior cidade da mesorregião do Norte de Minas Gerais. A cidade ocupa uma área de 3.568,941 Km². Em 2010 o município contava com 361.915 habitantes, sendo o sexto mais populoso do estado de Minas Gerais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,77, considerado de médio desenvolvimento. Já o PIB, em 2010, foi de 4,5 bilhões de reais, o maior de sua microrregião (IBGE, 2013).

Mapa 4 – Localização do Município de Montes Claros



Fonte: IBGE, 2013

A economia de Montes Claros é diversificada contando com atividades agropecuárias, industriais e de serviços, sendo que a principal fonte econômica é o terciário com destaque para os setores de saúde e educação.

Montes Claros é um município com forte expressão cultural e o artesanato é uma das formas de expressão do modo de vida local e também alternativa de geração de trabalho e renda para muitas famílias que residem na cidade. É possível encontrar uma produção diferenciada e diversificada feita com matéria-prima regional e que retrata a identidade e o modo de vida do sertanejo, destacando a religiosidade, a relação com o clima semiárido, e os hábitos sociais entre outros.

O empreendimento Flor do Pequi foi criado no ano de 2009, por duas artesãs da comunidade local de Montes Claros. Uma delas, mãe e chefe de família, em situação de dificuldade buscava na produção artesanal de roupas de algodão cru a geração de renda e sustento de sua família. As duas artesãs já participavam do movimento de economia solidária na Região Norte de Minas Gerais, e foi em um encontro de socialização sobre práticas de economia solidária que as duas sócias se conheceram e juntas decidiram formar um grupo de

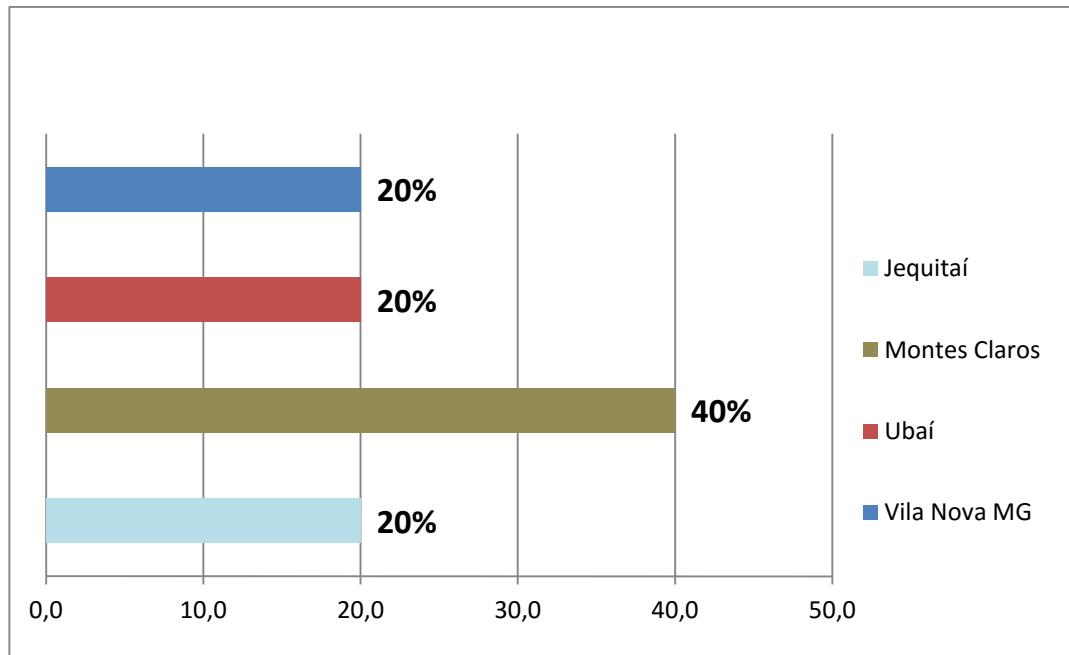
produção e comercialização de artesanato, observando os princípios da cooperação e solidariedade.

Atualmente o empreendimento é composto por cinco mulheres, cada uma com seu histórico de existência de luta cotidiana pela sobrevivência, dividindo-se na dupla jornada de trabalho: no empreendimento econômico solidário e no trabalho doméstico.

O fato de ser um empreendimento composto apenas por mulheres vai ao encontro com a realidade descrita no Atlas Nacional de Economia Solidária, divulgado em 2007. Segundo dados do Atlas (2007, p.38 - 40), as mulheres são maioria nos empreendimentos menores, com até dez pessoas e ao se estudar a composição dos grupos, observa-se a expressiva participação delas. Dos 14.954 empreendimentos econômicos solidários mapeados, 64% dos participantes são homens e 36% são mulheres. Os grupos só de mulheres representam 18% do total. Já os constituídos somente por homens totalizam 11%. Ou seja, os homens participam em maior número em empreendimentos mistos e com mais de vinte pessoas. As mulheres, talvez pelo desafio de conciliar maternidade, trabalho e atividades domésticas, estão em grupos menores e ligados principalmente a produção de artefatos artesanais, alimentos, têxtil e confecções. O empreendimento Flor do Pequi se enquadra nessa descrição.

Ainda em relação à formação do empreendimento, as sócias resolveram alugar um espaço para comercializar seus produtos, no centro do município, na Praça Doutor Chaves (Praça da Matriz), coração cultural da cidade de Montes Claros. A sede do empreendimento fica em um casarão antigo e atualmente a produção própria do empreendimento Flor do Pequi é basicamente constituída de pinturas, bordados e costuras, com destaque para a produção de roupas de algodão cru. Entretanto, há outros produtos para serem comercializados e que foram produzidos por outros artesãos da Região, chamados por elas de ‘colaboradores’ (consignado). Os principais produtos consignados são: cerâmicas, roupas de malhas, bordados e caminhos de mesa, entre outros produtos. No momento da pesquisa eram doze colaboradores, na sua maioria mulheres.

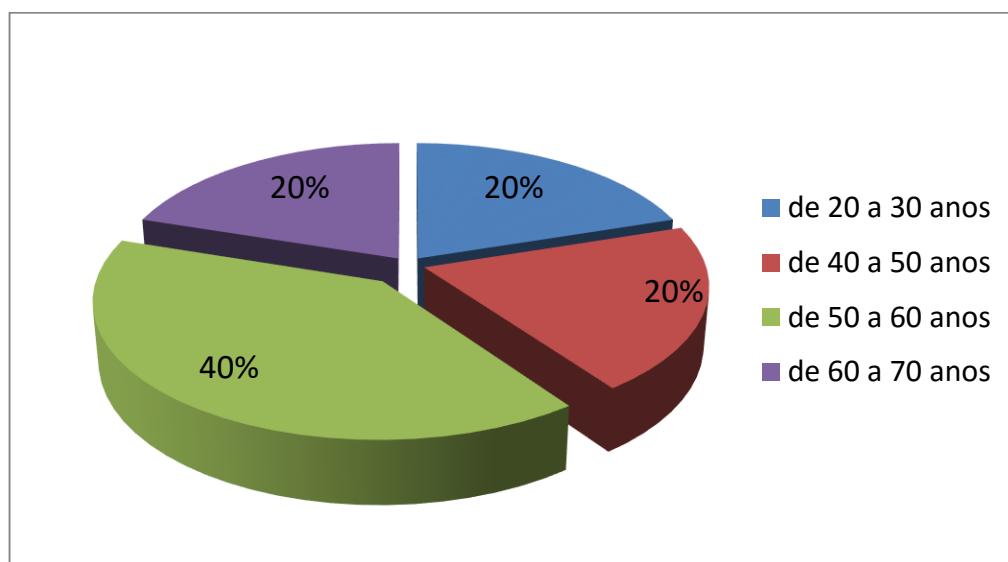
Com relação à origem das sócias, a maioria, 40% é natural do município de Montes Claros, 20% do município de Jequitaí, 20% do município de Ubaí e 20% de Vila Nova (GRAF. 7).



GRAF. 7 Origem do Sócio – Flor do Pequi
Fonte: Pesquisa de campo – Flor do Pequi, 2014/15.

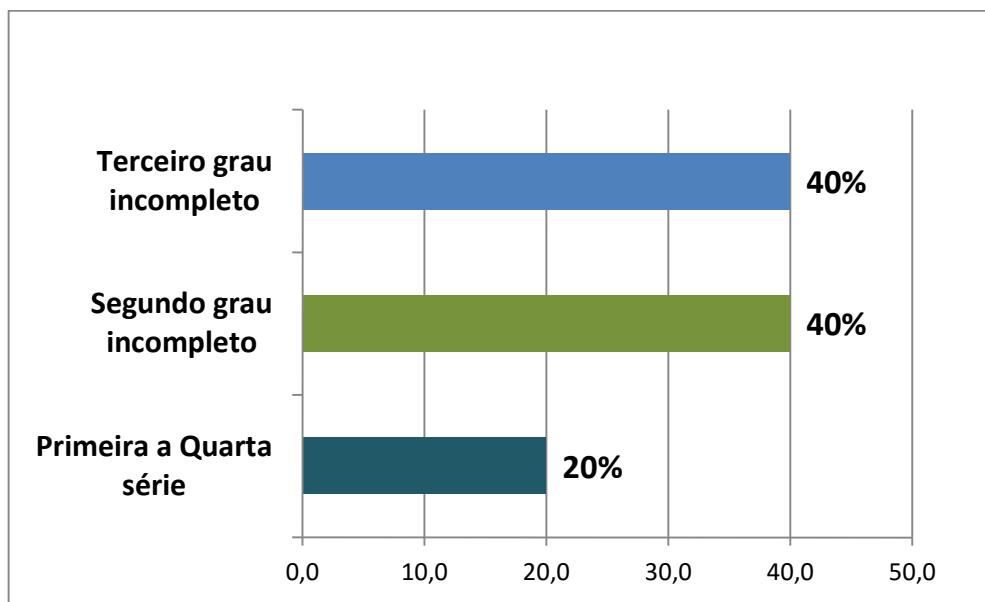
O fato de 60% das sócias terem nascido em outro município do Norte de Minas Gerais pode indicar um movimento migratório interno na Região, caracterizado pela saída da população de pequenos municípios rurais com *déficit* de infraestruturas básicas e de serviços pessoais, em busca de trabalho, educação para os filhos e melhores condições de vida em Montes Claros, cidade de maior expressão econômica no Norte de Minas Gerais.

Quanto à idade das sócias, 40% tinha idade entre 50 e 60 anos, 20% entre 60 e 70 anos, 20% entre 40 e 50 anos e 20% entre 20 e 30 anos, conforme observado no GRAF. 8:



GRAF. 8 Estrutura Etária – Flor do Pequi
Fonte: Pesquisa de campo – Flor do Pequi, 2014/15.

A estrutura etária das sócias é um dado importante quando considerado também o nível educacional (GRAF. 9). 40% das sócias têm o 3º grau incompleto, e uma sócia ainda cursa o ensino superior, é a mais jovem delas, solteira e sem filhos; a outra sócia desistiu do curso superior pela dificuldade de conciliar trabalho, família e escola. As demais sócias são donas de casa e conciliam o trabalho no empreendimento com os afazeres domésticos, das quais 40% têm o 2º grau incompleto, e 20% têm apenas 4 anos de estudos, conforme o GRAF. 9.



GRAF. 9 Nível Educacional – Flor do Pequi

Fonte: Pesquisa de campo – Flor do Pequi, 2014/15.

Constatou-se assim que as sócias com maior idade são as que possuem menor escolaridade (GRAF. 8). Essa realidade indica que as mulheres com maior idade, menor escolaridade e donas de casa têm maior dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho formal, talvez daí a motivação de participar de um empreendimento econômico solidário e a importância do empreendimento para a geração de trabalho e renda.

Todas as sócias, 100%, disseram que procuraram o empreendimento solidário como alternativa para geração de trabalho e renda e todas as sócias afirmaram que a renda recebida não é suficiente para gerar ‘sobras’. Com relação à renda depois do EES, TAB. 3, 40% disseram receber um salário mínimo, 40% mais de 1 até 2 salários e 20% mais de 3 até 5 salários mínimos. Apenas uma entrevistada (20%) desenvolve outra atividade que gera renda, além do empreendimento. Quanto a outras fontes de renda, por exemplo, transferência governamental, 40% são aposentadas e nenhuma outra sócia recebe qualquer outro auxílio do governo.

Tabela 3: Remuneração e Fontes de renda das Associadas – Flor do Pequi

| Renda depois do EES | | |
|--|-------------------|-----------------------|
| Remuneração | Frequência | Percentual (%) |
| Um salário | 2 | 40,0 |
| Mais de 1 até 2 salários | 2 | 40,0 |
| Mais de 3 até 5 salários | 1 | 20,0 |
| Desenvolve outra atividade que gera renda além do EES | | |
| Sim | 1 | 20,0 |
| Não | 4 | 80,0 |
| Atividade econômica além do EES | | |
| Não desenvolve outra atividade | 4 | 80,0 |
| Supervisor pedagógico municipal | 1 | 20,0 |

Fonte: Pesquisa de campo – Flor do Pequi 2014/15

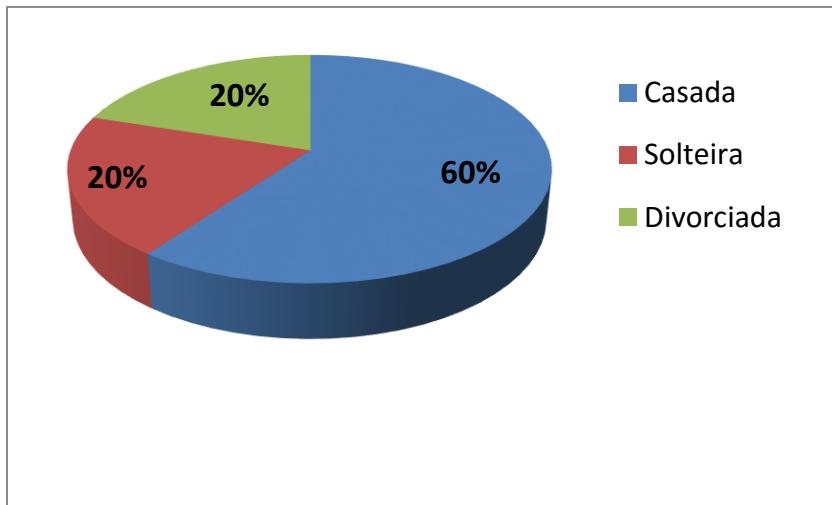
Os artigos produzidos e comercializados pelo grupo são vendidos principalmente no mercado local, destaque para roupas de algodão cru e os bordados, que segundo as entrevistadas têm um maior volume de vendas para clientes da cidade de Montes Claros. Já as cerâmicas, pinturas, bordados e outros produtos que remetem à cultura do Sertão Norte Mineiro são vendidos principalmente para visitantes de outras cidades e Estados.

Todas enfatizaram a importância do espaço do empreendimento como um local de socialização, amizade e cooperação. A reciprocidade nas relações desloca a ênfase do componente utilitário, reconhecendo que nem toda motivação para a produção está subordinada somente ao lucro monetário, conforme relatado pelas sócias:

Eu venho pra cá e esqueço a vida. Saiu de casa, dos problemas de casa... Faço meus bordados, olho o movimento da rua, converso com as pessoas. (E19).

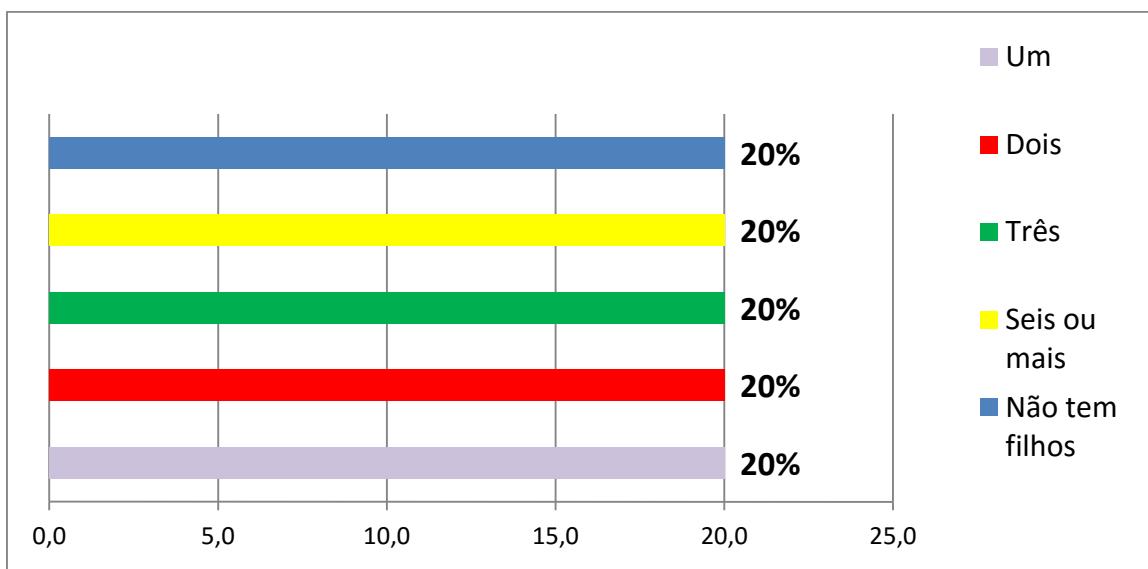
Conversamos sobre tudo. Os problemas com os filhos, com o marido. Não é só dinheiro. Aqui eu me sinto mais útil. Vejo gente, converso...tô até mais nova. (E20).

A respeito do estado civil das sócias, o GRAF. 10 mostra que 60% são casadas, 20% divorciadas e 20% solteiras. Sendo que apenas uma sócia (20%) se denomina chefe de família.

**GRAF. 10 Estado Civil – Flor do Pequi**

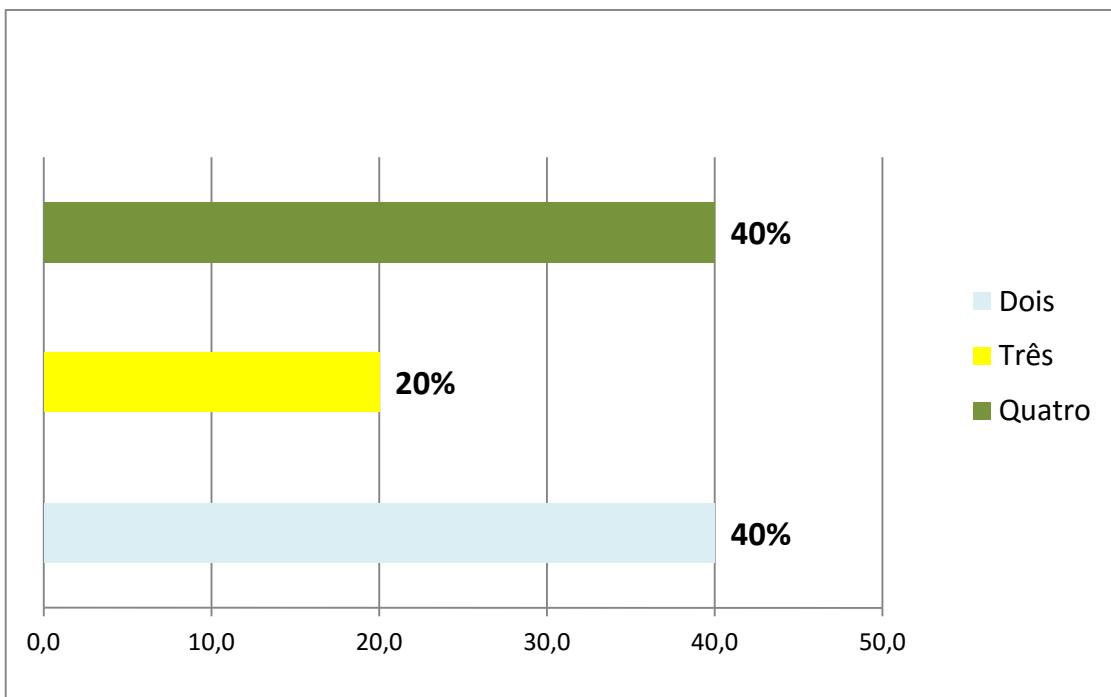
Fonte: Pesquisa de campo – Flor do Pequi, 2014/15.

Analizando a taxa de natalidade, o GRAF 11 mostra que 20% não têm filhos, 20% tem um filho, 20% dois filhos, 20% três filhos e 20% seis ou mais filhos. As sócias com maior idade são as que têm o maior número de filhos.

**GRAF. 11 Taxa de Natalidade – Flor do Pequi**

Fonte: Pesquisa de campo – Flor do Pequi, 2014/15.

Com relação à moradia das sócias, 40% das entrevistadas vivem em domicílios com 4 pessoas, 40% vivem em domicílios com 2 pessoas e 20% vivem em domicílios com 3 pessoas (GRAF. 12).



GRAF. 12 Moradores Por Domicílio – Flor do Pequi

Fonte: Pesquisa de campo– Flor do Pequi, 2014/15.

A cidade de Montes Claros dispõe de serviços básicos de infraestrutura como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta do lixo, energia elétrica, hospital e outros. As sócias relataram preocupações com a violência na cidade, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, entre outros problemas, mas demonstram satisfação em viver na cidade de Montes Claros.

A TAB. 4 traz o número de filhos e o nível de escolaridade desses filhos. Das sócias que têm filhos, 40% têm filhos em idade escolar, 20% têm apenas um filho em idade escolar e 20% têm dois filhos em idade escolar. Todos estudam na cidade de Montes Claros.

Tabela 4: Número de Filhos e Nível de Escolaridade dos Filhos - Flor do Pequi

| Sócia que têm filho em idade escolar | | |
|--|---|------|
| Sim | 2 | 40,0 |
| Não têm filho | 1 | 20,0 |
| Não tem filho em idade escolar | 2 | 40,0 |
| Quantos filhos a sócia têm idade escolar | | |
| Um | 1 | 20,0 |
| Dois | 1 | 20,0 |
| Não têm filho ou não têm idade escolar | 3 | 60,0 |
| O filho em idade escolar está frequentando a escola | | |
| Sim | 2 | 40,0 |
| Não têm filho em idade escolar ou não têm filho | 3 | 60,0 |
| Onde estudam | | |
| No município | 2 | 40,0 |
| Não têm filho em idade escolar | 3 | 60,0 |

Fonte: Pesquisa de campo – Flor do Pequi 2014/15

Com relação às decisões referentes ao empreendimento, essas são tomadas nas reuniões que se realizam mensalmente e no convívio diário, no próprio empreendimento. Na pesquisa realizada foi possível observar exemplos de ação coletiva e de cooperação alicerçada na solidariedade entre as sócias. O que não significa ausência de conflitos, mas há uma confiabilidade entre essas mulheres que juntas decidiram mudar sua realidade socioeconômica. Tratando da estrutura funcional básica do empreendimento Flor do Pequi temos: (FIG. 2).

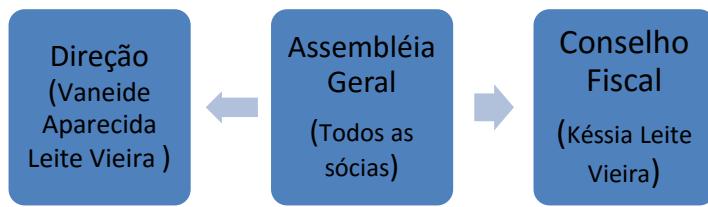


Fig. 2 – Estrutura Funcional - Flor do Pequi

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/15.

A partir da pesquisa foi possível observar o cotidiano dessas mulheres no empreendimento solidário, em contexto de ação. Elas mantêm uma série de vínculos como: amizade, cooperação, solidariedade e confiança; fluxos de conhecimento, tanto sobre a produção de artesanato, como de questões do dia a dia; e de práticas de produção e comercialização dos artesanatos. Entretanto, duas sócias centralizam a maior parte dos trabalhos referente ao empreendimento. Foi exposta inclusive a ideia de transformar o EES em uma pequena empresa, onde essas duas sócias seriam as proprietárias da loja de artesanato e as demais sócias apenas fornecedoras (consignado) dos produtos hoje comercializados no empreendimento, o que descharacteriza a prática de economia solidária.

Na economia solidária as atividades são organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma de autogestão, com o objetivo de possibilitar a subsistência dos que a praticam negando a relação empregado-empregador. Todos os sócios são proprietários dos meios de produção e dividem tanto a produção, a organização, as responsabilidades e as ‘sobras’ do empreendimento.

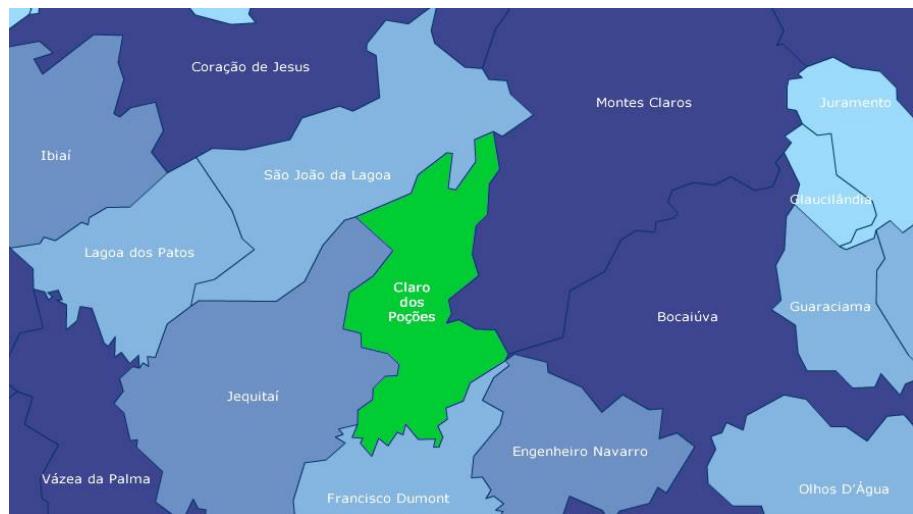
5.1.3 Empreendimento Econômico Solidário - Essências do Cerrado

O grupo Essências do Cerrado é uma articulação de moradores das comunidades rurais do Brejão, Vaquejador, São José, Quebra-Ovo e Mucambo, situadas no município de Claros dos Poções, região Norte de Minas Gerais. O município têm 7.885 habitantes e ocupa uma área de 720,424 Km². O IDH do município é de 0,67, considerado de baixo desenvolvimento (IBGE, 2013). Sua principal atividade econômica é a pecuária e a agricultura familiar.

Claros dos Poções surgiu por volta de 1900, ao redor de fazendas de gado que pertenciam ao município de Coração de Jesus. Nesse local existia ‘clareiras’, onde o gado era criado à solta e costumava se refugiar do calor e do sol quente típicos do Norte de Minas Gerais. Região de muitos poços d’água onde o gado saciava a sede. Daí o nome do município: *Claro dos Poções*.

O município possui dois distritos: Claro dos Poções (sede) e Vista Alegre, também conhecida como Água Boa. A sede do município fica a 74 quilômetros de Montes Claros e Vista Alegre (Água Boa) está localizado na BR 365 Km 50, ficando a 50 Km da cidade de Montes Claros.

Mapa 5 - Localização do Município de Claros dos Poções, Microregião de Montes Claros.



Fonte: http://clarodospocoes.com/como_chegar.php. Acesso em 03/04/2015.

Claros dos Poções é um município com peculiaridades próprias de municípios rurais, onde a maioria da população vive no meio rural e tem nas atividades agropecuárias seu meio de subsistência. Com o processo de modernização da agricultura da região Norte de Minas Gerais, nos anos de 1970, muitas das famílias que viviam nas comunidades rurais de Claros dos Poções migraram para outras cidades e Estados, em busca de melhores condições de vida. As famílias que permaneceram na zona rural do município, e mesmo na área urbana de Claros dos Poções, enfrentam problemas como: falta de recursos financeiros para manter a produção, dificuldade de aquisição de bens e insumos para a produção e pobreza no campo entre outros.

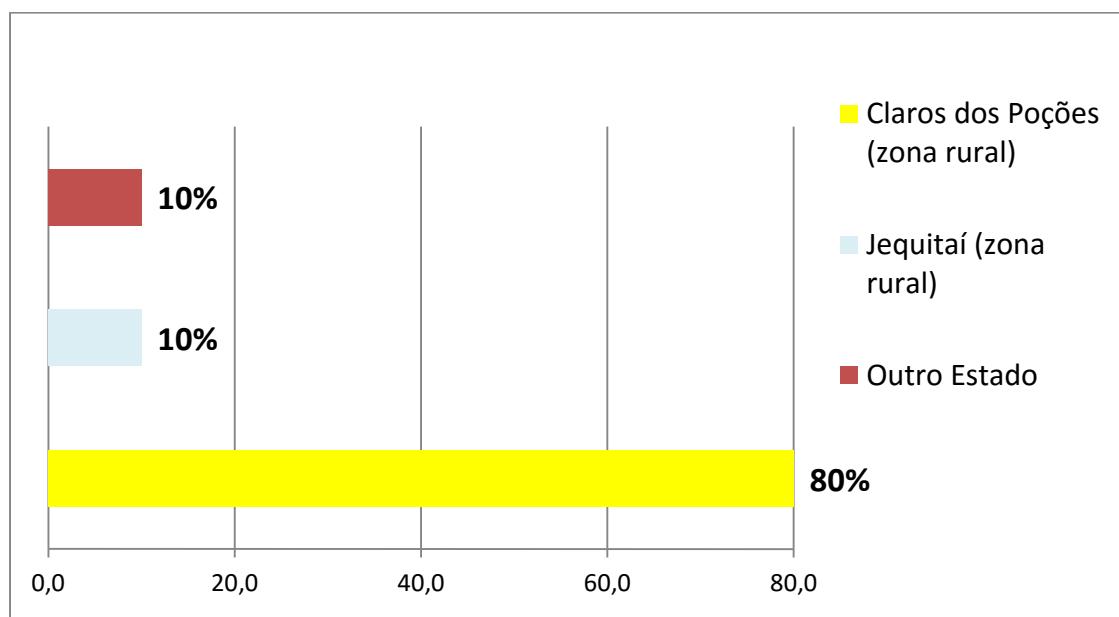
Foi diante desse quadro socioeconômico e motivados pelo desejo de melhorar suas condições de vida e do local onde viviam que alguns agricultores familiares se uniram no

ano de 2008 em busca de alternativas para diversificar a produção rural a partir das atividades de origem agrícola. Para tanto, formaram a Associação dos Agricultores do Brejão e foram em busca de parcerias e colaboradores para o seu projeto de desenvolvimento da localidade.

Uma dessas parcerias foi firmada com o Serviço Nacional da Aprendizagem Rural – Senar, que ministrou no ano de 2008 uma oficina sobre a fabricação e comercialização de medicamentos naturais. No ano de 2009, fizeram os cursos de fabricação de granola e o de gestão e organização solidária, ambos ofertados pelo Instituto Marista de Solidariedade. Daí em diante consolidaram outras parcerias, sempre com o intuito de uma formação profissional.

A partir desses cursos e motivados a mudar a sua situação socioeconômica local a Associação dos Produtores Rurais do Brejão deu início ao empreendimento econômico solidário Essências do Cerrado, no ano de 2009. O grupo é formado por dez sócios, sendo que 60,0% são mulheres e 40,0% são homens. Os principais produtos comercializados são: xaropes, tinturas, argila, granola e farinha enriquecida.

Com relação à origem dos sócios, a maioria (80,0%) é natural do município de Claros dos Poções, 10,0% do município de Jequitaí, e 10,0% de outro Estado, conforme apresentado no GRAF. 13:



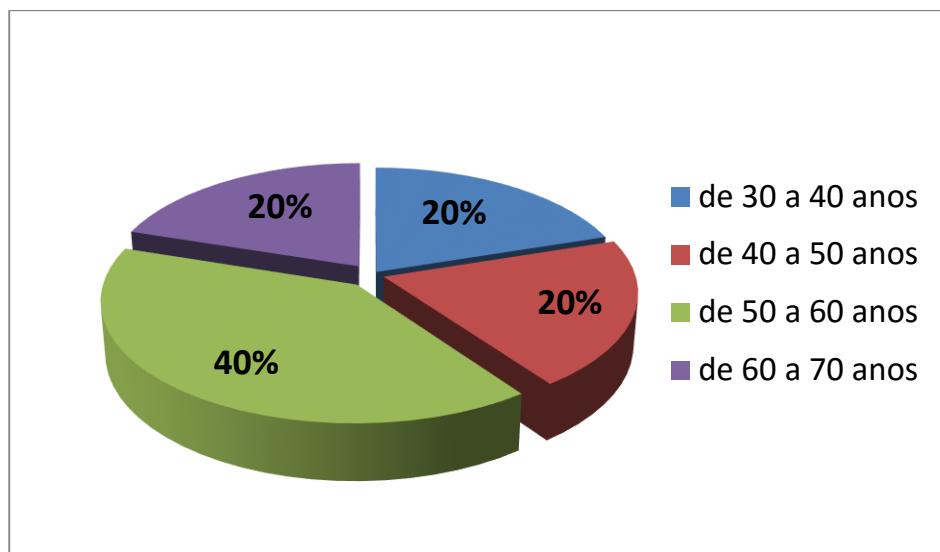
GRAF. 13 Origem dos Sócios – Essências do Cerrado

Fonte: Pesquisa de campo – Essências do Cerrado, 2014/15.

O fato de 80% dos sócios pesquisados terem nascido em Claros dos Poções e residirem na comunidade rural do município são acontecimentos relevantes, visto que essas

famílias permanecem no meio rural e buscam alternativas para diversificar sua produção, melhorar sua remuneração e permanecer no campo. A mobilização social dessas pessoas em busca de melhores condições de vida no local onde vivem, a partir de seus conhecimentos, necessidades e particularidades, é um fator importante na promoção do desenvolvimento territorial.

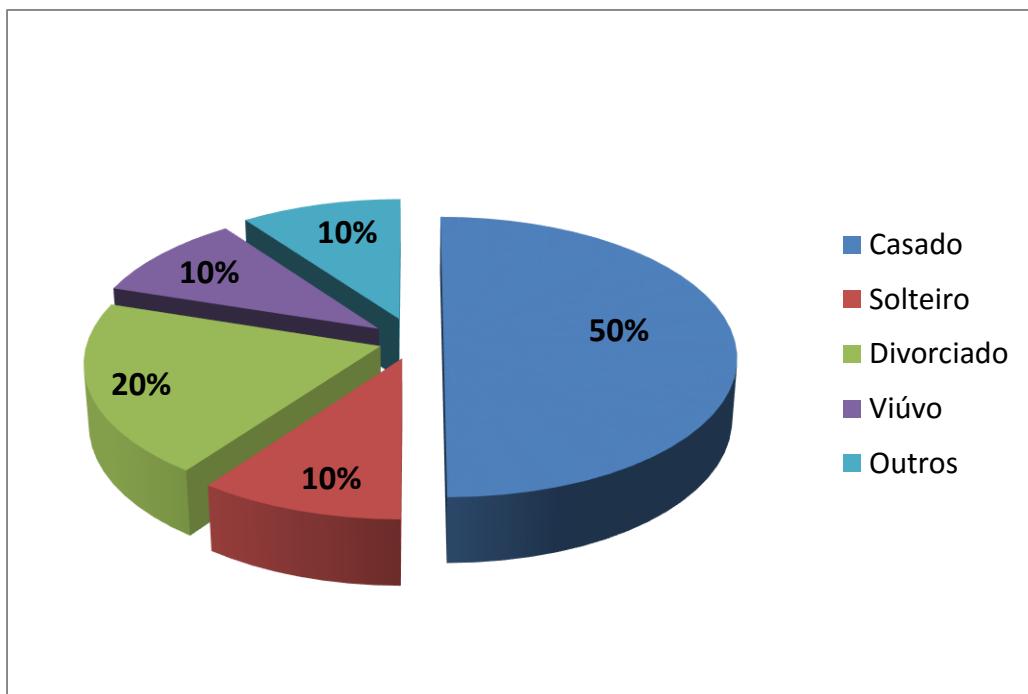
Com relação à idade dos sócios, 40,0% tinham idade entre 50 e 60 anos, 20,0% idade entre 40 e 50 anos, 20,0% idade entre 30 e 40 anos e 20% idade entre 60 e 70 anos. É possível constatar que 60% têm mais de 50 anos de idade, o que pode dificultar a inserção no mercado de trabalho formal. (GRAF. 14).



GRAF. 14 Estrutura Etária – Essências do Cerrado

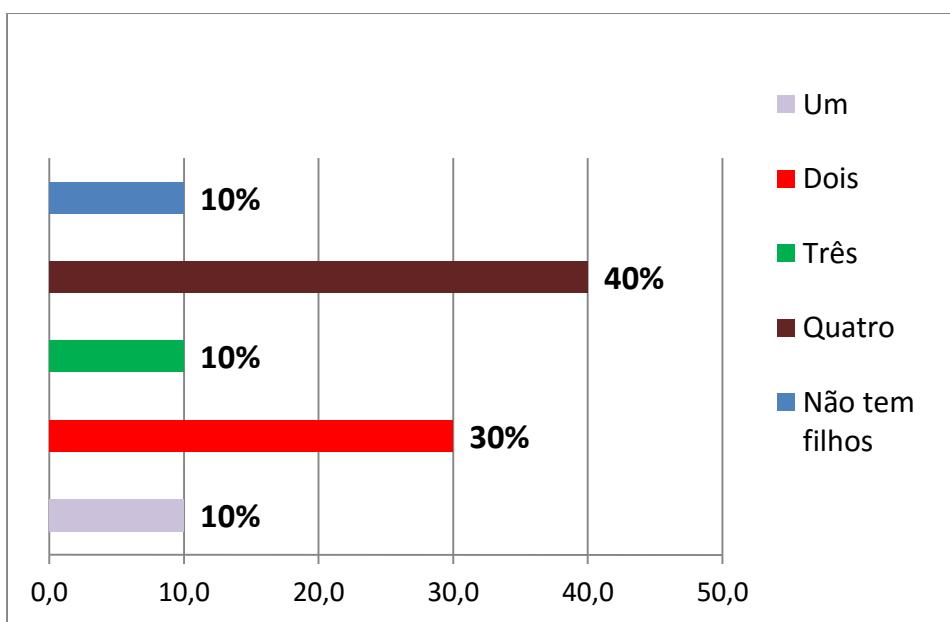
Fonte: Pesquisa de campo– Essências do Cerrado, 2014/15.

Tratando do estado civil, 50,0% são casados, 10% são solteiros, 20% divorciados, 10% viúvos e 10% declaram outra situação (GRAF. 15).

**GRAF. 15 Estado Civil – Essências do Cerrado**

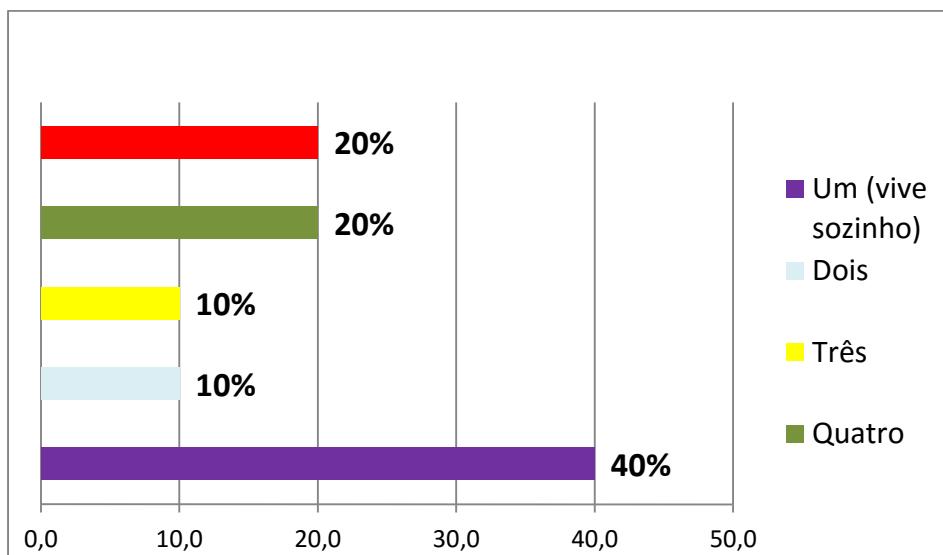
Fonte: Pesquisa de campo– Essências do Cerrado, 2014/15.

Quanto à taxa de natalidade, o GRAF. 16 mostra que 40,0% dos entrevistados têm quatro filhos, 30%, dois filhos, 10% um filho, 10% três filhos e 10% não têm nenhum filho. Ou seja, a maioria têm 4 filhos.

**GRAF. 16 Taxa de Natalidade – Essências do Cerrado**

Fonte: Pesquisa de campo – Essências do Cerrado, 2014/15.

Com relação à moradia, a maioria dos sócios, 40%, vivem sozinhos; em 20% desses domicílios vivem 4 pessoas, 20% vivem 5 pessoas, 10% vivem três pessoas e 10% vivem duas pessoas (GRAF. 17).

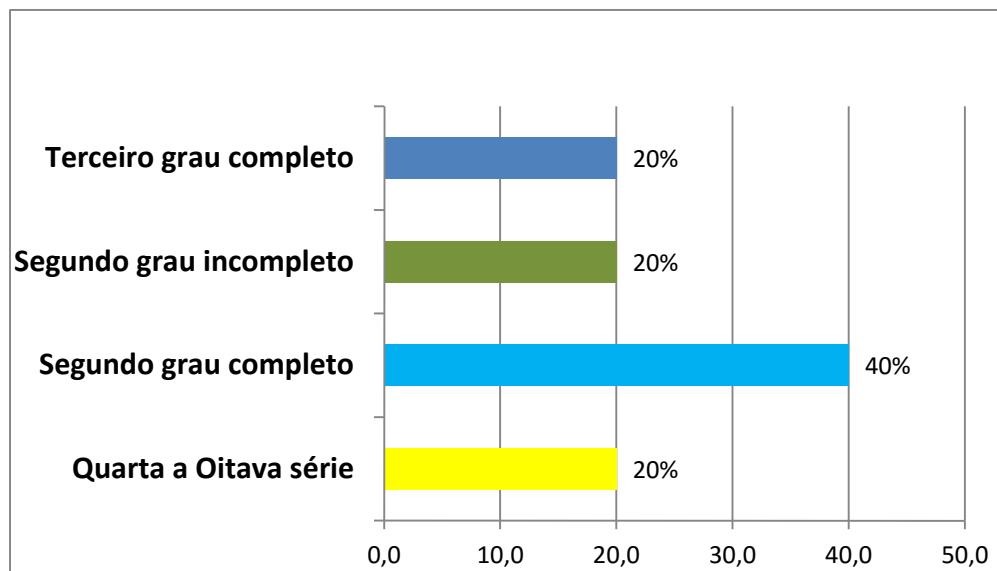


GRAF. 17 – Morador Por Domicílio – Essências do Cerrado

Fonte: Pesquisa de campo – Essências do Cerrado, 2014/15.

Em conjunto com a disponibilidade de serviços básicos de infraestrutura, todos responderam ter abastecimento de água e energia elétrica nas suas residências, além de escola e posto de saúde no município de Claros dos Poções. Quanto aos demais serviços precisam recorrer aos serviços ofertados na cidade de Montes Claros. Situação similar à revelada pelos sócios do empreendimento UBCM e moradores da comunidade rural do Riachão. Isso significa que a gestão de projetos de desenvolvimento territorial para o meio rural, deveria conter ações que viabilizem o acesso da população a serviços básicos como o ensino e a saúde pública de qualidade, no local onde vivem.

Sobre o nível educacional, constatou-se que 40% dos entrevistados têm o segundo grau completo, 20% segundo grau incompleto, 20% superior completo e 20% estudaram da 4^a a 8^a série do ensino médio. Consoante o observado no GRAF. 18.



GRAF. 18 – Nível educacional - Essências do Cerrado

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/15.

De acordo com as informações do GRAF. 18, os sócios do empreendimento Essências do Cerrado têm uma escolaridade alta para o meio rural, fato que pode ser explicado pela presença de escolas de primeiro e segundo graus no município de Claros dos Poções e pela proximidade com a cidade de Montes Claros, em se tratando do ensino superior.

Quanto à remuneração e fontes de renda dos associados (TAB. 5), 60% responderam que a renda da família depois do empreendimento econômico solidário é mais de um, e até dois salários mínimos, 30% responderam ser um salário mínimo e 10%, menos de um salário mínimo.

Todos os sócios desenvolvem outra atividade que gera renda além do EES. Desses empreendedores, 80% são trabalhadores rurais proprietários, agricultores familiares e 20% são empregados municipais.

Tabela 5: Remuneração e Fontes de Renda dos Associados – Essências do Cerrado

| <i>Renda depois de associado ao EES</i> | | |
|--|-------------------|-----------------------|
| <i>Remuneração</i> | <i>Frequência</i> | <i>Percentual (%)</i> |
| Menos de 1 salário | 1 | 10 |
| Um salário | 3 | 30 |
| Mais de 1 até 2 salários | 6 | 60 |
| <i>Desenvolve outra atividade que gera renda além do EES</i> | | |
| | | |
| Sim | 10 | 100 |
| <i>Atividade econômica além do EES</i> | | |
| | | |
| Trabalhador rural (proprietário) | 8 | 80 |
| Empregado em Escola Municipal | 1 | 10 |
| Empregado na Prefeitura Municipal | 1 | 10 |

Fonte: Pesquisa de campo – Essências do Cerrado 2014/15

Quanto à renda e fontes de renda antes do empreendimento, 40% responderam que a renda era de um salário mínimo, 30% menos de um salário mínimo, 20% mais de um, e até dois salários mínimos e 10% mais de 3 até 5 salários mínimos (TAB. 6).

Um dado que merece atenção é o fato de que antes de serem associados ao EES, 40% eram trabalhadores rurais empregados. Depois do empreendimento 80% continuam sendo trabalhadores rurais, porém proprietários. O que representa uma melhoria nas condições socioeconômicas desses agricultores.

Tabela 6: Remuneração e Fontes de Renda dos Associados – Essências do Cerrado Antes do EES

| <i>Renda do sócio antes do EES</i> | | |
|--|-------------------|-----------------------|
| <i>Remuneração</i> | <i>Frequência</i> | <i>Percentual (%)</i> |
| Menos de 1 salário | 3 | 30 |
| Um salário | 4 | 40 |
| Mais de 1 até 2 salários | 2 | 20 |
| Mais de 3 até 5 salários | 1 | 10 |
| <i>Atividade econômica desenvolvida antes do EES</i> | | |
| | | |
| Trabalhador rural (empregado) | 4 | 40 |
| Trabalhador rural (proprietário) | 3 | 30 |
| Empregado no Municipal ou Estado | 3 | 30 |

Fonte: Pesquisa de campo – Essências do Cerrado 2014/15

Os artigos produzidos pelo grupo são vendidos principalmente no mercado local de Claros dos Poções e nas feiras de economia solidária. Quanto a outras fontes de renda, 20% são aposentados e nenhum recebe outros auxílios, como transferências do governo.

Com relação à organização do empreendimento e às práticas de autogestão, as decisões referentes ao empreendimento são tomadas nas reuniões que se realizam mensalmente no empreendimento. Durante a pesquisa observou-se que o empreendimento é formado por um grupo muito coeso, com seus princípios e objetivos de melhorar sua renda respeitando os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais da localidade de Claros dos Poções. A estrutura funcional básica do empreendimento Essências do Cerrado é a apresentada na figura. 3.

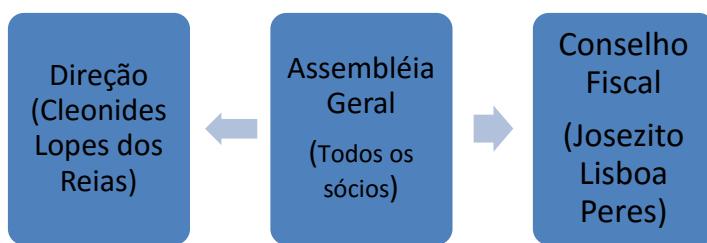


Fig. 3 – Estrutura Funcional Básica – Essências do Cerrado

Fonte: Pesquisa de campo– Essências do Cerrado 2014/15

O contato com os sócios do empreendimento Essências do Cerrado trouxe a tona uma série de sistemas complexos de ação que envolvem seus valores, necessidades e sentimentos. Apesar do bom engajamento dos sócios há conflitos internos relacionados com a organização da rotina/práticas no empreendimento. Alguns sócios demonstraram insatisfação com a distribuição e execução dos trabalhos. Há um rodizio de funções e todos os sócios participam de todo o processo produtivo (produção, comercialização, divulgação, treinamentos etc.), mas segundo relato de alguns sócios, nem todos os membros desenvolvem suas tarefas com o mesmo nível de comprometimento.

5.2 Economia Solidária e Desenvolvimento Territorial: Análise das Três Experiências Selecionadas

A proposta aqui é fazer uma análise das três experiências selecionadas conjuntamente, de modo a observar seus aspectos sociais, organizativos e econômicos, que apontam para outra forma de gerir o desenvolvimento territorial. Para tanto, elegemos quatro categorias analíticas fundamentais para a promoção da economia solidária e o desenvolvimento territorial. São elas: a autogestão, a cooperação, a solidariedade e a ação econômica. Os dados fornecidos possibilitaram compreender alguns dos motivos ou razões que levaram essas pessoas a empreenderem solidariamente em busca de geração de trabalho e renda, quais suas motivações, dificuldades e perspectivas.

5.2.1 Dimensão Social

5.2.1.1 Os Empreendimentos:

Segundo Ogando (2012), tratando da *formalização* dos empreendimentos econômicos solidários podem ocorrer basicamente três maneiras distintas de ser: *grupo informal, associação ou cooperativa*. Já o Atlas, de Economia Solidária no Brasil (2007) aponta, além das três maneiras citadas, outras possibilidades, como, por exemplo: sociedades mercantis. Na pesquisa de campo constatou-se que o empreendimento econômico solidário UBCM é uma cooperativa formalizada, o Flor do Pequi é grupo informal e o EES Essências do Cerrado, uma associação.

No Brasil, a maior parte dos empreendimentos estão organizados sob a forma de associação (52%), seguida dos grupos informais (36,5%), organizações cooperativas (10%) e outras formas de organização (1,5%) (ATLAS, 2007, p. 29). Tratando do *tempo* (longevidade) dos empreendimentos, a UBCM, Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho D'Antas e Adjacências existe desde 1995, mas a Cooperativa da Unidade de Beneficiamento de Coco Macaúba – COOPUBCM, desde o ano de 2000, ou seja, a UBCM existe há 15 anos. Já o Flor do Pequi é um empreendimento mais jovem, criado no ano de 2009, assim como o grupo Essências do Cerrado, em funcionamento desde 2009. Ambos, Flor do Pequi e Essências do Cerrado, têm seis anos de funcionamento. Seguindo a orientação de Ogando (2012), empreendimentos solidários com mais de cinco anos de funcionamento indicam maturidade e coesão social devido ao tempo de funcionamento e organização coletiva e solidária.

A formalização é um passo importante para os empreendimentos econômicos solidários por ampliar as possibilidades de produção e comercialização de seus produtos e serviços, por meio de linhas crédito às pequenas empresas, participar de políticas públicas de incentivo a economia solidária, concorrer em licitações entre outras possibilidades.

Vale lembrar, ainda, que empreendimentos econômicos solidários, em sua maioria, são iniciativas de trabalhadores que por uma situação de exclusão e pobreza, com dificuldade de ingressar no mercado de trabalho formal, baixa escolaridade, falta de recursos financeiros para iniciar um negócio por conta própria etc. buscam o empreendimento solidário, para gerar trabalho e renda exercendo coletivamente a gestão das atividades (SINGER, 2004; GAIGER, 1999, GOMES et al., 2007). Ou seja, são trabalhadores pobres, com pouca ou nenhuma capacitação, com falta de capital e que, ainda assim, conseguem manter o empreendimento em funcionamento por muitos anos, no caso de nossa pesquisa, há mais de seis anos (Flor do Pequi e Essências do Cerrado) e 15 anos a UBCM.

Sobre o *número de associados*, a UBCM conta atualmente com 20 sócios cooperados, o Flor do pequi com cinco sócias e o Essências do Cerrado com 10 associados. Para Ogando (2012), já é positivo aquele empreendimento que tiver mais de cinco pessoas. Ao analisar o número de participantes no território nacional, o Atlas de Economia Solidária (2007, p. 37) traz a informação de que estão associados mais de 1 milhão e 650 mil homens e mulheres, resultando em uma média de 77 participantes por EES. Ainda de acordo com dados do Atlas, esses empreendimentos estão distribuídos em maior concentração no Nordeste, que abriga 44% do total, 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-oeste e 17% na região Sul.

Quanto à *gênese do empreendimento* os três casos estudados (UBCM, Flor do Pequi e Essências do Cerrado) originaram de iniciativa espontânea. A UBCM originou-se da luta pela conservação do rio Riachão e melhores condições de vida dos agricultores familiares daquela localidade; o Flor do Pequi do empreendimento de mulheres que juntas buscavam inserção no mercado de trabalho e melhores condições socioeconômicas; e o Essências do Cerrado, que a partir de cursos de formação produtiva perceberam a possibilidade de combater a pobreza e a miséria rural por meio de um empreendimento econômico solidário que utilizasse os recursos ambientais da sua localidade.

A história de luta e enfretamento da pobreza na constituição desses grupos remete a hipótese defendida por Singer (2004) de que os empreendimentos de economia solidária são resultado de momentos de crises do capitalismo, que levam os trabalhadores a empreenderem coletivamente em busca de sua subsistência. Assim, é possível afirmar que as

contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de outras formas de organizações econômicas com lógica oposta à do modo de produção dominante (SINGER, 2002; 2004).

No mais, os três empreendimentos estudados são iniciativas espontâneas dos próprios trabalhadores, todos de um mesmo ciclo de convivência (comunidade rural, agricultores familiares e artesãs de uma mesma localidade) idealizando projetos de desenvolvimento, buscando a geração de trabalho e renda, considerando suas especificidades e potencialidades locais, sinalizando imbricação social e econômica, pontos determinantes para a promoção do desenvolvimento territorial.

Esses empreendimentos podem ser considerados um agrupamento simétrico, onde o comportamento esperado é o de equidade e consideração, devido às normas comportamentais presentes em grupos formados por relações de proximidade como parentesco (UBCM, Essências do Cerrado), amizade, vizinhança, cooperação (nos três grupos). (POLANYI, 2012).

5.2.1.2 Infraestrutura

Abordando a questão da *sede* de funcionamento dos empreendimentos, observou-se na pesquisa de campo que a UBCM possui galpão e sede própria, o flor do Pequi funciona em ponto comercial alugado e o Essências do Cerrado em local cedido pela prefeitura de Claros de Poções.

Quanto aos *equipamentos* disponíveis aos grupos estudados, a UBCM possui equipamentos e máquinas próprias, como descaroçadora, moedoras, entre outros. O EES Flor do Pequi também dispõe de máquinas de costuras e utensílios de loja como estantes, balcão etc. O grupo Essências do Cerrado foi agraciado com a doação de uma geladeira, fogão, vários utensílios de cozinha (panelas, liquidificador etc.) e a quantia de 5.000 cinco mil reais doados pelo projeto da Consul - Prêmio Consulado da Mulher. Nos três casos, os equipamentos, máquinas, utensílios entre outros pertencem aos grupos. O *patrimônio coletivo* do próprio empreendimento é indicador importante do seu potencial de produção e seu ativo.

O patrimônio coletivo é um fator que pode contribuir para um modo diferente de organização da produção, afinal, segundo Singer (2004), o capital da empresa solidária deve ser de todos os sócios que efetivamente nela trabalham. Já Mance (2014, p.14), diz que a propriedade coletiva e solidária dos meios de produção acaba por direcionar a atividade econômica para a realização sustentável das liberdades públicas e privadas, importantes para um modelo alternativo de desenvolvimento territorial, visto que resulta em novo sistema

econômico, chamado pelo autor de sistema econômico pós-capitalista, onde experiências como as dos empreendimentos de economia solidária contribuem para o bem-viver dos indivíduos e uma democracia no plano econômico.

Ao analisar o *acesso a crédito* e a *financiamento* verificou-se que os três empreendimentos econômicos solidários não têm nenhum financiamento. De acordo com a TAB. 7, apenas um entrevistado (3,0%) respondeu que o EES tem financiamento, os demais, 97%, disseram não ter nenhum financiamento. Ogando (2012), ressalta que o endividamento e a inadimplência são pontos negativos para o funcionamento e longevidade do empreendimento.

Tabela 7 – Financiamento dos EES

| | <i>Frequência</i> | <i>Percentual (%)</i> |
|--------------|-------------------|-----------------------|
| Sim | 1 | 3,0 |
| Não | 32 | 97,0 |
| Total | 33 | 100,00 |

Fonte: Pesquisa de campo – UBCM, Flor do Pequi e Essências do Cerrado, 2014/15.

5.2.1.3 Organização

De acordo com Ogando (2012), o *estatuto* é a lei interna do empreendimento, onde se determinam os direitos e os deveres de cada associado. O *regimento interno* refere-se às normas do trabalho diário no empreendimento, como horários e responsabilidades de cada sócio. Já as *atas* de reuniões e assembleias e demais controles (quadros de aviso, livros de ponto entre outros) são registros diários das atividades de um empreendimento econômico solidário.

Durante a pesquisa com os três EES, 36,4% dos entrevistados disseram que o empreendimento possui estatuto, regimento interno e livro de ata das reuniões. 39,4% disseram que não possuem estatuto ou regimento interno, mas todos os empreendimentos possuem atas de reuniões. Dos entrevistados que disseram não possuir, o empreendimento, estatuto ou regimento interno, 21,2%, alegaram que tais documentos estão em fase de elaboração e 3,0% dos entrevistados não souberam responder (TAB. 8). Esses documentos são importantes tanto para a organização, como para a transparência e lisura das atividades do grupo (OGANDO, 2012). Por fim, é bom lembrar que todas as decisões em empresas solidárias devem ser tomadas em assembleias, devendo adotar as diretrizes que foram

estabelecidas por todos os trabalhadores dessas empresas (SINGER, 2002; 2004; GOMES et al., 2007a).

Tabela 8 – Estatuto e Regimento Interno nos EES

| | <i>Frequência</i> | <i>Percentual</i> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Sim | 12 | 36,4 |
| Não | 13 | 39,4 |
| Em elaboração | 7 | 21,2 |
| Não soube responder | 1 | 3,0 |
| Total | 33 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa de campo – UBCM, Flor do Pequi e Essências do Cerrado, 2014/15.

A existência de *controle de caixa* e o *diagnóstico de viabilidade do empreendimento* não foram questões perguntadas no questionário, mas foram consideradas durante a pesquisa. Nos três EES há controle de caixa (livro caixa) e o diagnóstico de viabilidade. A elaboração do diagnóstico dos três empreendimentos foi acompanhada pela ITCP/Unimontes. Ogando (2012), disserta sobre a importância dessas informações, ao expor que é o livro caixa que comprova a saúde financeira do empreendimento econômico solidário e ajuda a prever e controlar gastos e o valor recebido por cada associado. O diagnóstico de viabilidade expõe as necessidades e as metas principais de cada empreendimento.

Constatou-se na pesquisa que os três empreendimentos têm dificuldade em mensurar a sua real situação econômica e financeira, no entanto, já conseguem estimar os custos e despesas correntes, mas precisam avançar em relação a cálculos, como: o valor de estoques, previsão de despesas futuras, faturamento anual etc.

5.2.1.4 Democracia participativa

Sobre as atividades realizadas coletivamente nos EES, a pesquisa qualitativa, por meio de observação participante, revelou que os grupos desenvolvem suas atividades de produção e comercialização *coletivamente e solidariamente*. Não há hierarquia ou sócio que não trabalhe no empreendimento.

Aqui todo mundo faz de tudo. O que um sabe ensina para o outro. Tem feira que eu vou, na outra feira vai outro. (E 25)

Todos somos iguais. É assim na produção e venda dos produtos do grupo. Temos direitos e obrigações também. (E 32)

Eu não posso deixar meu colega na mão. Eu sei que ele tá contando com minha ajuda... e é interesse de todos que o empreendimento prospere. (E 8)

As falas dos entrevistados (entrevistados 8, 25 e 32) trazem à tona as especificidades quando tratamos de atividades econômicas solidárias, diferentes de outras rationalidades econômicas. Chama a nossa atenção para o que Razeto (1997), denominou de fator ‘C’: cooperação, comunidade, colaboração, coordenação e coletividade. Cinco fatores que estabelecem outros tipos de fluxos e relações, não apenas econômicas. Também Polanyi (2012) disserta, sobre a possibilidade de haver outras motivações para a produção além das mercantis, e assevera que a economia é fenômeno plural e que às relações sociais não estão (apenas) enraizadas e subordinadas à economia de mercado, exemplo das atividades econômicas solidárias.

Ainda, tratando das decisões referentes ao funcionamento do EES, de acordo com os sócios, são tomadas coletivamente por meio de reuniões. Quanto à *divulgação interna dos resultados*, sejam eles financeiros ou da gestão do empreendimento, são disponibilizadas em quadros de informação ou cartazes afixados na sede do empreendimento, mensamente. Essa também é uma metodologia de incubação da ITCP/Unimontes.

De modo geral, todos os grupos demonstraram ter uma *boa convivência*, mesmo com relato de alguns conflitos. Entretanto, esses conflitos são tratados como questões corriqueiras do dia a dia do trabalho, não interferindo no bom funcionamento do empreendimento.

Tem momentos de ‘rixas’, quem não tem? É muita gente junta. Essas coisas acontecem. Quando fica mais seria a briga, sentamos todos juntos e conversamos. (E 21).

Tem desentendimento como em qualquer outro lugar. Cada um é de jeito, mas tem que ter respeito, aí tudo se resolve. (E 24).

Ainda tratando da convivência entre os membros dos empreendimentos econômicos solidários, quando inquiridos sobre a avaliação da convivência e cotidiano do grupo, 45,5% responderam que consideram ótima, 45,5%, boa, e 9,1% regular (TAB. 9).

Tabela 9 – Relações de Convivência nos EES

| <i>Atuação</i> | <i>Frequência</i> | <i>Percentual (%)</i> |
|----------------|-------------------|-----------------------|
| Ótima | 15 | 45,5 |
| Boa | 15 | 45,5 |
| Regular | 3 | 9,1 |
| Total | 33 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo – UBCM, Flor do Pequi e Essências do Cerrado, 2014/15.

Quanto aos *princípios básicos da economia solidária* (autogestão, solidariedade, cooperação, entre outros), foram verificados no trabalho diário, sendo reforçados em oficinas de formação realizadas principalmente pela ITCP/Unimontes. Também há a presença de laços de cooperação e solidariedade entre diferentes empreendimentos na troca de produtos, serviços e principalmente informações referentes a economia solidária. O que pode ser considerado como sistemas de informações locais, componente importante para iniciativas de desenvolvimento econômico local (LLORENZ, 2001).

Quando vamos às feiras ou às oficinas trocamos ideias, um ensina o outro o que sabe. (E 31).

Eu ensino o que sei - os bordados e elas me ensinam a pintar, fazer ponto cruz. A gente troca tudo. E23

De acordo com a fala dos dois entrevistados (entrevistado 23 e 31) ressaltam-se as relações de solidariedade e cooperação. Essas relações existem entre os empreendimentos, dentro dos grupos e entre sócios de diferentes empreendimentos. O Atlas da Economia Solidária no Brasil (2007, p. 51), diz que no Brasil foram identificadas mais de 9.300 ações de cooperação entre empreendimentos presentes no ato de aquisição de insumos, comercialização e trocas de seus produtos ou serviços.

Exemplos do que Bourdieu (2007), conceituou de amalgamento grupal, onde a mobilização dos indivíduos em busca de melhores condições de vida em sua localidade impacta no processo de desenvolvimento territorial.

5.2.2 Eixo Econômico

5.2.2.1 Remuneração

Ao analisar os indicadores de *renda* nos empreendimentos econômicos solidários, constatou-se que *antes de serem associados/cooperados*, 45,5% dos entrevistados disseram que duas pessoas trabalhavam na família, 42,4% que apenas uma pessoa trabalhava e 12,1% dos entrevistados disseram que quatro pessoas da família trabalhavam (TAB. 10).

Quanto à renda recebida antes do empreendimento, 54,5% recebiam menos de 1 salário mínimo, 30,3% recebiam 1 salário mínimo, 9,1% mais de 1 até 2 salários mínimos e 6,1% mais de 3 até 5 salários mínimos (TAB. 11).

Depois do empreendimento, 51,5% disseram que duas pessoas trabalhavam na família, 36,4%, disseram que apenas uma pessoa trabalhava. 6,1% que apenas três pessoas trabalhavam, 3% disseram que quatro pessoas trabalhavam e 3,0% que cinco pessoas trabalham (TAB. 10).

Quanto à renda depois do empreendimento, 51,5% disseram receber 1 salário, 33,3% mais de 1 até 2 salários, 12,1% menos de um salário e 3,0% mais de 3 até 5 salários (TAB. 11).

Tabela 10 – Membros que Trabalhavam Antes/Depois do Empreendimento

| Antes do Empreendimento | | |
|--|-------------------|-----------------------|
| <i>Membros que trabalhavam antes do EES</i> | <i>Frequência</i> | <i>Percentual (%)</i> |
| Um | 14 | 42,4 |
| Dois | 15 | 45,5 |
| Quatro | 4 | 12,1 |
| Total | 33 | 100,0 |
| Depois do Empreendimento | | |
| <i>Membros que trabalhavam depois do EES</i> | <i>Frequência</i> | <i>Percentual (%)</i> |
| Um | 12 | 36,4 |
| Dois | 17 | 51,5 |
| Três | 2 | 6,1 |
| Quatro | 1 | 3,0 |
| Cinco | 1 | 3,0 |
| Total | 33 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo – UBCM, Flor do Pequi e Essências do Cerrado, 2014/15.

Tabela 11 – Renda Antes e Depois do Empreendimento

| Antes do Empreendimento | | |
|---------------------------------|-------------------|-----------------------|
| Renda antes do EES | Frequência | Percentual (%) |
| Menos de 1 salário | 18 | 54,5 |
| 1 salário | 10 | 30,3 |
| Mais de 1 até 2 salários | 3 | 9,1 |
| Mais de 3 até 5 salários | 2 | 6,1 |
| Total | 33 | 100,0 |
| Depois do Empreendimento | | |
| Renda depois do EES | Frequência | Percentual (%) |
| Menos de 1 salário | 4 | 12,1 |
| 1 salário | 17 | 51,5 |
| Mais de 1 até 2 salários | 11 | 33,3 |
| Mais de 3 até 5 salários | 1 | 3,0 |
| Total | 33 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa de campo – UBCM, Flor do Pequi e Essências do Cerrado, 2014/15.

Em síntese, *antes do empreendimento*, 45,5% dos entrevistados trabalhavam duas pessoas e a renda era de menos de um salário mínimo (54,5%). *Depois do empreendimento*, 51,5% disseram que trabalhavam duas pessoas e 51,5% recebiam 1 salário. As TAB. 10 e 11 mostram a renda, antes e depois do empreendimento, em salários mínimos. Trata-se de uma estimativa média, que sinaliza melhoria, porém ainda em patamar baixo.

Quando perguntados sobre *outra fonte de renda*, 66,6% dos sócios pesquisados disseram ter outra fonte de renda além do EES (TAB. 12). Entretanto, isso não significa que são apenas grupos de convivência que se reúnem sem um objetivo econômico. O fato é que a maioria dos entrevistados (com exceção do Flor do pequi) são produtores familiares que tem na pequena propriedade rural sua principal fonte de subsistência.

Tabela 12 – Outra Atividade Produtiva Além do Empreendimento

| | Frequência | Percentual (%) |
|-------|-------------------|-----------------------|
| Sim | 22 | 66,6 |
| Não | 11 | 33,4 |
| Total | 33 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa de campo – UBCM, Flor do Pequi e Essências do Cerrado, 2014/15.

Tratando da renda proveniente do EES, a maioria (60,6%) respondeu que a renda recebida pelos produtos comercializados é suficiente apenas para complementar o sustento básico da família, 24,2% responderam ser suficiente para o sustento básico da família e manutenção do EES e 15,2% não ser suficiente nem para complementar o sustento básico da família e nem para a manutenção do EES (TAB. 13).

Tabela 13 – Destino da Renda Recebida nos Empreendimentos

| | <i>Frequência</i> | <i>Percentual (%)</i> |
|--|-------------------|-----------------------|
| Sustento básico da família | 20 | 60,6 |
| Sustento básico da família e manutenção do EES | 08 | 24,2 |
| Não é suficiente para sustento básico da família e manutenção do EES | 05 | 15,2 |
| Total | 33 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo – UBCM, Flor do Pequi e Essências do Cerrado, 2014/15.

Sobre a criação do EES, o Altas da Economia Solidária no Brasil (2007, p. 34), aponta três principais motivos: alternativa ao desemprego (46%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (36%). Regionalmente, há variações quanto ao principal motivo. Alternativa ao desemprego se destaca em todas as regiões, sendo o principal motivo nas regiões sudeste e Nordeste (55% e 46%, respectivamente). Nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, a motivação mais citada é a fonte complementar de renda (45%, 44% e 52%, respectivamente).

Vale destacar que os três empreendimentos econômicos solidários *conseguem remunerar a todos* os sócios e esta *distribuição é de mesmo valor para todos os associados*. Com vistas a *benefícios sociais*, tais como férias remuneradas, 13º salário, entre outros não se verificou durante a pesquisa. Por se tratar de empreendimentos coletivos cuja maioria (60,6%) a renda é suficiente apenas para complementar a subsistências dos trabalhadores, ainda não é possível estabelecer uma obrigação de pagamentos de benefícios como, por exemplo, o 13º salário.

A renda proveniente do trabalho nos EES é suficiente para remunerar o trabalho dos sócios, respeitando a produtividade do empreendimento, o que varia durante todo o ano, mas já é suficiente para manter as despesas de funcionamento dos empreendimentos solidários, visto que todos já estão em funcionamento há mais de seis anos. Realidade semelhante à apresentada pelo Atlas da Economia Solidária no Brasil (2007, p. 45), que dos 14.954 pesquisados, um percentual de 34% dos EES afirmaram que, embora não obtendo sobras, conseguiram pagar as despesas realizadas no empreendimento.

O fato é que, apesar da baixa renda, esses empreendimentos são uma estratégia de geração de trabalho e renda de maneira importante para essas pessoas que, em um momento de crise socioeconômica, e no caso da UBCM, também ambiental, se aproximaram para

empreender solidariamente. São iniciativas espontâneas e com participação ativa dos indivíduos no processo de desenvolvimento com foco no local.

Outro dado interessante é que apesar da baixa remuneração dos sócios, eles permanecem no empreendimento e se dizem satisfeitos com a convivência do grupo e com a rotina no EES. Nas entrevistas, 45,5% dos sócios disseram ser ótima e 45,5%, ser boa (Tab. 9), sinalizando que talvez as relações de cooperação e solidariedade existentes entre os membros de cada empreendimento econômico solidário, que são as relações internas ao grupo, e também as externas, entre diferentes EES, desloque a ênfase do componente utilitário para outras motivações além do econômico.

De acordo com a literatura, nem toda motivação para a produção está subordinada ao lucro monetário (POLANYI; 2012; SINGER, 2004), o que parece ser o caso aqui estudado.

5.2.2.2 Comercialização

Com relação aos produtos e serviços provenientes dos empreendimentos, de modo geral, destinam-se ao mercado local/comunitário e regional. Entretanto, o óleo de macaúba produzido pela UBCM também é destinado ao mercado nacional.

Os empreendimentos tem sua produção *diversificada*. A UBCM produz e comercializa torta de macaúba, sabão em barra e em pó, óleo da polpa de macaúba, endocarpo, sementes e mudas de macaúba. O grupo Flor do Pequi vende pinturas, bordados, roupas de algodão cru, cerâmicas, roupas de malhas, bordados, caminhos de mesa, entre outros produtos. Já o empreendimento Essências do Cerrado comercializa xaropes, tinturas, argila, granola e farinha enriquecida.

A maior parte da *comercialização* se dá na sede dos empreendimentos ou em feiras locais e regionais e em outros espaços de exposição da economia solidária, lembrando que o grupo Flor do Pequi dispõe de ponto comercial na cidade de Montes Claros. De acordo com o Atlas da Economia Solidária (2007, p. 45), dos empreendimentos mapeados, 54% afirmaram vender ou trocar seus produtos e serviços no comércio local ou comunitário, 26% em mercados/comércios municipais, 3% ao território nacional e 1% com outros países.

As feiras de economia solidária são um importante espaço para a realização das vendas dos produtos e também um momento de socialização e interação entre os sócios de diferentes empreendimentos.

É um momento de encontrar com os companheiros, de conversarmos. É na feira que sabemos o que os outros estão produzindo, como anda o empreendimento, as vendas e claro a vida. (E 30).

Gomes et al (2007b), relata que a comercialização via feiras foi a primeira forma efetiva de comércio dos EES e destaca a importância desse espaço para aqueles que não têm escala suficiente para vender em grandes centros comerciais.

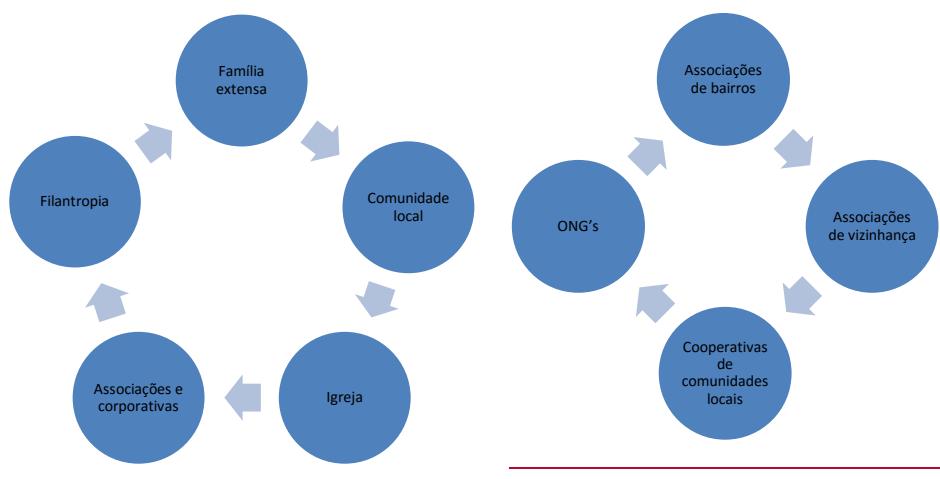
Quanto a estratégias de inserção dos produtos no mercado, durante a pesquisa não se verificou nenhuma iniciativa do próprio empreendimento em *divulgar ou fazer propagandas* no sentido de divulgar e aumentar suas vendas.

Quanto à preocupação com a *qualidade de vida e o meio ambiente*, verificou-se que todos os sócios demostram preocupação com as questões ambientais e a produção sustentável. A UBCM tem sua história de formação ligada ao movimento de preservação do rio Riachão e à conservação da palmeira de macaúba. O grupo Essência do Cerrado usa as plantas e raízes da sua região para produção de remédios fitoterápicos, reafirmando em vários momentos da pesquisa a importância da conservação e manejo adequado das plantas e raízes utilizadas na produção dos medicamentos naturais, de modo a manter a resiliência desses recursos. O empreendimento Flor do Pequi expressa sua preocupação com meio ambiente em suas peças artesanais, como por exemplo, os bordados e pinturas do modo de vida do sertanejo e sua relação com o semiárido. O uso adequado dos recursos naturais é componente importante em um modelo de desenvolvimento mais equilibrado territorialmente, que priorize a qualidade de vida da população local (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

5.3 As Redes Como Facilitadoras do Desenvolvimento Territorial

A noção de redes de solidariedade é entendida por Ogando (2012), como aquelas ligadas ao mesmo fórum, as mesmas feiras, que possuem uma mesma forma de distribuição do produto, que fazem parte de uma mesma cadeia produtiva ou até mesmo que estão ligados por terem a mesma entidade de apoio, e por isso, participam de programas de capacitação em conjunto. Nesse sentido, o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2007, p.18), identificou entidades de apoio que atuam principalmente no fomento e fortalecimento de *cadeias produtivas*, por meio de trocas solidárias e participação em fóruns e feiras de economia solidária com ações como: *capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento*.

Já Draibe (1989), aponta duas maneiras de conceber redes de solidariedade, a tradicional e a moderna. A tradicional é composta por relações primárias com a família extensa, a comunidade local, a igreja e a filantropia e as associações corporativas, entre outras. Na forma moderna, encontram-se organizações contemporâneas de associativismo e cooperativismo, envolvendo associações de bairros, de vizinhança, de comunidades e as ONG's, conforme as Figuras. 04 e 05:



**Fig. 4 - Redes de Solidariedade Tradicional
Fig. 5 - Redes de Solidariedade Modernas**

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/15.

De acordo as noções de redes de cooperação e solidariedade expostas, e considerando os princípios fundantes da economia solidária, cooperação, autogestão e solidariedade, o ponto que nos interessa na discussão sobre a economia solidária e sua possível contribuição ao desenvolvimento territorial são as redes horizontais, ou seja, a interação entre empreendimentos econômicos solidários e instituições que são mais um elemento na economia local. Nesse sentido foi possível verificar diferentes relações sociais com diferentes entidades.

Há aquelas de abrangência local que se formam entre diferentes empreendimentos econômicos solidários, entre os sócios do mesmo empreendimento, entre sócios de EES diferentes, entre os empreendimentos solidários e os moradores da localidade, e com outras instituições, como Associações de Produtores Rurais, Incubadoras de Economia Solidária,

Fóruns de Economia Solidária, entre outras, conforme as figuras 6, 7 e 8. Buscando compreender e descrever como ocorre a interação dos empreendimentos (UBCM, Flor do Pequi e o Essências do Cerrado) com essas entidades, quais as conexões e inter-relações que fazem uma rede, o que as move, o sentido e as ações dos atores, o envolvimento e engajamentos dos atores, de que maneira está ligado, o que circula nessa rede, entre outros. E em que medida a intervenção local dessas instituições impacta no desenvolvimento territorial no Sertão Norte Mineiro.

Detive-me a observar a importância das interações que os EES mantêm e que foram conquistadas ao longo do tempo. Pela reconstituição de tais relações foi possível ponderar sobre o papel dos diferentes atores.

Apresento aqui algumas associações de redes:

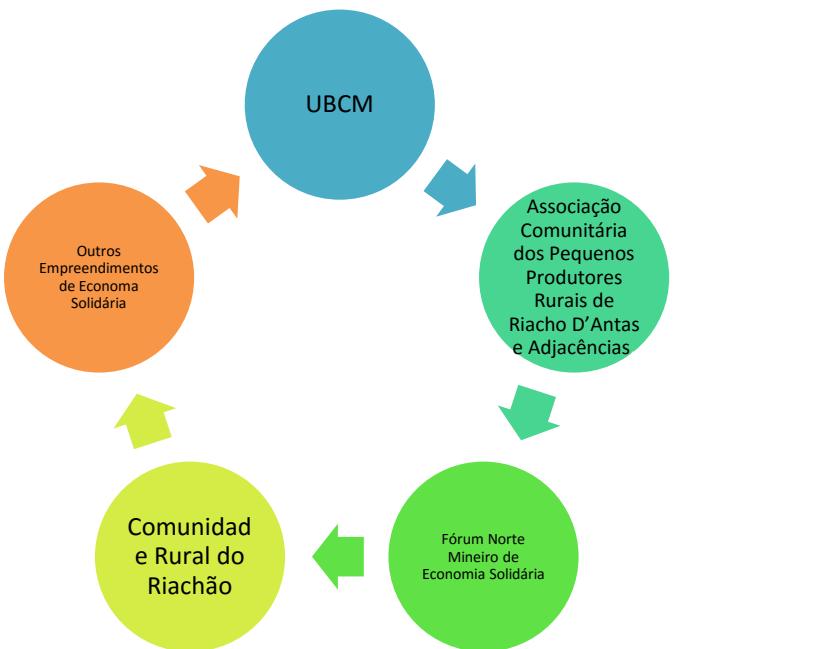


FIG. 6 – Redes Locais do Empreendimento UBCM

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/15.

As redes locais são tecidas por atores diferentes, caminhos distintos e articulados de diferentes maneiras. As relações firmadas entre a UBCM e a Comunidade Rural do Riachão, a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho D'Antas e Adjacências e o Fórum Norte Mineiro são “elos de confiança, cooperação e solidariedade” estabelecidos em prol do bem coletivo, que extrapolam a ação econômica do empreendimento avançando em direção a consciência de classe trabalhadora rural e de

preocupação permanente com a sustentabilidade ambiental na comunidade do Riachão (FIG. 6).

Com relação à Comunidade Rural do Riachão, a rede estabelecida é a de cooperação por meio de intercâmbio de experiências e do saber local. São exemplos a preocupação com o uso adequado da água e do solo do Riachão, o extrativismo de frutos silvestres para complementar a renda das famílias, as técnicas de cultivo adequadas ao sertão entre outros saberes, utilizadas enquanto estratégia para melhorar as condições de vida no local utilizando os recursos naturais disponíveis na localidade, principalmente a macaúba.

Também há redes de cooperação solidária referentes à prestação de serviços e comercialização instituídas entre o empreendimento UBCM e a Comunidade Rural do Riachão. Segundo dados da pesquisa, aproximadamente 240 famílias são beneficiadas indiretamente na coleta do fruto de macaúba. Esses frutos são coletados, selecionados e entregues a Cooperativa, que posteriormente os transforma nos produtos comercializados: sabão em barra e em pó, óleo da polpa, endocarpo, sementes e mudas de macaúba.

O sabão em barra e o em pó são vendidos, e às vezes, trocados por outros produtos, na Comunidade Rural do Riachão e no comércio do município de Mirabela. Nesse sentido, observam-se redes de cooperação com fluxos mercantis, mas também redes de cooperação com trocas solidárias.

O Fórum Norte Mineiro de Economia Solidária busca desenvolver estratégias de acesso à informação e fortalecimento das práticas de economia solidária, na região Norte de Minas Gerais, por meio de parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais e nacionais.

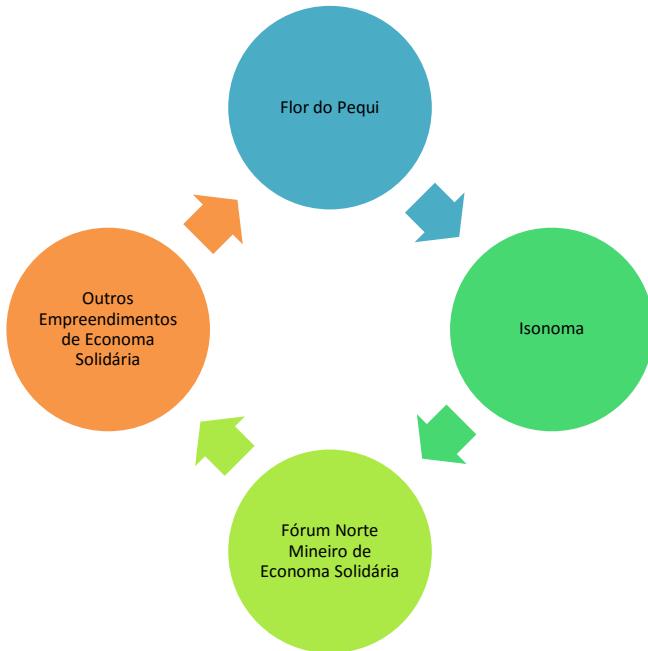


FIG. 7 – Redes Locais no Empreendimento Flor do Pequi

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/15.

As redes estabelecidas entre o grupo Flor do Pequi com a incubadora Isonoma e o Fórum Norte Mineiro de Economia Solidária são iniciativas que contribuem para o fortalecimento dos princípios da autogestão (FIG. 7).

A Isonoma opera principalmente com os problemas ligados à produção e comercialização de artesanato, para que sejam conhecidas as dificuldades e as soluções compartilhadas por todos os grupos acompanhados. O projeto é desenvolvido em 17 municípios do Norte de Minas, atendendo 28 empreendimentos, entre eles, o Flor do Pequi.

Na cidade de Montes Claros, se desenvolve estratégias de geração de trabalho e renda para artesãos locais, com ênfase na constituição de estruturas e espaços de comercialização de artesanato. A ideia central é assessorar a organização dos canais para a comercialização dos produtos em nível regional, estadual e nacional. No entanto, é um projeto em fase inicial, foi criado em março de 2013, por isso ainda não está totalmente implantado. Segundo entrevista com representante da Isonoma, estão na fase de captação e formação dos grupos, por meio de seminários e oficinas sobre práticas de comercialização, qualidade, princípios de cooperação e solidariedade etc.

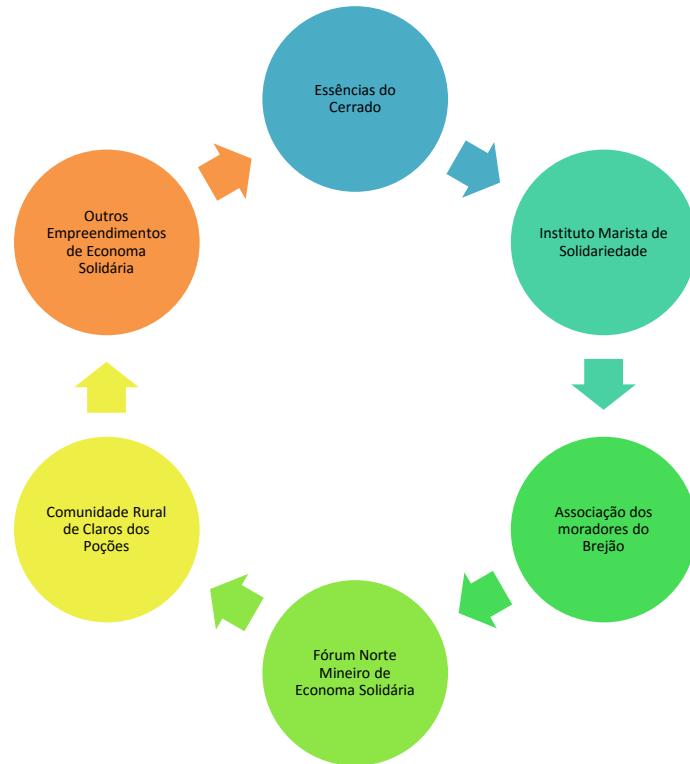


FIG. 8 – Redes Locais no Empreendimento Essências do Cerrado

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/15.

Os sócios do EES Essências do Cerrado têm relações muito próximas com a Comunidade Rural de Claros dos Poções, a Associação dos Moradores do Brejão, Fórum Norte Mineiro de Economia Solidária e o Instituto Marista de Solidariedade (FIG. 8). Foi possível constatar na pesquisa que essas organizações atuam no apoio ao empreendimento e mantém relações de cooperação e solidariedade, com o apoio técnico voltado para a realidade do local (comunidade rural de Claros dos Poções), disseminando a cultura de cooperação sistêmica.

O Instituto Marista de Solidariedade tem como objetivo realizar ações socioeducativas promovendo a inclusão social e a solidariedade, por meio de apoio a projetos sócios voltados à política de proteção ao direito da criança e do adolescente, e ações de apoio à economia popular solidária. Na economia popular solidária, o instituto atua com oficinas de formação sobre o conceito e os princípios da economia popular solidária, cursos de inserção produtiva, com ênfase na cooperação e solidariedade e incentivo às feiras de economia solidária.

Para finalizar, merece destaque às redes e parcerias estabelecidas dos empreendimentos estudados com outros empreendimentos econômicos solidários. Durante a

pesquisa observou-se que os empreendimentos mantêm parcerias (troca de produto, conhecimento, troca simbólica ou cultural, acesso ao mercado) com outros empreendimentos.

Às vezes na feira eles trazem algum produto que eu gosto, mas to sem o dinheiro. A gente troca. (E 22).

Quando tem feira em outra cidade ou Estado juntamos tudo e alguém leva. Não dá pra todo mundo ir, não tem recurso. A gente se ajuda. E quem leva tem a responsabilidade de cuidar de tudo. [...] Não tem problema. (E 30).

Tem os cursos de socialização e as reuniões com a ITCP. É um grupo maior. Cada um representa o seu grupo, mas nesses momentos somos um grupo só. (E 5).

As parcerias estabelecidas entre os empreendimentos econômicos solidários são redes de coesão social, o que possibilitam ir além de ações pontuais no enfrentamento à pobreza e exclusão social local, construindo estratégias integradas de ação em busca de uma proposta alternativa ao desenvolvimento, onde são considerados valores como cooperação e solidariedade, avançando em direção a propostas mais abrangentes em todo o território.

Tão importante quanto às redes de cooperação solidária são as entidades de apoio. Elas desenvolvem ações de apoio em diferentes modalidades (capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica, entre outras), podendo ser apoio de outras esferas como apoio de outros setores organizados da sociedade civil (ONGs, OCIPs) e do governo, no caso prefeituras, projetos e políticas públicas para a economia solidária (OGANDO, 2012). Uma entidade merece destaque no incentivo à economia solidária no Norte de Minas, a Incubadora de Economia Solidária. As Incubadoras foram idealizadas como uma estratégia de ‘utilizar’ os recursos humanos e conhecimento da Universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias (GOMES et al, 2007).

A ITCP/Unimontes atua na incubação, fomento, assessoramento técnico e apoio a empreendimentos econômicos solidários no Norte de Minas Gerais, no âmbito da extensão da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, desde 2007. Atualmente acompanham cinco empreendimentos econômicos solidários, dos quais três deles, pesquisados nessa tese. Desde o início do projeto já acompanhou 14 EES na Região. Alguns deles já concluíram o processo de incubação. Iniciou os trabalhos com sete grupos (urbanos e rurais) que se propunham a organizar-se em forma de empreendimento econômico solidário. Essas demandas chegavam à ITCP/Unimontes por meio de organizações como Associações de Moradores, Associações de Pequenos Produtores Rurais, Instituições Filantrópicas e Programas governamentais de inclusão Social e Mediação de conflito.

De modo geral, a Incubadora seleciona as demandas, inicia um processo de formação e capacitação sobre economia solidária, autogestão, cooperativismo e associativismo. Em um segundo momento, acompanha as atividades fins do empreendimento, por meio de elaboração de projeto econômico financeiro, elaboração de estatuto e regimento, legalização do empreendimento etc. e, por fim, a inserção do empreendimento no mercado.

Com a Incubadora surgiram novas articulações regionais, estadual e municipal; nos Fóruns, Plenárias e Conferência de Economia Popular Solidária. Em 2008, a ITCP participou do Edital do PRONINC – Modalidade A (novas incubadoras), sendo contemplada. Os empreendimentos incubados eram Cozinha Bem Servir, Padaria Semear, Flor do Pequi, Mulheres do Cerrado, UBCM, Essências do Cerrado, Cozinha Comunitária do Riachão, Associação dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável de Ponto Chic e Cooperativa Agroextrativista de Panelinhas (ITCP/UNIMONTES, 2013).

Observam-se dois tipos de cadeias de relações de apoio e parcerias nos casos estudados: relação de parceria dos empreendimentos com outras entidades; e conexões internas, entre os sócios dos próprios empreendimentos, uns com os outros. Essas relações são mantidas pela cooperação, solidariedade e confiança emergente dos sistemas sociais cooperativos que são gerados e reproduzidos pelas práticas de economia solidária em cada um dos empreendimentos, e destes com a comunidade local.

5.3.1 Redes Mais Abrangentes

As redes locais vão se desdobrando em redes mais abrangentes. No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, entre outras²⁴. Desde o GT brasileiro da economia solidária, no ano de 2001, e a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES, sob a direção do professor Paul Singer, que há iniciativas de mediar e articular as bases da economia Solidária no País. Isso não foi diferente no Sertão Norte Mineiro.

Entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg, o Centro de Agricultura Alternativa - CAA, a Cooperativa Grande Sertão, a Cáritas, o Instituto Marista e os Sindicatos dos trabalhadores rurais da região têm papel importante na articulação inicial do movimento economia solidária na região, desde a

²⁴ Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: setembro. 2014.

década de 1990 e podemos considerar nós na rede solidária até a atualidade. Por volta do ano de 2004 temos a atuação das incubadoras articulando ações no campo da economia solidária nos níveis de ensino, pesquisa e extensão – caso da ITCP/Unimontes.

A Fetaemg atua principalmente por meio de parcerias, realizando cursos de capacitação com o objetivo de qualificar a mão de obra dos trabalhadores rurais objetivando a ampliação da renda da família, além de preparar esses trabalhadores a para participarem e intervirem no Movimento Sindical Rural, nas políticas públicas locais, regionais e nacionais.

A economia solidária emerge, para a Fetaemg, principalmente para a inclusão de trabalhadoras rurais, como uma nova proposta de organização da produção e comercialização, em busca de uma estratégia de desenvolvimento local sustentável. Essa forma de organização coletiva passou a ser discutida após a participação dos membros nas feiras de economia solidária que aconteciam em Belo Horizonte e nos Fóruns Estaduais, na década de 1990. Esse processo levou a organização de várias oficinas de discussão e formação sobre a economia solidária no Norte de Minas Gerais e posteriormente a apoio aos trabalhadores rurais organizados em cooperativas.

O Centro de Agricultura Alternativa é uma organização de agricultores e agricultoras familiares do Norte de Minas Gerais que atua na Região desde 1989. Sua composição é feita, em maioria, por representantes de povos e comunidades tradicionais (geraizeiros, catingueiros, quilombolas, indígenas, veredeiros e vazanteiros). O CAA incentiva e auxilia a organização política dos agricultores familiares do Norte de Minas Gerais, mobilizando e capacitando recursos na busca pela dinamização dos processos produtivos da agricultura familiar, respeito os princípios do desenvolvimento sustentável, ou seja, tendo como foco a valorização da (agro)biodiversidade e a convivência com os ecossistemas regionais. Suas principais ações são (CAA, 2015):

- Afirmção e valorização do saber camponês;
- Recuperação, conservação e aproveitamento dos recursos naturais;
- Concepção universalizante do saber técnico;
- Inserção da Agricultura Alternativa na dinâmica de organização da produção campesina;
- Caráter político da ação CAA/NM.

A Cooperativa Grande Sertão foi fundada em 2003, a partir do trabalho do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas com o objetivo de valorizar as culturas tradicionais e os ecossistemas naturais, por meio do beneficiamento e comercialização de frutos do Cerrado e produtos da agricultura familiar. São 53 cooperados em 2015 e envolve

indiretamente cerca de duas mil famílias de 350 comunidades rurais do Norte de Minas Gerais. Levando em consideração a realidade das populações do semiárido mineiro e suas experiências a Cooperativa atua juntamente com outras entidades, contribuindo para a construção de propostas para o desenvolvimento regional.

Outra instituição que atua no Norte de Minas é a Cáritas Brasileira. Essa instituição iniciou suas atividades em 12 de novembro de 1956, é uma das 164 organizações-membro da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. No Brasil é uma rede solidária, organizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e com mais de 15 mil agentes, a maioria voluntários. Atua em 450 municípios, organizada em uma rede com 178 entidades-membro, em 12 regionais, sendo: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe) – e uma sede nacional.

A Cáritas atua principalmente no fomento às iniciativas de economia solidária, segurança alimentar e nutricional, fundos solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores de materiais recicláveis, pequenos agricultores, assentados de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais.

No quadro 1 sintetizamos as diferentes redes de cooperação e as diferentes configurações possíveis com uma proposta de análise no processo de desenvolvimento territorial:

Quadro 1 – Tipos de Redes

| <i>Entidades/Instituições</i> | <i>Tipo de relações e parcerias</i> | <i>Análise da rede</i> |
|-------------------------------|---|--|
| Comunidade Local | Cooperação, solidariedade e intercâmbio de experiências e do saber local (<i>locus de confiança</i>). | <ul style="list-style-type: none"> - Limitada pelo tamanho da comunidade local/EES; - Boa para mobilização social em prol de um projeto de desenvolvimento local e territorial; - Boa, desde que se mantenha a coesão social. |
| Comércio local e comunitário. | Trocas mercantis e não mercantis circunscritas em | <ul style="list-style-type: none"> - Boa se houver geração de trabalho e renda para |

| | | |
|---------------------------------|--|--|
| | uma localidade. | população local; - Limitada pela dimensão do mercado; - Ruim se for mantida apenas por interesses econômicos; |
| Poder Público Local | Orientadas pelo interesse público. | - Boa se houver relações horizontais; - Boa se partilhar o objetivo de um desenvolvimento mais equilibrado territorialmente; |
| ONG's e Terceiro Setor | Estratégias de desenvolvimento local com contribuição de diferentes membros. | - Boa se tiver os mesmos objetivos da rede; |
| Associações, Cooperativas e EES | Laços de cooperação e solidariedade. | Boa, se manter a coesão social e os princípios da cooperação e solidariedade; Boa se tecnologias sociais apropriadas às especificidades locais. |

Fonte: Pesquisa de campo, 2014/15.

As relações de cooperação e solidariedade estabelecidas entre as diferentes entidades aqui apresentadas constituem uma espécie de conexão entre aqueles que se reúnem por um motivo em comum, seja, social, econômico e intercâmbio de experiências e saberes formativos com vistas à constituição de um circuito próprio de desenvolvimento territorial.

Os empreendimentos econômicos solidários compartilham entre si e com a comunidade local, princípios e saberes, tecnologias sociais e um modo próprio de produzir e comercializar seus produtos sem perder sua autonomia. Durante vários momentos da pesquisa constataram-se essas relações de cooperação e solidariedade, por meio intercâmbio de informações em oficinas de formação e cursos de aperfeiçoamento feitos em conjunto com outros empreendimentos da Região e a ITCP/Unimontes. Na troca de produtos e saberes nas feiras de economia solidária e nos momentos de socialização dos empreendimentos.

As relações entre os sócios dos empreendimentos, entre eles, com outros EES, e com a comunidade local só serão vínculos fortes e com potencial endógeno de mudança socioeconômica se suas ações conjuntas estiverem amparadas por um sentimento de pertencimento à comunidade. Essa parece ser a realidade desses sócios, que se uniram em prol de um objetivo comum, empreender coletivamente e com os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade.

O êxito em ações que objetivam a promoção do desenvolvimento econômico local está relacionado com o sistema produtivo local. Esse circuito produtivo deve ser delineado observando-se as particularidades ambientais da localidade, o acervo cultural de seu povo, o sentimento de pertencimento ao local, e o uso adequado de tecnologias apropriadas às especificidades locais (LLORENZ, 2001). No caso da economia solidária é preciso considerar ainda valores e regras de cooperação e solidariedade, desta forma o princípio puramente econômico regulador da relação entre os agentes perde sentido e se estabelecem alternativas de como conceber o desenvolvimento territorial (SINGER, 2004; POLANYI, 2012).

Para tanto, é necessário a institucionalização de novos padrões de relação com os poderes públicos. Novas formas de articulação e cooperação no que diz respeito a promoção de ações econômicas e sociais direcionadas a geração de trabalho e renda, reorganização das bases empresariais, implantação de infraestruturas básicas, capacitação de recursos humanos entre outros (LLORENZ, 2001). Em nossa pesquisa, constatou-se que essas relações estão limitadas a ações pontuais das prefeituras, e em alguns casos do Fórum de Economia Solidária. No caso da prefeitura de Mirabela e da de Claros dos Poções, com ações de apoio a eventos de formação e divulgação da economia solidária. Quanto ao Fórum, as ações são no sentido de articular as lideranças locais e discutir as premissas para um modelo de desenvolvimento mais justo e igualitário.

Tratando de outras articulações com terceiro setor, associações e cooperativas, são iniciativas de natureza principalmente socioculturais, sócio-políticas e socioambientais. Elementos que são importantes ao se estruturar o enfoque do desenvolvimento local de modo mais amplo, considerando os princípios da economia solidária.

Por fim, temos a rede de cooperação e solidariedade estabelecida entre os empreendimentos econômicos solidários e o comércio local, por meio de trocas monetárias e bens equivalentes. São relações importantes por contribuir no processo de geração de trabalho e renda na localidade, mas é necessário estabelecer outras redes como a de finanças solidárias, consumo solidário, sistemas produtivos locais, entre outras.

Considerações Parciais

O objetivo deste capítulo foi analisar se empreendimentos econômicos solidários, no Sertão Norte Mineiro, contribuem para o desenvolvimento territorial, considerando valores como autogestão, cooperação, solidariedade e ação econômica, com vista à inclusão econômica e social de populações excluídas do modelo de capitalismo vigente.

Em um primeiro momento traçou-se um perfil dos empreendimentos econômicos solidários, considerando a sua história de formação e as características socioeconômicas. Constatou-se que são organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão e que realizam atividades de produção e comercialização adotando os princípios da cooperação e solidariedade.

Os três empreendimentos são grupos que se organizaram de maneira espontânea e autônoma, por pessoas próximas, de uma mesma comunidade local, em busca de melhores condições de vida em sua localidade. Estão motivadas por um desejo do agir coletivo, em novo ideal de negócio. Reúnem esforços e capacidades em um empreendimento econômico solidário, onde compartilham o trabalho, as responsabilidades, o conhecimento, as dificuldades e os resultados da produção e comercialização.

Os empreendimentos no aspecto econômico ainda não são capazes de gerar sobras e poupança futura e assim possibilitar melhores condições de conforto, saúde e lazer. Contudo, no aspecto social, vários são os exemplos e fatores que os reforçam, o que destaca a teoria, ou seja, há uma construção de relações de cooperação, solidariedade e confiança nesses grupos, e esses elementos podem contribuir para uma maneira diferente de conceber o desenvolvimento territorial.

A pesquisa empírica mostrou que, na totalidade, os grupos são constituídos por 17 homens e 16 mulheres, a maioria com idade entre 40 e 60 anos e uma baixa escolaridade, com até oito anos de estudo, tendo no empreendimento econômico solidário uma alternativa de complemento da renda da família.

A idade dos sócios associada à baixa escolaridade pode representar uma dificuldade de ingresso no mercado de trabalho formal e assim os empreendimentos solidários se inserem no processo de geração de trabalho e renda de maneira importante para essas pessoas que em momentos de dificuldade econômica se aproximam para empreender coletivamente.

Com relação à renda recebida pelos produtos comercializados, concluiu-se que é suficiente apenas para complementar o sustento básico da família, não sendo suficiente em

todos os grupos para o sustento básico da família e a manutenção do EES, ou para gerar sobras e poupança futura.

No entanto, os empreendimentos não têm dívidas, o que é um ótimo indicador de longevidade e sustentabilidade no futuro, visto que esses EES existem há mais de seis anos. Ademais, com exceção do grupo Flor do Pequi, os outros dois empreendimentos não estão na informalidade, e apesar da baixa capacitação dos sócios e da falta de capital, contam com um local para funcionamento e são donos dos meios de produção.

Com relação à organização e finalidade da atividade produtiva, essas experiências têm um caráter que extrapola a busca pelo resultado econômico. Como elucidado por Polanyi (2012), o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações e não apenas a econômica. De fato, os empreendimentos econômicos solidários são espaços de produção, mas também de sociabilidade, fortalecendo laços de amizades, cooperação e solidariedade, e nesse sentido, as mudanças de vida dos cooperados/associados não se restringem apenas ao cálculo econômico, mas também ao ‘empoderamento’ individual e coletivo de segmentos sociais excluídos do modelo de capitalismo vigente.

O ‘empoderamento’ é consoante com a teoria de Bourdieu (2007), sobre o poder simbólico de poder *construir* e *transformar* a visão do mundo em que se habita, graças ao efeito específico de mobilização social, da cooperação e da solidariedade. Ademais, a existência de laços econômicos, sociais e afetivos, fortalecem a identidade e a sensação de pertença a dado território, fator importante na promoção do desenvolvimento territorial.

Quanto às instituições de apoio e parceria constatou-se que os grupos apresentam alguns comportamentos sociais relacionados à organização social, como redes de cooperação solidária, vínculos sociais horizontais, confiança mútua e cooperação. Tais elementos constituem um conjunto de recursos que colaboram nas práticas de promoção do desenvolvimento territorial.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou a conexão entre empreendimentos econômicos solidários e o desenvolvimento territorial a partir do estudo de caso de três experiências de organização econômica solidária no Sertão Norte Mineiro.

Foi discutida a possibilidade desses empreendimentos solidários representarem um instrumento de promoção do desenvolvimento territorial, com vistas à inclusão econômica e social de populações excluídas do modelo de capitalismo vigente, verificando a partir de elementos e relações de autogestão, cooperação e solidariedade, e de que maneira essas estratégias de trabalho e renda são importantes para indivíduos excluídos do sistema capitalista vigente.

Este trabalho buscou descortinar a relação entre práticas de economia solidária e desenvolvimento territorial por intermédio da avaliação de que modo a existência (ou inexistência) de atividades econômicas solidárias tem sido elemento facilitador (ou dificultador) do desenvolvimento territorial no Sertão Norte Mineiro, buscando compreender alguns dos motivos ou razões que levaram essas pessoas a empreenderem solidariamente em busca de geração de trabalho e renda. Quais suas motivações, dificuldades e perspectivas. O objeto de estudo foram três empreendimentos econômicos solidários que se constituíram a partir de organização coletiva e autogerida pela busca de melhores condições de vida em sua comunidade local, num contexto de dificuldades socioeconômicas e ambiental.

Essas dificuldades derivam em parte do modelo de desenvolvimento regional ocorrido no Sertão Norte Mineiro na década de 1960 e início dos anos de 1970, com projetos de desenvolvimento impostos de “cima para baixo”, que devido à falta de conexão com as características regionais e o modo de vida do Sertanejo, contribuíram para agravar as desigualdades socioeconômicas existentes na Região.

Esse processo acabou contribuindo com a concentração fundiária na Região, produziu a desestruturação da pequena produção e impulsionou o movimento de fluxo migratório para outras áreas ou cidades. As indústrias instaladas no Norte de Minas Gerais, nesse período, em muitos casos, não utilizavam a mão de obra sertaneja por sua ‘incapacidade’ operacional para lidar com a tecnologia implantada no processo fabril, também contribuindo para o êxodo rural, obrigando o sertanejo a migrar para outras Regiões ou buscar diferentes alternativas de sobrevivência.

As relações estabelecidas, e ainda guardadas no imaginário popular, nos descendentes dos agregados, vaqueiros e agricultores familiares com os donos das fazendas de

gado determinaram o traço sociocultural de dependência, autonomia e reciprocidade, e trazem de volta à vida cotidiana a ‘camaradagem’, a solidariedade, a proximidade e a memória do agir coletivo.

Muitas dessas pessoas ao buscarem outros modos de garantir sua sobrevivência se aproximam de iniciativas como a economia solidária, cuja lógica de produção, comercialização e distribuição vão além dos princípios mercantis, das trocas monetárias, da busca do lucro pelo lucro, do indivíduo agindo sozinho e por interesse próprio etc. Encontra nos empreendimentos econômicos solidários uma forma alternativa de geração de trabalho e renda, por meio da produção e comercialização de bens e serviços fundamentados por princípios de cooperação, solidariedade e autogestão.

A produção e comercialização via cooperação e solidariedade vai ao encontro da matriz analítica proposta por Karl Polanyi (2012), sobre a pluralidade das motivações humanas e das relações econômicas, mesmo em uma sociedade capitalista. Segundo o pensamento de Polanyi (2012), o indivíduo não é movido apenas pelo egoísmo e auto interesse, assim como a riqueza não é distribuída apenas via mercado (intercâmbio), mas também pelo Estado (redistributivista) e via solidariedade (reciprocidade).

O intercâmbio de mercado, embora fundamental nas sociedades capitalistas, não elimina outras modalidades de trocas materiais e imateriais. O próprio termo econômico, para Polanyi (2012), recebe distinção, havendo dois significados, com raízes distintas e independentes uma da outra, o formal e o substantivo. O primeiro significado, o formal, provém do caráter lógico da relação meios-fins, como em economizar ou conseguir algo a baixo preço; desse significado provém a definição de econômico pela escassez. O segundo, o significado substantivo, aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem meio físico que os sustente; eis a origem da definição de subsistência econômica (POLANYI, 2012, p.63).

Somente em um sistema econômico regido pela escassez é que a subsistência torna-se dependente do mecanismo de mercado, submetendo a reprodução social à reprodução do capital, atribuindo valor monetário à produção. Entretanto, isso não implica no desaparecimento de relações de proximidade, reciprocidade e redistribuição nas práticas sociais da modernidade capitalista. A economia solidária é um exemplo de produção e comercialização fundamentadas nos princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade.

Apesar de não haver uma definição precisa do conceito de economia solidária, ela é resultado de mudanças socioeconômicas ocasionadas no capitalismo e que levaram muitos trabalhadores a uma situação de exclusão e pobreza (SINGER, 2004).

O objetivo principal da economia solidária é possibilitar a subsistência dos que a praticam, negando a relação empregado-empregador, por meio da organização da produção subordinada aos princípios e valores sociais, não apenas os econômicos.

No Brasil, o termo economia solidária ganhou destaque a partir dos anos de 1980, devido à crise socioeconômica das décadas de 1980 e 1990. No final dos anos de 1980 e na década de 1990 as experiências mais comuns eram as aquisições, por parte dos antigos empregados, de grandes empresas falidas. Com o apoio dos sindicatos de trabalhadores transformavam grandes empresas falidas em cooperativas autogeridas por seus antigos empregados. Nos anos 2000 observa-se um novo tipo de organização solidária, constituída por pequenos empreendimentos econômicos solidários (artesãos, agricultores familiares, trabalhadores das artes entre outros) despontando-se, principalmente, após a primeira iniciativa do governo do Rio Grande do Sul, de Olívio Dutra, no sentido de incentivar ações de economia solidária nos Estados brasileiros, por meio do apoio governamental.

Embora a economia solidária tenha começado a se constituir de forma mais representativa no Brasil na década de 1990, com o surgimento de várias cooperativas, empresas de autogestão e outros empreendimentos congêneres, o espaço de discussão e articulação nacional só começou a ser formado durante as atividades da economia solidária no I Fórum Social Mundial realizado em novembro de 2002, sugerindo a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. No ano de 2003, foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego a SENAES que tem o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo o território nacional (SINGER, 2002 a).

Desse modo, pode-se dizer que a economia solidária representa a reunião das atividades produtivas, distribuição, consumo e crédito, necessárias para a geração de trabalho e renda, na forma organizacional da autogestão e que tem na ação coletiva, orientada por cooperação e solidariedade, elementos que podem ser diferenciadores quanto estratégia de desenvolvimento territorial.

Bourdieu (2007), tratou a construção de territórios com ênfase nos aspectos culturais e simbólicos, principalmente aqueles ligados ao poder, prestígio e à reputação dos que têm algum interesse no território. Nesse sentido, os territórios são construções socioeconômicas, ambientais e institucionais. Vários são os agentes e as instituições

econômicas, sociais e políticas articuladas ao território, constituindo-se um conjunto de redes de cooperação, estabelecidas entre empresas, poder público, comunidade local entre outras. Entretanto, na busca dos fatores condicionantes do desenvolvimento territorial, com interface com a economia solidária, o que interessa são as redes de cooperação solidária.

Há duas maneiras de conceber redes de cooperação e solidariedade, a tradicional e a moderna. A tradicional é composta por relações primárias com a família extensa, a comunidade local, a igreja e a filantropia e as associações corporativas, entre outras. Na forma moderna, encontram-se organizações contemporâneas de associativismo e cooperativismo, envolvendo associações de bairros, de vizinhança, de comunidades etc. (DRAIBE, 1989). A densidade dessas redes de cooperação solidária vão indicar o potencial de uma trajetória endógena de desenvolvimento territorial.

No estudo de caso com os empreendimentos econômicos solidários: Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba – UBCM, Flor do Pequi e Essências do Cerrado verificou-se que empreendimentos de iniciativas espontâneas de trabalhadores do Sertão Norte Mineiro, que em situação de crise socioeconômica, se uniram em prol de um objetivo em comum, de empreender solidariamente com base nos princípios da autogestão.

Tratando dos aspectos sociais são grupos coesos, de um mesmo ciclo de convivência (relações de parentesco, vínculos de amizade, vizinhança, agricultores familiares, artesãs etc.) com um bom estoque de capital social, mantido por relações de amizade, cooperação, solidariedade, reciprocidade entre outros.

Quanto a gênese dos empreendimentos, estão em funcionamento há um tempo considerável (mais de 6 anos, dois deles e 15 anos o outro), principalmente se considerarmos a falta de recursos financeiros para investir nos EES, a baixa capacitação dos sócios e a concorrência com artigos produzidos no mercado competitivo.

Outro ponto relevante, diz respeito à organização e decisões referentes ao funcionamento dos empreendimentos. Observaram-se ações no sentido de manter a transparência e a lisura das atividades do grupo, por meio de documentos como atas de reunião, livro caixa, regimento interno etc. Na economia solidária as relações de cooperação e solidariedade são elementos importantes na organização da produção e comercialização e consequentemente na geração de emprego e renda. Nesse sentido, transparência e lisura potencializam a confiança entre os sócios. Dessa forma, os vínculos de confiança mútua derivam de como os sócios, cooperativamente se comportam e evitam lesar uns aos outros.

Sobre a democracia participativa, todas as decisões referentes aos empreendimentos são tomadas coletivamente por meio de reuniões e quando necessárias, por assembleia de sócios.

Quanto ao eixo econômico, ao analisar os indicadores de renda nos empreendimentos econômicos solidários, constatou-se que apesar da baixa renda, em síntese, depois do empreendimento, pouco mais da metade (51,5%) têm renda familiar de 1 salário e 33,3% mais de 1 até 2 salários. Trata-se de uma estimativa média, que sinaliza melhoria, porém ainda em patamar baixo. No entanto, apesar da baixa remuneração dos sócios, eles permanecem no empreendimento e se dizem satisfeitos com a convivência do grupo e com a rotina no EES, 45,5% dos sócios disseram ser ótima e 45,5%, ser boa. Sinalizando coerência com os princípios da economia solidária de que muitas vezes o lucro monetário não é objetivo procurado, ainda que importante. Tão importante que todos os sócios disseram que os motivos que os levaram a procurarem o empreendimento solidário foi a possível alternativa para geração de trabalho e renda. No mais, a renda proveniente do trabalho nos EES é suficiente para remunerar o trabalho dos sócios, respeitando a produtividade do empreendimento, o que varia durante todo o ano, mas já é suficiente para manter as despesas de funcionamento dos empreendimentos econômicos solidários.

Com relação às redes de cooperação e solidariedade, observaram-se dois tipos de cadeias de relações de apoio e parcerias nos casos estudados: relação de parceria dos empreendimentos com outras entidades; e conexões internas, entre os sócios dos próprios empreendimentos, uns com os outros. Essas relações são mantidas pela cooperação, solidariedade e confiança, elementos importantes no desenvolvimento local.

Foram identificadas relações entre os empreendimentos e a comunidade local, o comércio local e o comunitário, poder público local, entidades do terceiro setor, associações, cooperativas e com outros empreendimentos de economia solidária.

As relações econômicas, sociais e institucionais estabelecidas entre essas diferentes entidades associada à ‘qualidade’ dessas relações, determina o potencial da localidade empreender endogenamente um processo de mudança socioeconômica e determinar as características do modelo de desenvolvimento mais equilibrado territorialmente, observando suas particularidades socioambientais.

A contribuição das ações de economia solidária nesse processo é o de buscar por meio de criação de entornos institucionais, econômicos, sociais, políticos e culturais a reestruturação de sistemas produtivos locais, observando o saber local, os recursos naturais

disponíveis, seu uso sustentável, técnicas alternativas de produção, preocupação com bem estar dos indivíduos, autogestão e formas alternativas e justas de distribuição da riqueza.

Quanto aos empreendimentos econômicos solidários são mais um instrumento na organização solidária da localidade, com o intuito de geração de trabalho e renda enquanto estratégia de superação da pobreza e exclusão social do modelo de desenvolvimento capitalista vigente.

Com relação ao comportamento dos sócios no estabelecimento de relações sociais, observou-se um bom nível de mobilização e empoderamento desses no processo de desenvolvimento da sua localidade. Eles tomam decisões e se comportam estrategicamente, avaliando o contexto socioeconômico no qual o grupo está inserido. Um exemplo é a gênese desses empreendimentos, constituídos em momentos de crise socioeconômica e ambiental. Ou seja, os sócios são agentes ativos e protagonistas das mudanças que almejam em suas comunidades e localidades, com perspectivas de melhorias sociais e econômicas.

Entretanto, para se consolidar um movimento em prol do desenvolvimento territorial de maneira mais ampla e duradora é preciso avançar no planejamento do processo de desenvolvimento local-comunitário. Apesar dos empreendimentos procurarem cooperar uns com os outros, as localidades não operam em circuitos, com uma função produtiva interligada. As redes de produção e comercialização são ainda muito incipientes e limitadas territorialmente.

Espera-se um maior envolvimento do poder público nos arranjos produtivos locais e na transformação socioeconômica dessas localidades, com implantação de infraestruturas básicas, capacitação de recursos humanos, fomento da cadeia produtiva local entre outras iniciativas com o objetivo, de um lado, promover a sustentabilidade das ações de economia solidária, e do outro, fortalecer o potencial endógeno do desenvolvimento territorial.

Por fim, o estudo dos três empreendimentos econômicos solidários, no Sertão Norte Mineiro, nos traz a percepção de que práticas de economia solidária contribuem para o processo de desenvolvimento territorial, considerando valores como autonomia, cooperação, igualdade e solidariedade, com vista à inclusão econômica e social de populações excluídas do modelo de capitalismo vigente e que encontraram nos EES uma estratégia de geração de trabalho e renda. No entanto, ainda é necessário avançar em muitos pontos, como em maior apoio de políticas públicas ao movimento de economia solidária, escasso apoio econômico aos empreendimentos solidários, ampliação das redes de produção e comercialização solidária.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A. SEN. **Desenvolvimento Como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital Social dos Territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural.** Economia Aplicada, São Paulo, vol. 4, n.2, abril/junho 2000.
- AFONSO, P. C. S.; PEREIRA, A. M. A. **Questão da água na bacia do Riachão (MG): Uso e Gestão.** Revista Cerados. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros/Departamento de Geociências. v.3. n. 1. 15p. p. 75-86. 205.
- ALVES, M. O & BURSZLYN, M. **Raízes e Práticas de Economia Solidária: Articulando Economia Plural e Dádiva Numa Experiência do Ceará.** Documentos técnicos - científicos. REN. 40 anos. Vol. 40. Nº 3 – julho/setembro 2009. Acesso em janeiro de 2015.
- ANUÁRIO, Mineiro de Municípios.** Ed: Albermaz Comunicações Ltda, 2002
- ATLAS, de Economia Solidária no Brasil** - Ministério do trabalho e emprego (MTE) - Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Brasília, 2005.
- ATLAS, Digital das Águas de Minas: uma ferramenta para o planejamento e gestão dos recursos hídricos.** EUCLYDES, P. H. (Coord.) 2. ed. Belo Horizonte: rural minas; Viçosa, MG: UFV. ; Disponível em:http://www.atlasdasaguas.ufv.br/alto_e_medio_sao_francisco/impacto_ambiental_relevant_e_na_sub_bacia_do_rio_riachao_norte_de_minas_gerais.html; Acesso em; 28/09/12.
- BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: Cocco, G., Urani, A. e Galvão, A.P. (Orgs) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália.** Rio de Janeiro, DP&A Editores, 1999. P. 33-43.
- BECATTINI, G. **Os Distritos Industriais na Itália.** In: Cocco, G., Urani, A. e Galvão, A.P. (Orgs) Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro, DP&A Editores, 1999. P. 45-58.
- BENKO, G. “Economias e territórios em mutação”. In: Benko, G. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI.** São Paulo, Editora Hucitec, 2002. (3^a Edição). Pgs. 19-101.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 2007.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.

BRANDÃO, C. R. O campo da economia política do desenvolvimento: o embate com os ‘localismos’ na literatura e nas políticas públicas contemporâneas. In: Brandão, C.A. **Território & Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, C. R. Participar – Pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.), In: **Repensando a Pesquisa Participante.** 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999, p.7-14.

CANGIANI, M. ATeoria Institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. In: **A Subsistência do homem: e ensaios correlatos.** Polanyi. M. L – Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. **Região Norte de Minas: caracterização geográfica e a organização espacial – breves considerações.** In: Revista Cerrados. Vol. 1 nº 1, 2003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário.** Petrópolis. Vozes, 1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COLEMAN, James. **Foundations of Social theory.** Cambridge, Massachusestz: Harvard University Press, 1990.

CORRAGIO, José Luis. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F. e COSTA, B. (org.) **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia.** Petrópolis: Vozes, 1991.

CORSEUIL, Carlos Henrique; REIS, Carla; URANI, André. Determinantes da evolução da estrutura do desemprego no Brasil: 1986-1995. **Economia Aplicada.** São Paulo: USP, v. 1, n. 3, p. 443-467, 1997.

COSTA, João Batista. **Cultura, Natureza Populações Tradicionais: O Norte de Minas como Síntese da Nação Brasileira.** In: Revista Verde Grande, UNIMONTES, Prefeitura Municipal de Montes Claros – vol1 n.3. dez/Fev. 2005 Ed. Unimontes, 2005.

CRUZ, A. C. M da. **A diferença da Igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul.** Tese de doutorado. Campinas. SP, 2006.

DAYRREL, Carlos. Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de Quem não Aparece nos Relatórios dos Agrobussines. In: LUZ, Cláudia.; DAYRREL, Carlos (org.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade em Montes Claros: CAANM;** Goiânia: Agência Ambiental de Goi[as], 2000.

DIÉGUES-JÚNIOR. Manuel. **Regiões Culturais do Brasil.** Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais INEP – Ministério da Educação e Cultura, 1960.

DIRETRIZES, e Recomendações Técnicas para Adoção de Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo do Fruto da Macaúba/Bocaiúva (Acrocomia spp.). Brasília/DF. Novembro de 2014. 51 págs.

DRAIBE, S. & AURELIANO, L. (1989). **A Especificidade do Welfare state brasileiro, Economia e Desenvolvimento.** Brasília: MPAS/CEPAL e Sustentável. Brasília: MILLENNIM, 2000.

FISCHER, Tânia. Poderes Locais, Desenvolvimento e Gestão: Introdução à uma nova agenda. In: FISCHER, Tânia (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador, BA: Casa da qualidade, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto. C. de. A Perspectiva da Economia Solidaria. In: FISCHER, Tânia (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador, BA: Casa da qualidade, 2002. P. 123- 137

FRANCO Augusto de. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: Dez Consensos.** Proposta nº 78 setembro/novembro de 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária frente a novos horizontes.** São Leopoldo, Unisinos - 2003.

_____. Significados e tendências da economia solidária. In: **Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT.** 1999.

GAIGER, Luiz Inácio et al. **A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas.** Cadernos CEDOPE, n. 15, 1999. (Série Movimentos Sociais e Cultura).

GOGELIER, Maurice. **O enigma do dom.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, F. P; KLEIN. M. J; STEFFEN, M; MIRIANI, S. Introdução a Economia Solidária. Modulo 2. **Introdução a Economia Solidária.** Ministério do Trabalho –M.T.E e Secretaria do Estado de Economia Solidária - SENAES Disponível no site: Projeto Casa Brasil. 2007 a. Acesso em março/2014.

_____. Introdução a Economia Solidária. Módulo 3 - **Estratégia de Organização Econômica.** Ministério do Trabalho –M.T.E e Secretaria do Estado de Economia Solidária - SENAES Disponível no site: www.casabrasil.gov.br. Projeto Casa Brasil. 2007 b. Acesso em março/2014.

_____ Introdução a Economia Solidária. Módulo 4 – **Economia Solidária e Desenvolvimento Local Solidário.** Ministério do Trabalho – M.T.E e Secretaria do Estado de Economia Solidária - SENAES Disponível no site: www.casabrasil.gov.br. Projeto Casa Brasil. 2007 c. Acesso em março/2014.

_____ Introdução a Economia Solidária. Módulo 5 – **Intersetorialidade da Economia Solidária.** Ministério do Trabalho –M.T.E e Secretaria do Estado de Economia Solidária - SENAES Disponível no site: www.casabrasil.gov.br. Projeto Casa Brasil. 2007 d.

_____. Introdução a Economia Solidária. Módulo 6 – **Políticas Públicas de Economia Solidária.** Ministério do Trabalho –M.T.E e Secretaria do Estado de Economia Solidária - SENAES Disponível no site: www.casabrasil.gov.br. Projeto Casa Brasil. 2007 e.

GRANOVETTER, M. “Ação econômica e estrutura social: o problema da incrustação.” In: Marques, R. e Peixoto (orgs.) **A Nova Sociologia Econômica: Uma Antologia.** Oeiras-Portugal, Celta Editora, 2003.

GUIMARÃES ROSA, João. **Revista Manchete**, 24 de agosto de 1957.

HAESBAERT, R. “Definindo Território para entender a Desterritorialização” In: Haesbaert, R. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorializadade.** Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 2006. Págs. 35-98.

_____. “Introdução” e “As Ciências Sociais redescobrem o território para falar de seu desaparecimento.” In: Haesbaert, R. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorializadade.** Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 2006. Págs. 19-34.

IBGE. **Pesquisas demográficas e territoriais.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>, 2013. Acesso em abril de 2014.

_____. **Pesquisas demográficas e territoriais.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>, 2010. Acesso em fevereiro de 2015.

LAVILLE, J-L; GAIGER. Economia Solidária. In. CATTANI, A.D; LAVILLE, J-L; GAIGER, L.I; HESPAÑHA, P. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra. Almedina. P.162, 2009.

LAVILLE, J. L (org.). **L'Économie Solidaire: une Perspective Internationale,** Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LECHAT, N. M. P. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e Seu Aparecimento no Brasil.** In: Economia Solidária, vol. 1, 2002.

LESSA, Simone. Narciso. **Mesonorte: diagnóstico para a agenda de desenvolvimento integrado e sustentável da Mesorregião do Norte de Minas:** Unimontes, 2007

LÉVESQUE, Benoit. **Sociologia Econômica.** In: PEDRO, Hespanha *et al.* Dicionário Internacional da outra economia. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C. – Gráfica de Coimbra, 2009.

LIMA, J. da Silva. **A Apropriação dos Conceitos de Desenvolvimento Territorial, Capital Social e Economia Solidária pelos Coletivos Organizados no Território do Sisal.** Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3

LLORENS, Albuquerque, F. **Desenvolvimento econômico local.** Rio de Janeiro: BDMG, 2001.

LUSTOSA, Paulo Henrique. Avaliação da Indução de Desenvolvimento Sustentável: uma proposta de metodologia. In: FISCHER, Tânia (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador, BA: Casa da qualidade, 2002. p.175-193.

MANCE, Euclides. **O que são redes colaborativas?**. In: Caminhos Sustentáveis. Boletim informativo do IMS. Edição nº 27, ano 3 – julho de 2014.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690 – 1930).** Belo Horizonte: Impressa Oficial, 1991.

MARIANI, M. A. P. ARRUDA, D. de O. **Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS**. 48º Congresso da SOBER, Campo Grande – Mato Grosso do Sul. 25 a 28 de junho de 2010.

MOURA, M. S. Gestão do Desenvolvimento Local, Economia e Solidariedade. In: FISCHER, Tânia (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador, BA: Casa da qualidade, 2002. P. 331-341.

MULS, Leonardo Marco. **Território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais.** Revista Economia. Janeiro/abril 2008.

OGANDO, C. Uma proposta de indicadores sociais e econômicos para a avaliação de empreendimentos econômicos solidários. In: **Olhares multidisciplinares sobre economia solidária: Reflexões a partir de experiências do Programa Tecnosociais.** RONCATO, et. al. Cadernos IHU. Ano 10, nº41, 2012.

OGNADO, C. & GAIGER, L. I. G. **Economia Solidária de Desigualdades: uma análise a partir do mapeamento nacional.** 33º Encontro Nacional da ANPOCS, 2009.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de formação de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE.** In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Org.). Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação social e econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Editora Unimontes, 2007.

ORTEGA, Antônio César. & MATOS, Vitor Alberto. **Território, Desenvolvimento Endógeno e Capital Social em Putnam e Bourdieu.** Política & Sociedade, vol. 12 – nº 24. Mai/agosto 2013.

ORTEGA, Antônio. César & ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Ed. UFU, 2006.

ORTEGA, Antônio. César. **Pobreza rural y políticas públicas en América Latina y el Caribe**. FAO – Santiago, Chile, FAO, 2013.

_____. **Territórios Deprimidos. Os Desafios do Desenvolvimento Rural**. Campinas-SP, Alínea; Uberlândia-MG, Edufu, 2008.

ORTEGA, Antônio. César; JESUS, Clésio. Marcelino. **Café e Território: a cafeicultura no Cerrado Mineiro**. São Paulo: Alínea, 2012. 246p.

ORTEGA, Antônio César e JEZIORMY, Daniel Lemos. **Vinho e Território. A Experiência do Vale dos Vinhedos**. Campinas, Alínea, 2011.

PARANHOS, L. da S.; COSTA, J. B. de A. e MARTINS, H. T. **Redes Sociais, Reciprocidade e Desenvolvimento Regional no Norte de Minas Gerais**. p. 99 – 114. In: Revista de Desenvolvimento Social / Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. – Vol. 1, n. 1, (1º semestre – 2009)-, -Montes Claros: Unimontes, 2008- 129p. Organizadora Maria Helena de Souza Ide. ISSN: 1982-8608

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. Tese (Dourado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo (UPS), São Paulo, 2007.

POCHMANN, Márcio. **Desempregados do Brasil**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Baitempo, 2006.

POLANYI, Karl. **A Subsistência do homem: e ensaios correlatos**. Organização Kari Polanyi Levitt; introdução Michele Cangiani; tradução Vera Ribeiro; revisão César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PONDÉ, J. L. **Instituições e Mudança Institucional: uma abordagem Schumpeteriana**, in Revista Economia Brasília, DF. v. 6, n. 1, p. 119-160, 2005.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

RAZETO, Luís. **Empresa de Trabajadores y Economía de Mercado**. Ediciones PET, Santiago, 1982.

_____. **Economia de solidariedade e organização popular**. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1997.

RAZETO, Luis. **O papel central do trabalho e a economia de solidariedade.** Revista Reis, J. *Ensaios de Economia Impura*. Coimbra, Edições Almedina, 2007. Págs. 7 a 94.

REIS. J. *Ensaios de economia Impura*. Coimbra, edições Almedina, 2007.

RIBEIRO, E. M. **Estradas da Vida: Terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais.** Humanitas, 2013.

RODRIGUES, L. GONÇALVES, M. E. BALSA, C. **Empreendedorismo Social: a economia social face ao trabalho e ao emprego.** In: II COONINTER – BH, 2013.

RODRIGUES, Luciene. (org.); CARDOSO, José Maria; OLIVEIRA, Marcos Fábio. **Formação social e econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira.** Rio de Janeiro / Aracaju:

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem as nascentes do rio São Francisco.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de São Paulo, 1975.

SANTOS, G. R dos S. & SILVA, R. dos S. In: **Desenvolvimento Regional no Norte de Minas Gerais.** 35º Encontro da ANPOCS, 2001.

SANTOS, M.; & SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no inicio do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVILE-TRIKE. **Language in Society.** In: Ethnograf of Communication. Vol. 16. 1987, pp. 111-113.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations.** London: Sage Publications, 1995.

SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil** – 2006. Brasília: MTE, SENAES. Disponível em <http://www.centraldocerrado.org.br/cerrado>.

SIES, **Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária:** 2005/2007.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: o caso do sertão norte mineiro.** In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros, 2000. P.273-309.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza Santos (org.) **Producir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1ªed. São Paulo:Perseu Abramo, 2002a.

_____. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.** São Paulo, Revista de Estudos Avançados, número 51, 2004.

SINGER, PAUL.. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1^a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SMTHI, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigaçāo Sobre Sua Natureza e Suas Causas.** São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Economistas).

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento Econômico.** 5^a Edição Revista. São Paulo, editora Atlas – 2009.

SOUZA, M. J. L. **O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO. I. E. de et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SOUZA, Sidinéia Maria de. **Capital Social e Desenvolvimento Local: o Caso da Comunidade Tapera – Riacho dos Machados.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Unimontes, Montes Claros, 2006.

SOUZA. Sidinéia Maria de ; RODRIGUES, Luciene. **Capital Social e Desenvolvimento Local: O Caso da Comunidade Tapera - Riacho dos Machados** In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza-CE: SOBER. XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural: Questões Agrárias, Educação no campo e Desenvolvimento, 2006.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. AATR – BA, 2002.

TELLES, Selva de Souza Lima. **Velhos atores, novas práticas: desenvolvimento tecnológico e modernização conservadora no Norte de Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Unimontes, Montes Claros, 2006.

VALETIM (2009). Confiança, Economia Solidária Solidária no Brasil e a Construção de Novos Mundos in: **Revista de Economia Solidária.** Edição ACEESA, dezembro de 2009.

ZAPATA, Tânia. Uma Metodologia para o Desenvolvimento Local In: **As MEPUs e o Desenvolvimento Local.** III Taller Permanente – Brasil. Recife, 2001.

APÊNDICE

Apêndice A - Questionário

QUESTIONÁRIO – EES

EES: _____
Nº _____ Data: _____

Meu nome é Sidinéia Maria de Souza, sou doutoranda em economia pela UFU e professora de economia na Unimontes, estou realizando uma pesquisa com o objetivo de verificar as possibilidades e limites da Economia Solidária como opção de trabalho informal ou de auto emprego em momentos de crise, ou se pode constituir-se em estratégia de Desenvolvimento Territorial. Todas as informações fornecidas por você são confidenciais. Gostaria de contar com a sua colaboração.

Bloco A – Características Individuais de Cada Sócio por EES

1 – Nome do Sócio: _____

2 – Idade do sócio:

| | |
|-----------------------|-----------------------|
| 1 () de 15 a 20 anos | 4 () de 40 a 50 anos |
| 2 () de 20 a 30 anos | 5 () de 50 a 60 anos |
| 3 () de 30 a 40 anos | 6 () 60 a 70 anos |
| | 7 () + de 70 anos |

3 – Sexo do sócio:

1 () homem 2 () mulher

4 – Estado Civil

| | |
|------------------|---------------------|
| 1 () casado | 4 () viúvo |
| 2 () solteiro | 5 () outros: _____ |
| 3 () divorciado | |

5 – Tem filhos? 1 () sim 2 () não

6 – Se sim, quantos?

| | |
|--------------|----------------------------------|
| 1 () um | 5 () cinco |
| 2 () dois | 6 () seis ou mais. Citar: _____ |
| 3 () três | |
| 4 () quatro | |

7 – Quantos membros da família vivem no mesmo domicílio (ao todo)?

| | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1 um (vive sozinho) | <input type="checkbox"/> 5 cinco |
| <input type="checkbox"/> 2 dois | <input type="checkbox"/> 6 seis ou mais. Citar: _____ |
| <input type="checkbox"/> 3 três | |
| <input type="checkbox"/> 4 quatro | |

8 – O sócio nasceu em que cidade?

9 – Há quanto tempo é sócio do EES?

| | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 de 01 a 02 anos | <input type="checkbox"/> 4 mais de 10 anos |
| <input type="checkbox"/> 2 de 02 a 05 anos | |
| <input type="checkbox"/> 3 de 05 a 10 anos | |

BLOCO B – Educação e Organização Social

10 – Até que série (anos) o sócio estudou?

| | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1 nunca estudou | <input type="checkbox"/> 4 2º grau completo |
| <input type="checkbox"/> 2 1ª a 4ª série | <input type="checkbox"/> 5 2º grau incompleto |
| <input type="checkbox"/> 3 4ª a 8ª serie | <input type="checkbox"/> 6 3º grau completo |

11 – Quantos anos o sócio estudou depois de fazer parte do EES?

| | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 de 01 a 02 anos | <input type="checkbox"/> 4 mais de 10 anos |
| <input type="checkbox"/> 2 de 01 a 02 anos | |
| <input type="checkbox"/> 3 de 05 a 10 anos | |

12 – O sócio tem filho em idade escolar? 1 () sim 2 () não 3 () não tem filho em idade escolar e/ou não tem filho

13 – se sim, quantos?

| | |
|-----------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> 1 um | <input type="checkbox"/> 5 cinco |
| <input type="checkbox"/> 2 dois | <input type="checkbox"/> 6 seis ou mais. |
| <input type="checkbox"/> 3 três | |
| <input type="checkbox"/> 4 quatro | |

14 – Ele(s) está (ao) frequentando a escola?

1 () sim 2 () não 3 () não tem filho em idade escolar e/ou não tem filho

15 – Se sim, onde estudam?

| | |
|---|---|
| 1 () na própria localidade 2 () no município 3 () em outro município da Região 4 () em outro município do Estado | 5 () em outro Estado 6 () não tendo filho em idade escolar |
|---|---|

16 – Faz parte de algum tipo de organização social (associação, cooperativa, grupo jovem, etc)? 1 () sim 2 () não

17 – Se sim, qual (is) organização (s)?

| | |
|--|---|
| 1 () associação 2 () cooperativa 3 () sindicato | 4 () pastoral 5 () não faz parte de organização social 6 () outros. Citar: _____ |
|--|---|

BLOCO C – Trabalho e Renda

18 – Antes de fazer parte do empreendimento solidário você era?

| | |
|---|---|
| 1 () trabalhador rural (empregado) 2 () trabalhador rural (proprietário) 3 () empregado do comércio ou indústria 4 () empregado da indústria | 5 () trabalhava para o município ou Estado 6 () trabalhava por conta própria (comercio, feirante, mascate, camelô ou atividade afins) 7 () trabalhador não remunerado 8 () outros, citar: _____ |
|---|---|

19 – Antes do empreendimento solidário, quantos membros da sua família trabalhavam?

| | |
|--|------------------------------------|
| 1 () um 2 () dois 3 () três 4 () quatro | 5 () cinco 6 () seis ou mais. |
|--|------------------------------------|

20 – Antes do empreendimento solidário, qual a renda média dos membros da família que trabalhavam?

| | |
|---|--|
| 1 () menos de 1 salário 2 () 1 salário 3 () mais de 1 até 2 salários 4 () mais de 2 até 3 salários | 5 () mais de 3 até 5 salários 6 () mais de 5 até 10 salários 7 () mais de 10 salários |
|---|--|

21 – Depois do empreendimento solidário, quantos dos membros da sua família trabalhavam?

| | |
|--|------------------------------------|
| 1 () um 2 () dois 3 () três 4 () quatro | 5 () cinco 6 () seis ou mais. |
|--|------------------------------------|

22 – Depois do EES, qual a renda média dos membros da família que trabalham?

| | |
|--------------------------------|---------------------------------|
| 1 () menos de 1 salário | 5 () mais de 3 até 5 salários |
| 2 () 1 salário | 6 () mais de 5 até 10 salários |
| 3 () mais de 1 até 2 salários | 7 () mais de 10 salários |
| 4 () mais de 2 até 3 salários | |

23 – Além da atividade no EES, você desenvolve alguma outra atividade que gera renda?

1 () sim 2 () não

24 – Se sim, quais atividades abaixo?

| | |
|----------------------------|---|
| 1 () Trabalha no comércio | 4 () extrativismo (plantas, frutos entre outros) |
| 2 () Trabalha no Estado | 5 () outros – citar: _____ |
| 3 () Faz artesanato | 6 () não desenvolve outra atividade |
| | |

25 – Quais os principais produtos comercializados no EES que é sócio?

26 – A renda recebida pelos produtos comercializados é suficiente para?

1 () sustento básico da família
2 () sustento básico da família e manutenção do empreendimento solidário
3 () para gerar sobra
4 () outro: _____

27 – O EES possui algum tipo de financiamento?

1 () sim 2 () não

28 – Se sim, qual?

29 – O EES possui algum tipo de parceria e/ou assessoria técnico?

1 () sim 2 () não

30 – Se sim, de qual (ais) órgãos?

_____, _____, _____

BLOCO D : O Empreendimento

31 – Houve algum caso de desistência de sócio neste EES?

1 () sim 2 () não

32 – Se sim, quantos? _____

33 – Em sua opinião, quais os motivos que o levaram a desistir?

34 - Em sua opinião, quais as principais potencialidades da sua localidade/Região?

| | |
|-------------------------|----------------------------|
| 1 () agricultura | 4 () artesanato |
| 2 () artesanato | 5 () confecção |
| 3 () remédios naturais | 6 () turismo |
| | 7 () outros. Citar: _____ |

35 – O sócio já participou de algum tipo de capacitação no EES?

1 () sim 2 () não
36 – Se sim, quais?

_____, _____, _____,

37 – Esses cursos são pagos?
1 () sim 2 () não 3 () não houve curso

38 – Há participação dos sócios nas decisões do EES (autogestão)?
1 () sim 2 () não

39 – Há reuniões no empreendimento?
1 () sim 2 () não

40 – Se sim, qual frequência por mês?

| | |
|-------------------|---------------------|
| 1 () um encontro | 5 () cinco |
| 2 () dois | 6 () seis ou mais. |
| 3 () três | |
| 4 () quatro | |

41 – Há estatuto do empreendimento?
1 () sim 2 () não

42 – Se sim, participou da sua elaboração?
1 () sim 2 () não

43 - Qual a avaliação da atuação do grupo no EES?

| | |
|---------------------------------|-------------------------------------|
| 1 () excelente (muito atuante) | 4 () regular |
| 2 () ótima | 5 () insuficiente (pouco atuante) |
| 3 () boa | |

44- Na sua localidade existe infraestrutura básica adequada? Marque o que existe?

| | |
|------------------------|-------------------------------------|
| 1 () escola | 6 () abastecimento de água em casa |
| 2 () posto de saúde | 7 () outros, citar: _____ |
| 3 () energia elétrica | |
| 4 () telefonia | |
| 5 () transporte | |

Muito obrigada!